

-----**ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LISBOA**-----

-----**Mandato 2013-2017**-----

----- **SESSÃO EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM VINTE E UM DE JULHO DE DOIS MIL E QUINZE.** -----

-----**ATA NÚMERO SETENTA E OITO**-----

----- Aos vinte e um dias do mês de julho de dois mil e quinze, em cumprimento da respetiva convocatória e ao abrigo do disposto nos artigos vigésimo oitavo e trigésimo do Anexo I da Lei número setenta e cinco de dois mil e treze, de doze de setembro, e nos artigos vigésimo quinto e trigésimo sétimo seu Regimento, reuniu a Assembleia Municipal de Lisboa, na sua Sede, sita no Fórum Lisboa, Av. de Roma nº 14 L – Lisboa, em Sessão Extraordinária, sob a presidência da sua Presidente efetiva, Excelentíssima Senhora Maria Helena do Rego da Costa Salema Roseta, coadjuvada pelo Excelentíssimo Senhor José Maximiano Albuquerque Almeida Leitão e pela Excelentíssima Senhora Rosa Carvalho da Silva, respetivamente Primeiro Secretário e Segunda Secretária, em exercício. -----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados na Mesa da Assembleia, os seguintes Deputados Municipais: -----

----- Ana Maria Gaspar Marques, Ana Maria Lopes Figueiredo Páscoa Baptista, Ana Sofia Soares Ribeiro de Oliveira Dias, André Moz Caldas, André Nunes de Almeida Couto, Augusto Miguel Gama Antunes Albuquerque, Belarmino Ferreira Fernandes da Silva, Carla Cristina Ferreira Madeira, Carlos José Pereira da Silva Santos, Cláudia Alexandra de Sousa e Catarino Madeira, Cristina Maria da Fonseca Santos Bacelar Begonha, Daniel da Conceição Gonçalves da Silva, Davide Miguel Santos Amado, Diogo Feijó Leão Campos Rodrigues, Fábio Martins de Sousa, Fernando José da Silva Nunes da Silva, Fernando Manuel Pacheco Ribeiro Rosa, Hugo Alberto Cordeiro Lobo, Hugo Filipe Xambre Bento Pereira, Inês de Drummond Ludovice Mendes Gomes, Isabel Cristina Rua Pires, João Alexandre Henriques Robalo Pinheiro, João Diogo Santos Moura, João Luís Valente Pires, João Manuel Costa de Magalhães Pereira, Joaquim Maria Fernandes Marques, John Law Rosas da Costa Jones Roque Baker, José Alberto Ferreira Franco, José António Nunes do Deserto Videira, José Luís Sobreda Antunes, José Manuel Marques Casimiro, José Manuel Rodrigues Moreno, José Roque Alexandre, Mafalda Ascensão Cambeta, Manuel Malheiro Portugal de Nascimento Lage, Margarida Carmen Nazaré Martins, Margarida Maria Moura Alves S. A. Saavedra, Maria da Graça Resende Pinto Ferreira, Maria Elisa Madureira de Carvalho, Maria Irene dos Santos Lopes, Maria Luisa de Aguiar Aldim, Maria Simonetta Bianchi Aires de Carvalho Luz Afonso, Maria Sofia Mourão de Carvalho Cordeiro, Miguel Alexandre Cardoso Oliveira Teixeira, Miguel Nuno Ferreira da Costa Santos, Miguel Farinha dos Santos da Silva Graça, Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura, Patrocínia Conceição Alves Rodrigues Vale César, Pedro Filipe Mota Delgado Simões Alves, Pedro Miguel de Sousa Barrocas Martinho Cegonho, Ricardo Amaral Robles, Ricardo Manuel Azevedo Saldanha, Rodrigo Nuno Elias Gonçalves da Silva, Rita Susana da Silva

Guimarães Neves Sá, Rui Paulo da Silva Soeiro Figueiredo, Rute Sofia Florêncio Lima de Jesus, Sandra da Graça Lourenço Paulo, Sérgio Sousa Lopes Freire de Azevedo, Vasco André Lopes Alves Veiga Morgado, Sandro Daniel dos Santos Gonçalves Araújo, Sandra Cristina Andrade Carvalho, Natacha Machado Amaro, Paulo Manuel Valente da Silva, Miguel Martins Agrochão, Idália Aparício, Ameethkumar Subhaschadra, Tomás Manoel de Vilhena de Almeida Ribeiro, Patrícia de Oliveira Caetano Barata, Nelson Pinto Antunes e Luís Graça Gonçalves. -----

----- Faltaram à reunião os seguintes Deputados Municipais: -----

----- António Modesto Fernandes Navarro e Victor Manuel Dias Pereira Gonçalves. ---

----- Fizeram-se substituir, ao abrigo do disposto no artigo 78.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redação dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de janeiro, o qual se mantém em vigor por força do disposto, a *contrario sensu*, na alínea d), do n.º 1, do artigo 3.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e do artigo 8.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa, os seguintes Deputados Municipais:-----

----- José António Cardoso Alves (PS), Presidente da Junta de Freguesia de São Domingos de Benfica, por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Paulo Manuel Valente da Silva. -----

----- Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (PS), Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputada Municipal Idália Aparício.-----

----- Fernando Manuel Moreno D'Eça Braamcamp (PSD), Presidente da Junta de Freguesia do Areeiro, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Ameethkumar Subhaschadra. -----

----- Luís Pedro Alves Caetano Newton Parreira (PSD), Presidente da Junta de Freguesia da Estrela, por um dia, tendo sido substituído pelo substituto legal Deputado Municipal Tomás Manoel de Vilhena de Almeida Ribeiro. -----

----- Tiago Miguel de Albuquerque Nunes Teixeira (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Nelson Pinto Antunes. -----

----- Carlos de Alpoim Vieira Barbosa (PSD), por um dia, tendo sido substituído pela Deputada Municipal Patrícia Caetano Barata. -----

----- Álvaro da Silva Amorim de Sousa Carneiro Gonçalves (PSD), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Luís Graça Gonçalves. -----

----- Deolinda Carvalho Machado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Natacha Amaro. -----

----- Miguel Tiago Crispim Rosado (PCP), por um dia, tendo sido substituída pelo Deputado Municipal Miguel Martins Agrochão.-----

----- Mariana Rodrigues Mortágua (BE), por um dia, tendo sido substituída pela Deputada Municipal Sandra Cristina Andrade Carvalho.-----

----- Floresbela Mendes Pinto (IND), por um dia, tendo sido substituído pelo Deputado Municipal Sandro Daniel dos Santos Gonçalves Araújo. -----

----- A Mesa da Assembleia, reunida em 21 de Julho de 2015, deliberou: -----

----- Injustificar a falta do Deputado Municipal Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho (Presidente da Junta de Freguesia de Santa Maria Maior) à 65ª reunião da AML (39ª Sessão Extraordinária), realizada em 21 de Abril de 2015.-----

----- Justificar a falta da Deputada Municipal Lúcia Alexandra Pereira de Sousa Gomes à 76ª Reunião da AML (47ª. Sessão Extraordinária), realizada em 7 de Julho de 2015. -----

----- A Câmara esteve representada pelos Senhores Vereadores: Duarte Cordeiro (em representação do Sr. Presidente da Câmara), Manuel Salgado, Catarina Vaz Pinto, Jorge Máximo, João Saraiva, José Sá Fernandes, Paula Marques, Madalena Teixeira. --

----- Estiveram ainda presentes os Senhores Vereadores da oposição: Alexandra Barreiras Duarte, Carlos Moura, João Ferreira e João Gonçalves Pereira. -----

----- Às quinze horas e vinte minutos, constatada a existência de quórum, **a Senhora Presidente da Assembleia** declarou aberta a reunião.-----

-----**PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**-----

----- **A Senhora Margarida Marcelino** residente na Rua Cidade de Moçâmedes, nº 254, 4º Esquerdo, 1800-104 Lisboa, fez a seguinte intervenção: -----

-----“Boa tarde a todos. Uma vez que temos só duas pessoas inscritas, não sei se poderei ter um pouco mais do que os três minutos...”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra respondeu:-----

----- “Em princípio são os mesmos três minutos. A Mesa não é muito rigorosa nisto mas convém porque temos uma ordem de trabalhos muito cheia. É só por isso. Para não prejudicar os restantes pontos.-----

----- Normalmente, são os três minutos quer os Senhores Deputados têm para falar. É o mesmo tempo.”-----

----- **A Senhora Margarida Marcelino** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Muito obrigada, então. Agradeço por vir aqui debater Lisboa, e mais em concreto a Freguesia dos Olivais.-----

----- Como muitos sabem, no final de 2012, a Câmara Municipal com a Junta de Freguesia introduziram alterações substanciais na vida dos habitantes do centro dos Olivais Sul, tendo como pretexto aumentar a oferta de estacionamento aos utilizadores do Metro, melhorar a segurança de pessoas e veículos e responder a solicitações de moradores. -----

----- Onde se encontra o Centro Comercial e outros edifícios de habitação foi transformado numa quase enorme rotunda de sentido único, com cerca de um quilómetro, e tudo em torno de um enorme parque de estacionamento ao ar livre. -----

----- O processo desta intervenção foi, profundamente, mal dirigido, nomeadamente, no desrespeito das boas práticas de governança e dos princípios de sustentabilidade advogados para aplicação da Agenda 21 ao nível local, nomeadamente, a população não foi informada previamente, do que iria acontecer, foram feitas reuniões na Junta de Freguesia que decidiram alterações pontuais com apenas alguns representantes dos Olivaisenses, seis em concreto, escolhidos por critérios que nem os próprios conheceram, foram elaborados dois abaixo-assinados com mais de mil e quinhentas adesões, pedindo a reposição nos dois sentidos da circulação e outras reivindicações;

o primeiro concluiu que, nem num, nem noutra tiveram respostas que nós consideremos satisfatórias. O primeiro conclui que a população compreendeu e aceitou as alterações, e o segundo foi uma resposta oficiosa, com comentários de foro pessoal que impediu a sua divulgação entre os subscritores. -----

----- Muitos dos habitantes nesta zona dos Olivais Sul não compreendemos, nem aceitamos a intervenção efetuada, e consideramos duvidoso que, como afirmaram da Direção Municipal de Mobilidade e Transportes, a via envolvente apresenta melhorias significativas. Na realidade consideramos que o trânsito intensificou-se, que continua a verificar episódios de sinistralidade, não tendo, em nada, reduzido a sensação de insegurança entre os peões que atravessam as vias, antes pelo contrário, pela falta de visibilidade até quase metade das vias, devido aos carros estacionados, e tendo aumentado a surpresa para quem conduz pela saída para as vias de circulação dos carros estacionados em espinha. -----

----- Os níveis de ruído aumentaram significativamente. O mapa de ruído de Lisboa relativo às principais vias de circulação nesta zona, nomeadamente, na Rua Cidade de Bissau, assim o mostra. Já apresentava níveis críticos de ruído diurno e noturno, em 2008, muito mais agora. -----

----- A qualidade do ar deteriorou-se proporcionalmente ao aumento do tráfego automóvel. -----

----- A qualidade estética do espaço envolvente reduziu-se substancialmente, atrofiando as vias de circulação, agora ladeadas de carros estacionados, num ambiente contrário ao projeto inicial dos Olivais que privilegiava o ambiente natural, amplo e a circulação das pessoas sobre os automóveis. -----

----- Não obstante, o Vereador com competências nestas matérias numa atitude invulgar que consideramos nobre, ter pedido desculpa à população pelo modo como foi conduzido o processo e ter prometido reavaliar, com a população, esta intervenção, até à data, isso não aconteceu. -----

----- Passado já, bastante tempo, continua a urgir, a bem da democracia, tornar transparente tudo o que aconteceu e demonstrar, tecnicamente, os prós e contras desta intervenção, fazer uma avaliação dos seus custos e dos seus impactos, positivos e negativos e, conseqüentemente, fazer um balanço sério, fundamentado para tomar as decisões finais. -----

----- Em janeiro de 2015, na reunião descentralizada ocorrida nos Olivais, o então Presidente da Câmara, Dr. António Costa, afirmou sobre este assunto; “pode-se, inclusive, reverter o trânsito para os dois sentidos, e o estacionamento criado, se for essa a vontade da população, juntamente com a Junta de Freguesia”. -----

----- O povo dos Olivais Sul, nomeadamente, os residentes nesta zona, não se satisfazem, pois, com as afirmações posteriores do vogal da mobilidade da Junta de Freguesia dos Olivais no jornal local nem com as do Senhor Vice-presidente Duarte Cordeiro na reunião da Assembleia Municipal de Lisboa, do passado dia nove de junho: que se estão a finalizar intervenções pontuais, mantendo no substancial a alteração introduzida no final de 2012. E muito menos com uma não retificação de má condução do processo com, agora, uma participação pública digna desse nome. ---

----- Com espírito construtivo, desde início de 2015, temos vindo a fazer diversas sugestões. Primeiro ao nível da Junta de Freguesia dos Olivais, como indicado pelo Dr. António Costa. Mas como não temos obtido qualquer resposta que consideramos séria a este nível, dadas as responsabilidades da Câmara Municipal de Lisboa neste processo, voltamos aqui a apresentar aquela que nos parece uma metodologia básica em termos de práticas de boa governança, que sugerimos que seja tida em consideração nos próximos trabalhos da Câmara Municipal de Lisboa com a Junta de Freguesia dos Olivais, antes de darem por terminada a obra.-----

----- Uma vez que este tema que me traz aqui hoje tem a ver intrinsecamente com a qualidade do ambiente, termino referindo o princípio dez da Declaração do Rio (da Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento): “As questões ambientais são melhor tratadas com a participação, ao nível apropriado, de todos os cidadãos implicados. Ao nível nacional, cada indivíduo deverá ter um acesso adequado à informação relativa ao ambiente que seja detida pelas autoridades públicas, incluindo informação sobre materiais perigosos e atividades nas suas comunidades, e a oportunidade de participar nos processos de decisão. Os Estados devem facilitar e estimular a consciencialização e a participação do público através de uma disponibilização ampla de informação. Deverá ser garantido um acesso efetivo aos procedimentos judiciais e administrativos, incluindo à reparação e remediação”.-----

----- Este princípio foi adotado ao nível mundial em 1992 mas, passados vinte e três anos, ainda há um longo caminho a percorrer no nosso país, nomeadamente, ao nível local pela Junta de Freguesia dos Olivais e pela Câmara Municipal de Lisboa.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra referiu:-----

----- “Muito obrigada, Senhora Margarida. Registamos e tomamos a devida nota do assunto que nos trouxe aqui, e que é, de facto, importante.-----

----- Muito obrigada.-----

----- E vamos passar à segunda pessoa inscrita, que é o Senhor Samuel Santos que nos vem falar sobre um assunto que nos tem trazido aqui vários cidadãos, e peço aos Senhores Deputados a maior atenção. Novamente, os protocolos CAF e AEC, que têm estado a ser discutidos e há uma petição sobre eles que será apreciada na próxima semana.”-----

----- **O Senhor Samuel Santos** com o email samuelpt@gmail.com, fez a seguinte intervenção:-----

----- “Boa tarde.-----

----- Sou pai de duas crianças que frequentam a escola pública e foram utentes de uma CAF da Câmara Municipal de Lisboa, a da Escola EB1 e JI das Laranjeiras. Nos últimos três anos integrei a Direção da Associação de Pais da escola. E nesta dupla qualidade, agradeço à Câmara Municipal de Lisboa o enorme apoio que recebi por via deste protocolo.-----

----- Entendo ser meu dever partilhar algumas reflexões sobre o protocolo CAF, partindo da experiência de gestão de uma CAF de reconhecida qualidade.-----

----- Considero fundamental promover em cada escola a cooperação entre Associação de Pais, Junta de Freguesia e a Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- As associações de pais têm um elevado foco na vida da escola. Só existem para isso. É reconhecida a importância da presença dos pais na escola, e as CAF (e as AEC) são a forma natural de o fazer. Pais que não gerem CAF e as AEC ficam, literalmente, à porta. À porta da escola dos seus filhos.-----

----- O interesse das crianças é o interesse dos seus pais. Haverá entidades com maior legitimidade para tomar decisões sobre um grupo de crianças do que os pais dessas crianças? Não vejo como. -----

----- As Juntas de Freguesia não estão focadas numa única escola, nem atuam só na área da educação. Se a intervenção nas escolas é menos focada, por outro lado têm um conhecimento alargado da sua comunidade, que acompanha com grande proximidade. Uma Junta pode beneficiar as crianças e famílias fazendo a manutenção da escola e parques públicos, promovendo atividades culturais, lúdicas, desportivas e dando o seu inestimável apoio social a quem mais necessita. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa é o elo comum a todas as escolas e a todas as CAF. Pode pois funcionar como plataforma de apoio, monitorização e melhoria contínua, transversal a todas as CAF e a todas as escolas abrangidas. -----

----- Hoje já existem reuniões dirigidas às CAF, muito válidas pela partilha de conhecimento. Esta partilha pode ser feita de forma desmaterializada, com base em plataformas digitais de colaboração e de partilha de conhecimento. Assim, se pode criar uma rede, ao serviço de todas as escolas, na qual técnicos da Câmara Municipal de Lisboa, das Juntas de Freguesia e das CAF ponham o seu saber ao serviço de todos. -----

----- As CAF não competem entre si e têm toda a vantagem nesta partilha. Muitas já o fazem, mas fazê-lo através da Câmara Municipal de Lisboa é alargar esta rede de apoio e dar um salto qualitativo nesta construção. -----

----- A Câmara Municipal de Lisboa pode e deve proceder a uma revisão profunda da avaliação feita às CAF, que hoje é incipiente. Faz falta assegurar visitas regulares às escolas, auscultação das famílias, dos professores e de técnicos relevantes. Esta avaliação deve estar ao serviço das CAF, dando em tempo útil pistas para melhorar, em particular, no serviço prestado às crianças. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra referiu: -----

----- “Eu volto a lembrar que teremos de hoje a oito dias, a apreciação da Petição N° 12/2015, que é exatamente sobre este assunto e que está a ser apreciada pela 6ª Comissão Permanente, estão a ser ouvidos os peticionários, está a ser feito um parecer, e de hoje a oito dias este assunto vai ser discutido, aqui, em Plenário, com os primeiros subscritores a usar da palavra e com os Deputados a pronunciarem-se.-----

----- Portanto, se puder assistir, muito bem. Se não, pelo menos, pela internet poderá acompanhar porque há uma transmissão em direto, e nessa altura teremos os resultados da petição.-----

----- Certo. Muito obrigada.” -----

----- Senhores Deputados, terminou o período de intervenção do público. Vamos, agora, entrara na nossa ordem de trabalhos. O primeiro ponto da ordem do dia é um tema de Perguntas à Câmara, e foi recebida uma lista bastante extensa de perguntas, por isso, eu vou apelar à vossa capacidade de síntese para estas perguntas. -----

----- Também reparei que há algumas perguntas que estão repetidas, portanto, naturalmente, se o Senhor Vereador, ou o Senhor Vice-Presidente responderem à mesma pergunta, depois não vão responder a segunda vez, embora a pergunta possa voltar a ser feita por outro grupo, mas a resposta presumir-se-á dada a não ser que haja dados adicionais. -----

----- Lembrar-vos também, o formato deste debate conforme está na proposta de Boas Práticas que vamos votar hoje, como temos feito. O formato vou lembrar apenas, portanto, isto é um debate de pergunta/resposta, cada Deputado faz a pergunta, ou perguntas, seguida, de imediato, de resposta da Câmara. Se houver mais do que um Deputado do mesmo grupo, ou do conjunto dos Independentes, inscrito, há uma segunda ronda. Caso a Câmara não tenha tempo para responder a todas as questões, a Mesa irá negociar tempos com os grupos que não necessitem do tempo todo. E, finalmente, se algum Deputado não ficar satisfeito com a resposta e pretender repetir a pergunta terá que voltar a inscrever-se para o efeito. -----

----- Lembro estas regras para que isto decorra da melhor maneira possível, e vamos então dar início à sessão.” -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- **PONTO 1 – PERGUNTAS À CÂMARA, DE ACORDO COM OS TEMAS INCLUIDOS NO ANEXO 1, E AO ABRIGO DO ARTIGO 42º DO REGIMENTO; GRELHA I, LIMITE MÁXIMO 4 HORAS.** -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Morgado (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu começo por dar o exemplo da presidente da Câmara de Barcelona que numa atitude de gestão da sua cidade, cancelou todas e quaisquer licenças de abertura de novas unidades hoteleiras, pois com a descida para 1.6 milhões de habitantes, a mesma teme que Barcelona se torne numa nova Veneza. E isto, estamos a falar de oito milhões de turistas na Cidade de Barcelona. -----

----- Por isso, eu gostaria de saber, apesar dos alertas já emitidos por algumas Juntas de Freguesia, o que é que a Câmara Municipal está a fazer para evitar que haja, como está a haver, um novo êxodo de lisboetas para fora da cidade. Provavelmente, neste momento, os Lisboetas da zona histórica da cidade sentem-se um bocadinho como danos colaterais, “que chatice, temos que cá viver”. Vamos trocar lisboetas por mercadoria que é o que está a acontecer nesta cidade. E eu gostaria de saber o que é que a câmara está a fazer em relação às competências que tem para regular estas novas unidades hoteleiras, nesta zona da cidade, visto que é notório, e já é público, o número de queixas tem vindo a aumentar dos lisboetas desta zona. -----

----- Segunda pergunta, enquanto houver este tipo de debate nesta Assembleia eu sempre hei de vir aqui perguntar pelo Parque Mayer. Em que pé estamos sobre o

Parque Mayer? Como é que está o Capitólio? Como é que está o andamento da coisa visto que não se nota melhorias algumas no território.-----

----- Terceira pergunta, desde que mudou a Direção da EMEL nada mais se soube sobre o projeto que estava aqui a ser tratado, entre a EMEL, a Junta de Freguesia e as entidades interessadas no Mercado do Rato. Normalmente, é um defeito político, esperemos que não seja também um defeito das empresas municipais, quando muda a direção, tudo, para trás, cai. -----

----- Última questão, o Plano de Pavimentação, eu vi no site da Câmara que a rotunda exterior do Marquês de Pombal iria ser repavimentada. Se ela foi inaugurada há cerca de dois anos, não se vislumbra nenhuma alteração significativa sobre o alcatrão, sobre o pavimento em si, não há queixas dos automobilistas, não percebo por que razão se vai pavimentar, novamente, a rotunda exterior do Marquês. -----

----- A Luciano Cordeiro também está no Plano de Pavimentação da Câmara, e passa a alcatrão, ou não? Porque está um pouco dúbio porque se passa a alcatrão, passamos a ter uma faixa parecida à reta do Autódromo do Estoril, e passará a ser uma faixa de corridas em plena Cidade de Lisboa, já para não falar que impermeabilizar a montante, a carga de água a jusante vai aumentar, e mais uma vez, quem é que sofre? A Rua de S. José, a Rua de Santa Marta, a Rua das Pretas, toda a zona baixa da Freguesia de Santo António. Era este cuidado que queria deixar aqui, além da pergunta se vai, ou não, ser alcatrão, eu queria deixar um alerta para haver um cuidado neste Plano de Pavimentação porque impermeabilização dos solos, já diz um dos meus ilustres fregueses, Gonçalo Ribeiro Teles, que quanto mais se impermeabilizar em cima, mais inundamos em baixo. -----

----- E temos, também, aquela questão da proteção civil que eu qualquer dia, se faço a Praia do Toren, no verão, qualquer dia posso fazer o rafting de S. José no inverno, porque quanto mais impermeabilizamos em cima, mais água levamos em baixo. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra referiu: -----

----- “A Mesa regista que dos onze temas registados pelo PSD, abordou os temas; 1, 2, 4, 5 e 7. Apenas por uma questão de registo, para irmos acompanhando. -----

----- Vamos prosseguir. -----

----- O Grupo Municipal do PS apresentou três perguntas. -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Inês Drummond (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O Partido Socialista vem colocar algumas questões à Câmara Municipal de Lisboa, nomeadamente, e a primeira de todas, relativas ao Plano de Drenagem da cidade. -----

----- Com efeito, esta Assembleia teve oportunidade de se pronunciar sobre o Plano Geral de Drenagem, tivemos oportunidade de aprovar este plano, aliás, com uma larga maioria, um plano que era já muito importante e relevante para a vida da Cidade de Lisboa. -----

----- Considerando a complexidade e a necessidade de se fazer um estudo da rede de drenagem para a cidade, a Câmara realizou estes estudos com vista à implementação de uma estratégia que permitiu elaborar este plano. -----

----- A questão que se coloca, agora, e tendo em conta as notícias que têm vindo a público, e que seria interessante ficarmos todos a conhecer, era do plano que foi aprovado, quais as prioridades em termos de intervenção que a Câmara eleger? Qual o cronograma para a implementação destas ações? E, também, uma das questões que consideramos relevante e foi uma das recomendações que foi feita por esta Assembleia Municipal, saber se a Câmara equacionou as candidaturas a financiamentos no âmbito do programa operacional de sustentabilidade e eficiência no uso de recursos, ou outro tipo de financiamento? Portanto, a questão que se coloca é como pretende a Câmara financiar todo este plano que é tão necessário implementar, o Plano Geral de Drenagem, e com a maior brevidade possível. -----

----- Uma segunda questão que vínhamos colocar à Câmara Municipal de Lisboa tem também, a ver, e à semelhança do que aqui foi falado pelo PSD, o Plano de Repavimentações. Apesar de não nos revermos em algumas questões que aqui foram ditas. No entanto, nós consideramos que é importante percebermos o cronograma das intervenções. Sabemos que a Câmara Municipal de Lisboa entrou em contacto com todas as Juntas de Freguesia no sentido de avaliar as prioridades e as necessidades que eram sentidas localmente, portanto, uma gestão de proximidade tem sido feita, portanto, sabermos, no final, qual o cronograma das intervenções, que tipo de intervenções serão feitas e quanto será o montante global a investir nesta matéria?-----

----- A terceira questão tem a ver com “Uma Praça em cada Bairro”, com efeito este programa tem uma grande virtude de ter envolvido os agentes locais, as autarquias locais, as Juntas de Freguesia, mas também os cidadãos na discussão dos projetos em concreto, que em mais do que uma, duas reuniões, fizeram a avaliação, fizeram críticas, fizeram propostas, fizeram sugestões de alteração. Portanto, a nossa questão coloca-se em saber, se de facto, todos os projetos já estão concluídos? Qual a previsão do investimento global? Quantas ações, ao todo, vão ser realizadas? Quando começam as obras? E quando está prevista a conclusão deste ambicioso projeto que saudamos, aqui, naturalmente?-----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Foi colocada a primeira questão, a sustentabilidade do território face ao turismo. Eu penso que, este tema, é um tema que nos preocupa a todos, ou deve preocupar a todos, e sobre o qual temos vindo a fazer uma reflexão que é importante em relação à perspetiva futura.-----

----- Mas temos que ter em conta, por um lado, a importância do turismo na base económica da Cidade de Lisboa, tanto na criação de emprego, como na reabilitação do edificado. Temos que ter em conta que quando se discute a oferta de alojamento turístico que é uma situação completamente, diferente entre a hotelaria que é licenciada pelo município, e o alojamento local que não é licenciado pelo município, e

hoje em dia, ao município cabe-lhe fazer o registo do alojamento local. E o alojamento local nos últimos cinco anos teve um crescimento exponencial e, portanto, as situações são muito diferentes, e há aqui capacidades de intervenção que são diferentes entre o município e o Governo Central, há que ter presente que nos últimos cinco anos houve um crescimento exponencial do turismo fruto do incremento dos cruzeiros e das companhias aéreas *Low Cost* e que se temos problemas, temos, essencialmente, problemas por concentração excessiva em determinadas áreas específicas, nomeadamente, na Baixa Chiado, nos Bairros Históricos, a zona monumental de Belém e o Parque das Nações. Aliás, se forem ver o Plano Estratégico do Turismo, estas três zonas são consideradas como centralidades turísticas na Cidade de Lisboa, já foram definidas há anos, porque o primeiro Plano Estratégico do Turismo da Cidade de Lisboa é de meados dos anos 2000, e isto para dizer que temos que, efetivamente, fazer uma reflexão profunda e tomar decisões no que diz respeito essencialmente à gestão do espaço público, e não, conforme deu a entender, em relação ao aumento da oferta de alojamento. Aliás, queria referir que em Barcelona há 17.4 milhões de dormidas por ano, e em Lisboa há 8.4 milhões de dormidas por ano. A diferença é abissal. Isto são números oficiais da Associação de Turismo de Lisboa. Aliás, Lisboa está no 16º lugar no ranking das cidades europeias abaixo de Dublin, sendo que a primeira é Londres, a segunda é Paris, a terceira é Berlim, e nós estamos abaixo de Dublin, e Barcelona é a quinta cidade.-----

----- Portanto, estes números têm de ser vistos com muito cuidado. -----

----- Nós estamos a preparar um relatório que ficou combinado, em reunião de Câmara, e que esperamos que, até ao final deste ano, para fazer a avaliação do impacto do turismo na Cidade de Lisboa, é um problema real, mas é também um problema que temos de ponderar em todas as suas dimensões, e não apenas no incómodo que, à primeira vista, possa criar, e principalmente, não me parece que se possa tirar ilações como os moradores da Cidade de Lisboa que têm de sair para a periferia porque já não suportam aquilo que são os impactos do turismo na cidade. -----

----- Em relação à segunda pergunta que me colocou, no Parque Mayer houve dificuldades, como sabem, por falência do empreiteiro que estava a fazer as obras do Capitólio, e neste momento, as obras recomeçaram e conseguiu-se recuperar todos os subempreiteiros que estavam naquela obra, e está previsto que até ao final deste ano, o Capitólio fique concluído. -----

----- Foi, já, demolido o Teatro ABC e fica concluído no final do mês de julho, o parque de estacionamento que a EMEL fez o que permite reorganizar o espaço público, e fica concluído até ao dia trinta e um de julho, o Projeto de Execução do Teatro Variedades, prevendo-se que seja colocado na plataforma dos concursos públicos no mês de setembro, deste ano. Isto em relação ao parque Mayer.-----

----- Independentemente, das decisões de fundo que venham a ser tomadas quanto ao futuro projeto do Parque Mayer, entendemos que só deve ser tomada decisão após a realização da hasta pública dos terrenos da Feira Popular porque, como compreendem, estes dois processos estão ligados entre si na medida em que ambos se destinam a amortizar a dívida que temos para com a Bragaparquês. -----

----- Quanto á questão do Parque do Rato, já foi decidido pela Câmara e pela Assembleia Municipal o direito de superfície a favor da EMEL que está a elaborar o projeto, mas tendo em conta determinadas pretensões que foram manifestadas, nomeadamente, nesta Assembleia, quanto à introdução de outros usos no Parque do Rato, foram estabelecidos contactos com a Garagem Autoindustrial no sentido de ver a possibilidade de integrar as duas estruturas, até porque o Mercado do Rato tem um enorme condicionamento, é que a rampa de acesso, que hoje é utilizada, essencialmente, por peões, dificilmente pode ser partilhada entre peões e veículos, talvez se consiga uma solução sobre a qual estamos a trabalhar, de aumentar a dimensão pela integração da rampa que pertence, hoje, à Autoindustrial. -----

----- Sobre o Plano de Pavimentação, fez uma pergunta e referiu-se concretamente, à Rua Luciano Cordeiro, e eu para já queria desfazer um mito que existe, e o mito é que os arruamentos em cubo são permeáveis e os arruamentos em betuminoso não são. É totalmente, falso, porque os arruamentos em cubo de granito são assente com uma caixa que é impermeabilizada com betuminoso em baixo. Portanto, na realidade, nenhum deles é permeável, e não é através do revestimento de superfície que se garante maior, ou menor, permeabilidade nesta zona da cidade. -----

----- O programa que designamos “Pavimentar Lisboa”, é um programa muito ambicioso, prevê intervir em mais de cento e cinquenta arruamentos na Cidade de Lisboa, em cento e dez quilómetros de arruamento, adota soluções que são essencialmente a utilização de materiais betuminosos nos arruamentos com introdução de materiais absorventes acústicos, nomeadamente, de pavimentos com borracha integrada no betuminoso, prevê o tratamento dos passeios, para fazer passeios confortáveis e seguros, portanto, de acordo com o Plano de Acessibilidade Pedonal, prevê o rebaixamento de passeadeiras, supressão de obstáculos, nomeadamente, de sinalização vertical, e maior empenho na sinalização horizontal, e é um programa que estabelecemos até 2020, que tem um investimento, neste momento, estimado em cinquenta milhões de euros. -----

----- A rotunda exterior do Marques de Pombal, não está prevista ser repavimentada. --

----- Quanto à Luciano Cordeiro, está incluída no Plano de Pavimentação, e o material que será utilizado é o betuminoso. -----

----- Quanto às perguntas sobre o Plano de Drenagem, o Plano de Drenagem foi efetivamente apresentado e foi aprovada em Câmara para ser colocado em consulta pública. O Plano de Drenagem prevê a construção de um túnel com cinco quilómetros de comprimento, e cinco metros de diâmetro, que vai apanhar as águas da Bacia de Alcântara, da Bacia da Avenida da liberdade, da Duque de Loulé e da Almirante Reis, e que vai sair junto a Santa Apolónia. Está calculado para um período de retorno superior a vinte e cinco anos, ao contrário da antiga versão do Plano Geral de Lisboa, em que o prazo estipulado em projeto era de dez anos, e tem um custo estimado de quarenta e cinco milhões de euros. A intenção é lançar a empreitada para que no ano 2016 se iniciem os trabalhos. A vantagem desta solução é que o impacto exterior é reduzido na medida em que no poço no qual é montada a tuneladora fica na Quinta José Pinto, haverá três poços apenas verticais que dá acesso ao túnel, e o túnel sairá

num troço final a céu aberto junto à Estação de Santa Apolónia que, obviamente, será coberto, posteriormente, e lançado no rio. -----

----- Está previsto o financiamento com recurso a fundos europeus, e capitais próprios, e portanto, está neste momento a ser preparada a candidatura a capitais aos fundos europeus. -----

----- Foi feita também, a pergunta sobre o plano a que chamámos de Programa Repavimentar Lisboa, este programa está estimado em vinte e cinco milhões de euros, até 2017, e prevê um conjunto de arruamentos conforme já referi. -----

----- Relativamente ao programa “Uma Praça em Cada Bairro”, é um programa que, como foi dito pela Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Benfica que tem sido desenvolvido numa estreita articulação com as Juntas de Freguesia e com as populações locais. Tem uma metodologia muito interessante porque começamos por consultar as pessoas sem qualquer proposta, ou seja, com plantas em branco, perguntando o que é que pretendiam para uma praça em concreto. Posteriormente, foi feita uma primeira versão que foi apresentada e discutido com as pessoas, e só agora está a ser desenvolvido o projeto de execução. -----

----- As obras estão previstas iniciarem no final deste ano, início do próximo ano, e é um investimento que, neste momento, está orçamentado em trinta milhões de euros. ---

----- São trinta e uma praças e, eventualmente, há duas praças que não serão executadas neste mandato, que é o Largo do Rato e a Praça da Figueira, porque são intervenções de grande complexidade, mas eventualmente, poderão haver outras duas praças que serão acrescidas ao programa e antecipadas que o Largo da Basílica da Estrela e o Largo José Fontana. -----

----- E creio que respondi às perguntas que me foram colocadas. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Morgado (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte Interpelação à Mesa:-----

----- “Senhor Vereador, peço imensa desculpa, poderia até ser lapso meu, mas não, ele está aqui no *site* da CML...” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra interrompeu: -----

----- “Senhor Deputado desculpe, isso não é uma interpelação à Mesa. Não é ao Senhor Vereador. -----

----- Faz favor.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Vasco Morgado (PSD)** no uso da palavra, continuou:-----

----- “Eu fui ver ao *site* da CML e, cá está, repavimentação do anel exterior do Marques de Pombal.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Senhora Presidente, trata-se de um erro que, neste momento, está a ser corrigido.

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, referiu: -----

----- “Muito obrigada. -----

----- O Senhor Deputado foi vigilante, e o Senhor Vereador já deu ordens para se corrigir.-----

----- Vamos prosseguir. É este o trabalho da Assembleia, fiscalizar o executivo e estamos a fazê-lo.-----

----- O Grupo Municipal do MPT apresentou oito perguntas.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- O Partido da Terra, para esta sessão, elegeu oito temas que merecem esclarecimentos por parte deste executivo.-----

----- Tentaremos ser os mais concisos e objetivos possíveis para que as respostas, também, sejam claras.-----

----- O primeiro tema diz respeito ao edifício panorâmico de Monsanto. Neste local esteve prevista a instalação da SALOC, no entanto, a SALOC estava alojada no Quartel de Sapadores de Bombeiros está a ser instalada nas instalações da Polícia Florestal de Monsanto.-----

----- Apesar das várias promessas o edifício continua abandonado. Por isso, perguntamos qual o destino que a Câmara pretende dar a este edifício e, para quando?-----

----- O segundo tema também diz respeito a Monsanto e ao concurso público promovido pela Câmara municipal para a concessão de espaços.-----

----- Na 57ª reunião, a vinte e quatro de fevereiro de 2015, foi aprovada por unanimidade uma recomendação proposta pelo MPT, o envio dos documentos do concurso público, passados vários meses, ainda não temos conhecimento da entrega dos mesmos, e perguntamos, porque não foram entregues e como está o processo?-----

----- O terceiro tema diz respeito à recuperação do Terreiro das Missas. O mau estado de conservação foi já anunciado através de uma recomendação submetida pelo MPT, tendo sido posteriormente, anunciado pelo Presidente da Junta a criação de uma praia urbana a funcionar, ainda, este verão. Estamos praticamente, a entrar em agosto, e continua tudo na mesma. Este espaço foi transferido para a Junta de Freguesia de Belém e quando foi transferido já se encontrava em condições deploráveis, pelo que questionamos se a intervenção e recuperação ainda não avançou por falta de apoio camarário, e até quando o prolongamento desta problemática?-----

----- Do outro lado da via ferroviária, temos o quarto tema, um problema adiado pelo executivo. Faz em agosto, um ano, que a polémica dos Brasões da Praça do Império veio a público. Após avanços e recuos, o gabinete do Senhor Vereador Sá Fernandes informou que iria ser promovido um concurso de ideias. No entanto, tudo continua na mesma. Questionamos qual o resultado do concurso de ideias? E para quando a recuperação, ou não, dos Brasões?-----

----- O quinto tema diz respeito à zona envolvente ao Jardim Zoológico, nomeadamente, a Praça Umberto Delgado.-----

----- Recentemente, o Partido da Terra foi alertado por uma munícipe para o elevado estado de degradação em que se encontra este espaço, designadamente ao nível dos tuneis de acesso ao Metro que se encontram grafitados, bem como das coberturas das

paragens de autocarro que estão quebradas, ao qual acresce o cheiro nauseabundo que mais se assemelha a um urinol público. -----

----- A zona em questão engloba o Jardim Zoológico e um dos mais importantes interfaces da cidade, tornando-se assim, num local de passagem de muitos turistas e residentes. -----

----- Nesse sentido, e sendo o turismo a principal bandeira deste executivo, com certeza que a Câmara não querará passar uma imagem desleixada e descuidada da capital, pelo que pretendemos saber para quando as intervenções necessárias no local supracitado. -----

----- Na sequência do grafiti, não podemos deixar de referir o sexto tema relacionado com o Chafariz de S. Mamede, classificado como monumento nacional. No anterior mandato esta casa aprovou por unanimidade a nossa recomendação que consistia num plano de manutenção das fontes, fontanários, chafarizes da Cidade de Lisboa. Todavia, este plano continua em “banho-maria”, permanecendo a falta de manutenção destes monumentos que são constantemente, alvos dos mais variados tipos de vandalismos. --

----- A título de exemplo, no final de 2014, o frontão do chafariz do Arco de s. Mamede foi derrubado, mantendo-se até à presente data sem o mesmo. Senhor Vice-Presidente para quando a sua recolocação? -----

----- Passando para o sétimo tema Rua do Arco do Carvalhão, tem-se assistido a diversos problemas, nomeadamente, no que respeita a estacionamento, com carros estacionados em cima dos passeios e peões obrigados a circular na faixa de rodagem. Contudo, não é acerca deste assunto que nos vamos debruçar, mas sim, na recuperação da rua propriamente, dita que cada dia que passa se encontra mais degradada, e com maior incidência no troço Maria Pia – Avenida de Ceuta, ao qual acresce o risco de derrocada das encostas. -----

----- Face ao exposto, o Partido da Terra solicita à Câmara quais as medidas de segurança pensadas para impedir uma derrocada e prazo da sua execução, bem como a sua recuperação do arruamento?-----

----- Para finalizar, o Partido da terra termina a sua intervenção com a temática das Brigadas LX. Estas brigadas foram criadas na sequência da transferência de competências da Câmara para as Juntas de Freguesia, para responder mais depressa e melhor às dificuldades de conservação e manutenção do espaço público. -----

----- Em dezasseis de setembro de 2014, o então Presidente da Câmara Municipal de Lisboa defendia em Plenário, que, e passo a citar: “o objetivo é que as brigadas assegurem que estes serviços possam ter maior capacidade de intervenção junto do território”, fim de citação, porém após mais de um ano dos autos de transferência de competências, as brigadas continuam a ser uma miragem tendo estas brigadas como principal função fiscalizar o trabalho das Juntas de Freguesia na área do espaço público, qual a previsão para a sua integração no terreno? -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro** no uso da palavra, respondeu o seguinte: -----

----- “Para ajudar, a ordem das respostas, portanto, eu responderei sobre as Brigadas LX e sobre a questão do Terreiro das Missas, o Senhor Vereador Manuel Salgado sobre o espaço público de Sete-Rios, Rua do arco do carvalhão e Chafariz do Arco de S. Mamede, o Vereador José Sá Fernandes sobre a concessão de espaços de Monsanto e sobre o Jardim da Praça do império, e o Vereador Jorge Máximo sobre o Panorâmico de Monsanto. -----

----- Agradeço as perguntas que foram colocadas por parte do MPT. -----

----- No que diz respeito às Brigadas LX, referir que no dia cinco de junho, entrou em vigor a nova orgânica da Câmara Municipal de Lisboa na qual tivemos uma enorme mudança no que diz respeito, como disse, à estrutura de proximidade e operacional da Câmara Municipal. -----

----- Foram criadas as Brigadas LX, nomeadamente, passaram a fazer parte da orgânica da Câmara divisões que são as brigadas das várias áreas do município, nomeadamente, na zona centro, centro histórico, norte ocidental e oriental. O objetivo é as brigadas terem uma capacidade intervenção operacional interdisciplinar no território. -----

----- Neste momento, estas brigadas têm um corpo de trabalhadores que vieram das anteriores brigadas da Câmara Municipal, constituído por uma brigada de calceteiros, com vinte e um elementos, brigada de alerta que tratava das tampas, das grelhas das sarjetas, cerca de nove elementos, brigada do betuminoso que eram cerca de seis elementos, brigada de sinalização que eram cerca de vinte e um colaboradores, brigada de equipamentos com cerca de seis colaboradores, brigada de fresagem com três coordenadores e coordenação com sete coordenadores. -----

----- Obviamente, este não é o nosso objetivo final no ponto de vista da capacidade operacional, nós temos bem noção que é necessário haver reforço da capacidade operacional destas brigadas, mas elas já existem, estão a funcionar.-----

----- Dizer que neste momento temos um pedido de reforço dos recursos humanos para que rapidamente, tenhamos um reforço operacional nestas áreas. Temos já entrevistas marcadas para a próxima semana, e temos continuado, no fundo, as admissões de operacionais para estas brigadas, com o objetivo de cada vez mais rápido elas serem a resposta que planeámos. -----

----- No que diz respeito ao Terreiro das Missas, está praticamente, finalizado o projeto de execução do Terreiro das Missas, que tem como objetivo a restituição nomeadamente do Terreiro das Missas conforme existia. O projeto que existe por parte da Junta de Freguesia de Belém, a complementar a este uma vez que é uma instalação e que pode ocorrer de forma sazonal, e não implica necessariamente uma modificação no que diz respeito ao seu projeto original. Assim que estiver finalizado nós pretendemos fazer um protocolo de delegação de competências para que as Juntas de Freguesia seja ela a executar este projeto, e portanto, julgo que já tivemos mais longe de ter uma solução para este problema que já se arrasta há um tempo. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em relação à Praça Umberto Delgado, tem sido desenvolvido um trabalho no âmbito de “Uma Praça Em Cada Bairro”, em estreita articulação com a Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica. Esta praça, no entanto, tem uma característica importante que, aliás, foi referida na pergunta e que é o facto de ser um dos mais importantes interfaces de transporte da Cidade de Lisboa, e por isso, foi desenvolvido um trabalho em conjunto com os operadores de transporte de camionagem, que hoje estão sediados na Praça de Espanha, e que serão transferidos para Sete-Rios, para organizar todo o terminal de camionagem com o terminal localizado por baixo do viaduto de Sete-Rios e com ligação direta ao Metropolitano.-----

----- Esse projeto está a ser desenvolvido, e está numa fase relativamente, adiantada, e pensamos que antes do final do ano vamos ter o projeto de execução pronto para lançar o concurso.-----

----- Este projeto integra ainda, um parque de estacionamento subterrâneo que é um direito de superfície que foi concedido pela Câmara, em meados de 2003 ou 2004, e que foi concedido ao Jardim Zoológico que por sua vez, o trespassou à empresa Emparque, e que será executado em articulação com toda a obra de reabilitação da Praça Umberto Delgado.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- Começo pelo Jardim da Praça do Império. A proposta será agendada em setembro para o concurso de ideias tal como tinha sido combinado em anteriores reuniões de Câmara. Será agendada para setembro, para uma reunião de Câmara.-----

----- Em relação a Monsanto tal como tinha dito numa última vez que fui abordado. Neste momento, os concessionários já entregaram o seu projeto que está em análise, para que não ofereça dúvidas nenhuma e esse projeto deve ser apreciado durante, ainda, este mês e tal como eu já tinha prometido, em setembro será apresentado não só esse projeto, tal como toda a estratégia que a Câmara pretende desenvolver para Monsanto, promovendo uma discussão sobre o Monsanto na sua totalidade, incluindo este projeto que inclui a reabilitação da Quinta da Pimenteira, de algumas casas de função, e da Casa do Presidente.-----

----- O que posso assegurar efetivamente, é que não vai haver nenhuns campos de futebol, e que os campos de basquetebol vão-se manter lá no sítio, e não vai haver nenhuma ocupação dos campos de basquetebol, e não vai haver nenhuma impermeabilização do solo, e portanto, aquilo que já disse aqui nas últimas reuniões de Assembleia vai-se manter na íntegra, alguma documentação já foi entregue à Assembleia Municipal depende agora, da apreciação final do projeto que foi entregue para a concretização da concessão, e isso será feito, também, durante o mês de setembro, e como também disse, gostaria que fosse igualmente, discutido amplamente a problemática de Monsanto, nesse mês ou quando a Assembleia Municipal assim o desejar.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Relativamente, à questão que foi colocada sobre o Panorâmico de Monsanto foi esta semana aprovado em reunião de Câmara a constituição de um grupo de trabalho com um projeto de missão de construção de um centro de inteligência, um centro operacional integrado na Cidade de Lisboa que tem por sua vez, como uma segunda dimensão deste projeto, que é um projeto de consolidação e integração dos sistemas de informação de todo o município, a sua constituição através das potencialidades que este projeto potencia, de um centro de inteligência da cidade para o qual já foi feito um estudo preliminar e que identificou o Edifício Panorâmico de Monsanto como o melhor sítio da cidade para fazer tal iniciativa.-----

----- Este projeto permitirá consolidar toda a componente tecnológica do município e envolver universidades na área das tecnologias, e grandes empresas, no sentido de construir um centro de inovação e consolidação da integração da informação ligada às *smartcities*, e que se correr como está previsto, colocará Lisboa na vanguarda do que melhor se faz em termos europeus, nesta matéria.-----

----- Este projeto tem de ser num sítio resiliente, um sítio que potencie por razões de comunicações, certas situações, e a equipa de projeto indicou como primeira escolha este edifício, portanto, está a ser feito agora o trabalho de confirmação com estudos, a confirmar-se espero que se confirme, irá ser lançado, então, um concurso internacional que permitirá a reabilitação deste edifício em conjunto com essas empresas que colocará Lisboa, como espero, no que de melhor se faz em termos de *smartcities* europeias.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra referiu:-----

----- “Penso que a Câmara já concluiu as suas respostas ao Senhor Deputado John Baker. Se tiver dúvidas, terá de se inscrever novamente.-----

----- A Mesa vai inscrever e vamos prosseguir.-----

----- O Grupo Municipal do CDS-PP apresentou sete perguntas.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Os CDS-PP trás mais questões, algumas já foram colocadas noutras sessões, e mereceram promessas por parte do executivo mas ainda, não vimos a sua concretização, e uma nova que trazemos pela primeira vez relativa ao património cultural da cidade.-----

----- A primeira é relacionada com as Piscinas de Lisboa. Voltamos a lembrar o problema da diferenciação criada entre municípios na cobrança das taxas para acesso a equipamentos desportivos da cidade.-----

----- Na sequência da Reforma administrativa e subsequente transferência de equipamentos para as Juntas de Freguesia, temos assistido a um aumento das taxas cobradas bem como a uma segregação económica no acesso espelhado na diferenciação entre preços praticados para fregueses em que o equipamento se encontra instalado, e para os utentes de outras freguesias.-----

----- Não se compreende como é que equipamentos municipais são geridos numa perspetiva de oferta municipal, e apenas porque passam a ser geridos por uma Junta, sejam criados fatores de diferenciação que levam os munícipes a sentirem-se excluídos. -----

----- Em onze de novembro de 2014, numa sessão relatámos este problema e concretizamos com o exemplo que se passa na Piscina Municipal da Ameixoeira, nomeadamente, com os fregueses do Lumiar. Na altura, o Senhor Vereador Jorge Máximo deu nota de exemplo semelhante na Piscina do Rego, pelo que iria efetuar uma avaliação no sentido de tomar medidas que permitam resolver esta diferenciação que, para nós, inaceitável, e qual seria a legitimidade da Câmara para proceder a uma uniformização dos valores uma vez que estes tinham sido estipulados pelas Assembleias de Freguesia. -----

----- Na sessão de perguntas sobre freguesias, realizada a nove de julho e sobre o mesmo assunto, informou o Senhor Vice-presidente que a Câmara estava a proceder ao levantamento de todas as situações. -----

----- Face ao exposto e nove meses volvidos, que lhe apraz dizer, Senhor Vereador, sobre esta importante questão? Foi efetuado o levantamento? Qual o diagnóstico? Que medidas foram tomadas? -----

----- Permita-nos esta insistência quando se trata de direitos sociais e acesso em condições iguais à prática desportiva e lazer, que uma reforma administrativa não pode aniquilar, nem deve obstruir, demasiadas divisões administrativas e fomento de diferenciação entre cidadãos. -----

----- A segunda questão tem a ver com um terreno baldio na Freguesia de Penha de França, mais propriamente, entre o Mercado de Sapadores e a Farmácia central da penha na Rua da penha de França, onde existe este terreno baldio que se encontra vedado por uma cerca de arame. O citado terreno encontra-se abandonado. Durante anos, a vegetação foi crescendo, o lixo acumulando, havendo queixas dos moradores da presença de baratas e ratos que frequentemente, acedem ao espaço público dos edifícios adjacentes. O terreno com lixo acumulado, contrasta com os ecopontos dos seus vizinhos. -----

----- O que gostaríamos de solicitar ao Senhor Vereador Manuel Salgado, era um ponto de situação sobre que medidas é que irão ser tomadas para resolver esta situação de urbanística e de insalubridade que coloca em causa moradores e transeuntes, nomeadamente, se já foi intimado o proprietário para limpeza e se existe projeto para intervir no mesmo, caso seja um terreno particular? Se for municipal, que destino tem a Câmara para o mesmo? -----

----- Em terceiro, uma questão sobre património cultural na Freguesia de Marvila. Para quem conhece esta Freguesia, sabe o quão ela é rica, rica na sua incidência geográfica, rica na sua diversidade, rica na força da sua comunidade local, de moradores, comerciantes e agentes locais, desportivos e culturais, mas também, rico em património cultural material lisboeta. Nesse sentido, e numa visita efetuada, recentemente, o CDS-PP deparou-se com o estado de degradação com necessidade de restauro de alguns espaços existentes. Destaco, para o efeito, o Edifício Abel Pereira

da Fonseca, a Ermida Nossa Senhora das Mercês na Quinta da Belavista, a quinta Marquês de Abrantes e a Quinta das Salgadas. -----

----- Assim, e desconhecendo-se que o património em causa é maioritariamente, municipal, que medidas de proteção e de recuperação existem para este património? ---

----- E por fim, uma última questão dirigida ao Senhor Vice-presidente Duarte Cordeiro. Esta última pergunta está relacionada com o impacto gerado por empresas de animação turística na Cidade de Lisboa, com particular incidência na Baixa Pombalina e nos Bairros Históricos. -----

----- Não valerá a pena fazer o histórico dos inúmeros encontros, queixas e desacatos que os Tuc Tuc's, Renault's 4L, Segas, Buggies, e tantos outros, têm provocado. Para isso, bastará recorrer à comunicação social nomeadamente, às peças jornalísticas emitidas no final da semana passada, quer pela RTP, ou publicadas pela Revista Sábado. Esta situação deve-se a uma razão muito simples, falta de regras definidas por ausência de regulamentação municipal. -----

----- O turismo tem sido um fator de revitalização da economia da cidade, pelo que nem nos passaria pela cabeça ser contra a promoção turística da cidade. No entanto, é preciso ter em atenção o número de empresas a operar no mercado e a necessária adaptação do espaço público e viário a esta realidade, minimizando o seu impacto ao nível ambiental, na mobilidade, na preservação do património e respeito pelos moradores dos Bairros Históricos, entre outras questões. -----

----- A Assembleia Municipal, através da 2ª Comissão Permanente, levou a cabo um trabalho de aprofundamento, desta problemática, ouvindo representantes desta atividade, dos taxistas e dos serviços camarários, tendo sido aprovado em Plenário realizado em março, nove recomendações ao Executivo Camarário, sendo que a mais premente e necessária na sua concretização era a regulamentação municipal da atividade em causa no sentido de a ordenar. -----

----- Em três de novembro de 2014, o então Diretor Municipal de Mobilidade e Transportes, o Professor Tiago Farias, reforçou a necessidade de regulamentação municipal de que sairia então, a emissão de licença de operação que teria adstritas um conjunto de regras que deveriam ser, obrigatoriamente, respeitadas. A pergunta que deixo ao Senhor Vice-presidente é simples, para quando o anunciado regulamento municipal? -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Jorge Máximo** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Relativamente à questão colocada, gostaria de esclarecer o seguinte: -----

----- Em primeiro lugar, e reiterando aquilo que já afirmei sobre este mesmo assunto, de facto é necessário ter neste tipo de intervenção, ter como pressuposto e de saber que todos os regulamentos de tarifas de acesso a piscinas e equipamentos municipais que estão, hoje, sobre gestão de Juntas de Freguesia, só resultam de instrumentos que foram sujeitos a avaliação no quadro das normas em vigor por parte do executivo das Juntas de Freguesia, submetidos a deliberação através de regulamento pelas respetivas Assembleias de Freguesia que sufragaram e aprovaram estas tarifas. -----

----- Temos neste momento, um estudo comparativo com preçário aplicado a todas as piscinas da Cidade de Lisboa, e há aqui questões que não são diretamente, comparáveis, o que nós notamos é que as Juntas de Freguesia criaram muitos novos serviços, criaram até, em muitos casos, alguns instrumentos que não existiam, tipo pacotes de anuidade, modalidades que não eram praticadas nos equipamentos municipais, tendo um leque de oferta mais alargado do que aquele que havia de tarifário no município que ainda se continua a aplicar na Piscina do Casal Vistoso que ainda se mantém na gestão do município.-----

----- Dar nota que, muitas vezes o que acontece é que houve uma alteração do preçário tendo em conta estas novas dinâmicas e também, algumas atualizações dos valores dos custos, porque hoje as taxas têm de ser ajustadas ao valor real apurado nos custos diretos dos equipamentos e o que acontece é que, por vezes, da mesma forma que, por exemplo, o município tinha um desconto para os empregados, tinha e tem, da CML, um caso particular, o caso de Santa Clara que deu um desconto às pessoas residentes na freguesia, e portanto, a comparação não é pelo aumento de preços para os não residentes, é por se tratar de um desconto para os fregueses da freguesia. E noutras freguesias aumentaram os preços, e aqui eu acho que para este trabalho ser feito é necessário uma uniformização do tarifário tem de ser feito em total articulação com as Juntas de Freguesia e numa perspetiva mais alargada.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em relação às questões do CDS-PP, relativamente à insalubridade no que diz respeito ao terreno entre a Avenida General Roçadas com a Penha de França, nós presumimos que se trata da Rua Penha de França, nº 40-42, o proprietário já foi, várias vezes, notificado para proceder à limpeza e à remoção da vegetação e lixo existentes. A própria Câmara já efetuou a limpeza do local e vai voltar a fazê-lo, e nós tentamos localizar o ecoponto que efetivamente, por vezes, os ecopontos estão, quando estão colocados junto de terrenos expectantes geram uma acumulação.-----

----- Devo dizer que esta é uma questão relevante que, inclusivamente, foi levantada na reunião descentralizada e, portanto, é um assunto que tem tido a nossa atenção, ultimamente, e portanto, agradeço a questão.-----

----- No que respeita à regulamentação municipal das atividades de animação turística, eu quero garantir que o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, Dr. Fernando Medina, já tomou decisões sobre a matéria que serão conhecidas muito em breve em relação a este tema que, obviamente, terão como objetivo criar alguma ordem no que diz respeito a esta atividade sem pôr em causa, tal como disse e muito bem, a importância que a mesma tem para a cidade mas colocará alguma ordem nesta matéria.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em relação à Avenida Rovisco Pais, portanto, na próxima reunião, na quinta-feira que vem, irá a Câmara adjudicação da empreitada de reordenamento de superfície das Avenidas Duque D’Ávila e Rovisco Pais.-----

----- Em relação à questão que colocou sobre os sentidos de trânsito na Rua D. Filipa de Vilhena.....”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra interrompeu: -----

----- “O Senhor Vereador está a responder a uma questão que, ainda, não foi colocada. Ia na carta mas ainda não foi formulada relativa à Rovisco Pais. Vai a resposta adiantada mas a Senhora Deputada depois, se quiser, perguntará melhor.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra, continua: -----

----- “Em relação a este património de Marvila, o Edifício Abel Pereira da Fonseca é particular. Depois há outros patrimónios, há outros edifícios que são da APL, e outros, ainda, do município. Portanto, há três proprietários diferentes.-----

----- Aquilo que se tem estado a fazer é tentar, em conjunto com os vários proprietários, fazer uma unidade de execução para poder intervir naquela área. Mas há uma dificuldade que, ainda, não foi ultrapassada e que resulta de protocolos que foram celebrados no tempo do Dr. João Soares, portanto, por altura da Expo, em que para alargar a Infante D. Henrique o município recebeu terrenos dos particulares e garantiu direitos de edificabilidade futuros. Esse acordo que foi estabelecido, na altura, com vários proprietários, neste momento, está a ser ponderado para se conseguir fazer esta unidade de execução.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra, referiu: -----

----- “Vamos prosseguir.-----

----- O Grupo Municipal do PAN apresentou quatro perguntas.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O PAN trás hoje uma série de questões, algumas delas que já foram colocadas anteriormente, mas que não tiveram uma resposta completa por parte da Câmara. E nesse sentido, pretendemos ver se, entretanto, existiu alguma evolução.-----

----- A primeira pergunta tem a ver com a questão das árvores que é um assunto que tem sido questionado, ultimamente, e a pergunta é, face às recentes polémicas relacionadas com as tarefas de manutenção e abate de árvores na Cidade de Lisboa, o PAN vem por este meio questionar a Câmara no sentido de perceber se todas as Juntas de Freguesia têm ao seu dispor especialistas nesta matéria que correspondam às necessidades da cidade e da vegetação, dado estas serem uma parte importante do património natural, mas também essenciais para a qualidade de vida? Caso a Câmara considere que as Juntas não estão munidas dos técnicos habilitados, pensam tomar alguma medida?-----

----- A questão seguinte tem a ver com a questão do glifosato, já anteriormente abordada, e a pergunta é no dia vinte e cinco de novembro de 2014, esta Assembleia Municipal aprovou a recomendação pelo abandono do uso de glifosato na Cidade de

Lisboa, proposta pelo PAN. No dia cinco de maio, voltámos a falar sobre este assunto na sessão de perguntas à CML, obtendo uma resposta inconclusiva. -----

----- O Grupo Municipal do PAN vem por este meio questionar a verificação sobre o cumprimento das recomendações desta Assembleia, atrás descritas, e quando é que cessa a utilização do glifosato pela CML? -----

----- A terceira questão tem a ver com os circos sem animais, e a pergunta é no dia vinte e cinco de novembro de 2014, esta Assembleia Municipal aprovou sobre proposta do PAN, uma recomendação “Circo sim, crueldade não”, proibição de espetáculos circenses sem animais, pela não emissão de licenças a espetáculos circenses que incluem exibição de animais. -----

----- Assim, o PAN vem questionar a CML sobre a tomada de decisão relativamente a este assunto. -----

----- A quarta questão tem a ver com a mobilidade em Campo de Ourique. No dia dezoito de novembro de 2014, o PAN questionou a CML relativamente à Freguesia de Campo de Ourique e os problemas de mobilidade que esta freguesia tem. -----

----- No dia quatro de março de 2015, o PAN apresentou um requerimento onde questionou a CML sobre os seguintes pontos: qual a atividade da Polícia Municipal de Lisboa em número de autuações e bloqueios de viaturas antes de dezoito de novembro de 2014? Qual a atividade da Polícia Municipal de Lisboa em número de autuações e bloqueios de viaturas de dezoito de novembro de 2014, até à presente data? Até agora a CML não nos respondeu. Gostaríamos de obter uma resposta clara e concisa com números. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu respondo a esta questão sobre o circo com animais. O Senhor Vereador José Sá Fernandes no que diz respeito às outras questões. Em relação a esta última questão, esta é da competência do Senhor Vereador Carlos Castro que, não estando presente, responderei com números à pergunta que aqui foi colocada. -----

----- Portanto, a atividade da Polícia Municipal em números, antes de dezoito de novembro de 2014, as autuações, 134, os veículos bloqueados, 6, removidos, 6, dava um total mensal, naquele mês, de 146 atuações. Após dezoito de novembro de 2014, a média aumentou significativamente, tivemos autuações, 270, veículos bloqueados, 104, veículos removidos, 31. Portanto, isto dito assim, é difícil de decorar, imagino que o Senhor Deputado queira esta informação, nós fazemo-la chegar. -----

----- No que diz respeito ao circo sem animais, referir que a Câmara à data da deliberação tinha licenciado duas atividades circenses. De então para cá, nunca mais licenciou atividades circenses, circos sem animais. No que diz respeito a atividades de circo para funcionários da Câmara são atividades onde não existem animais nas atuações, e em concreto a política que temos assumido é que só cedemos terrenos municipais em situações em que os circos são sem animais e no caso das atividades particulares, aí é diferente, obviamente, mas no que diz respeito à Câmara temos cumprido a deliberação que a Assembleia Municipal tomou.” -----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Como é do conhecimento de todos, na quinta-feira será apresentado para discussão pública, o regulamento, precisamente, sobre o arvoredo na Cidade de Lisboa, onde vão ser estabelecidas uma série de regras para transformar de uma maneira harmoniosa o tratamento das árvores na Cidade de Lisboa. -----

----- A Câmara tem acompanhado algumas Juntas de Freguesia nas ações que pretendem levar a cabo no arvoredo.-----

----- Julgo que este regulamento vai estabelecer aqui uma regularização do assunto que vai para discussão pública, espero que tenha opiniões de modificações válidas para que tenhamos um excelente regulamento do arvoredo para a Cidade de Lisboa, e julgo que isso vai colmatar algumas das necessidades que temos tido no último ano. -----

----- Em relação à segunda pergunta, eu vou seguir a recomendação da Assembleia Municipal, espero que a partir da próxima primavera isso esteja estabelecido, pelo menos da parte da Câmara Municipal de Lisboa do que aqui foi aprovada, a recomendação, em Assembleia Municipal.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra referiu: -----

----- O Grupo Municipal do PEV apresentou 6 perguntas.-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Tema: Terraços do Carmo.-----

----- “Os Verdes” iniciam esta sessão de perguntas à CML com o tema dos Terraços do Carmo. Inaugurados no passado dia 10 de Junho, ganharam uma placa evocativa descerrada pelo Senhor Presidente da CML. Porém, pouco tempo depois, encontram-se de novo encerrados! Essa inauguração poderá ter decorrido com a devida ‘circunstância’, e não apenas para turista ver, e com alguma ‘pompa’ para a comunicação social a reportar.-----

----- Com efeito, do projeto desta nova “varanda de Lisboa”, apenas uma parte se encontra de facto acessível, nomeadamente as escadas de ligação à Rua Garrett e ao Largo do Carmo, uma obra que durou anos a ser executada, e que recentemente foi gabada pelo Senhor Presidente nesta Assembleia Municipal. E porque está de novo vedada ao público? Porque, afinal, e passada a pompa do momento, ainda há - pasme-se - trabalhos a decorrer.-----

----- No local a Polícia Municipal voltou a colocar uma barreira metálica vedando o acesso e alimentado a desilusão dos que pretendem deleitar-se na ‘varanda’ dos Terraços. Acontece que algumas das estruturas metálicas de resguardo dos visitantes não apresentam as garantias mínimas de segurança exigíveis, com corrimões nem soldados nem aparafusados, mas apenas seguros por arames metálicos.-----

----- O mais grave é o facto de os arquitetos paisagistas não terem previsto as indispensáveis acessibilidades para pessoas portadoras de deficiência. Os projetistas ter-se-ão também esquecido de papeleiras, vendo-se turistas às voltas com embalagens nas mãos, para não conspurcarmos o chão e relvados, sem saber onde as largar. A empreitada para a “execução de trabalhos estritamente necessários e urgentes de

estabilização, contenção, reforço, infraestruturas e impermeabilização das zonas A e B dos Terraços do Carmo e sua área envolvente”, reprovada de novo em Setembro do ano passado nesta AML, pela Proposta nº 483/2014, também se terá esquecido da iluminação, pois a cablagem está ainda espalhada, em buracos pelo chão, mas sem qualquer ligação à rede pública. -----

----- Pergunta-se: Afinal que trabalhos estão ainda por executar? Como será assegurado o acesso a deficientes? As lojas sob a muralha, que alertaram para várias patologias e infiltrações detetadas em paredes e tetos dos seus espaços, têm o seu problema resolvido? Será que a próxima reinauguração terá somente lugar lá para mais perto das eleições autárquicas com nova ‘pompa e circunstância’? -----

----- O tema Terreno privado a Norte da Calçada do Poço. -----

----- No vale junto ao cruzamento da Calçada do Poço com a Estrada do Desvio existe um terreno expectante que já foi usado como área de cultivo junto a uma nascente. Do lado da Estrada do Desvio, uma via com sentido de trânsito exclusivamente descendente, não existem sarjetas, ficando esta via atreita a enxurradas aquando das chuvas de Inverno. Há cerca de 3 meses, o terreno em declive do lado esquerdo desta via foi isolado pela CML com chapas metálicas de proteção. Entretanto, várias dessas chapas esvoaçaram e tombaram, felizmente, não para a via pública, mas para o lado interior do vale. É também por este vale que é feita a passagem dos níveis freáticos das encostas envolventes. -----

----- Acontece ainda que, recentemente, técnicos da CML estiveram a efetuar um levantamento topográfico e medições deste terreno privado para uma possível urbanização em zona de vale de escoamento natural de águas. -----

----- Pergunta-se: Confirma a CML a possibilidade de vir a permitir uma nova urbanização em zona de vale? Existe algum projeto já aprovado para este local? Quando vai a CML resolver a atual situação de insegurança para o trânsito das chapas caídas na margem esquerda da descida da Estrada do Desvio? -----

----- O tema: Terreno municipal a Nascente da Estrada do Desvio. -----

----- A Nascente do cruzamento entre a Rua da Quinta das Lavadeiras e a Estrada do Desvio, a CML identificou uma empreitada da Direção Municipal de Ambiente Urbano com o nº 70/CP/DEPS/N.D./2012, para a extensão do Parque Urbano do Vale da Ameixoeira. Esta empreitada, inserida na campanha publicitária ‘Obra a obra, Lisboa melhora’, tinha um prazo de conclusão de 150 dias, pelo que já deveria estar pronta há quase 3 anos. -----

----- No vale deste terreno municipal passam linhas de água, o que implica que o trânsito da Estrada do Desvio circule sobre uma pequena ponte. Segundo informação disponibilizada pelos moradores, este vale da Quinta das Lavadeiras costuma encher no Inverno, havendo por vezes dificuldade no escoamento das águas pluviais. Através de uma visita ao local, “Os Verdes” aperceberam-se que a CML pretende desviar o curso de água, preparando-se os serviços municipais para conter estas linhas de água, entubando-as em pequenas condutas, mas omitindo a força do caudal no período de Invernia. -----

----- Pergunta-se: ultrapassado o prazo do anúncio previsto para construção do Parque Urbano, para quando prevê agora a CML terminar a empreitada no troço compreendido entre a Quinta das Lavadeiras e a Estrada do Desvio? E como planeia a CML normalizar e garantir o efetivo escoamento freático desta zona de vale? -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Relativamente ao Terraços do Carmo, suspeito que o Senhor Deputado já não vá aos Terraços do Carmo há alguns dias, porque, efetivamente, o quadro já não é aquele que descreveu, é sensivelmente diferente. O projeto dos Terraços do Carmo tal como o acesso à Rua Garrett é do Arquiteto Sisa Vieira, ele é que é o autor e não teve nenhuma intervenção de paisagistas. E neste momento os trabalhos que faltam, efetivamente, fazer é pôr o elevador a funcionar, o elevador que liga lá abaixo e que, ainda, não está a funcionar, e é fazer as ligações da EPAL e da EDP que neste caso tem alguma complexidade porque aquilo é considerado espaço público e portanto, há uma receção por parte das concessionárias que é diferente do que se fosse uma obra particular. -----

----- Queria aproveitar para referir o seguinte: o espaço dos Terraços do Carmo não é municipal, continua a pertencer ao património do Estado e, portanto, a Câmara Municipal tem um contrato de arrendamento, por cinquenta anos, com a Direção Geral do Tesouro e Finanças, para poder utilizar este espaço e, por sua vez, em setembro, vai fazer um concurso para arrendamento para a cafetaria e das lojas da Rua do Carmo, portanto, é isso que está previsto. E está previsto, também, que esta entidade concessionária que assegure a limpeza daquela área dos terraços. -----

----- Os pequenos trabalhos que estão a ser feitos, neste momento, foram pedidos por nós, por questões de segurança, nomeadamente a colocação de um portão que, de algum modo, dificulte o acesso às escadas porque há portões colocados lá em baixo, na Rua Garrett e na Rua do Carmo, e cá em cima não havia, portanto para marcar um portão cá em cima, bem como um portão junto à GNR. São estes os trabalhos que estão a ser finalizados, foram pedidos pelo Arquiteto Sisa Vieira, que é um Arquiteto não só de grande nível mas também, minucioso, e é essa a razão por que ainda há pequenos trabalhos que ainda, estão a decorrer.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Bom, eu vou responder em relação ao Vale da Ameixoeira que termina, como sabemos, na Quinta das Lavadeiras. -----

----- Como disse o Senhor Deputado, de facto, a obra está em curso, a obra do Parque Urbano do Vale da Ameixoeira que, obviamente, inclui, numa determinada parte, benefícios na regularização da ribeira e portanto, o problema das águas cai na Quinta das Lavadeiras. -----

----- Paralelamente, estamos com a equipa que foi recentemente constituída do Plano de Drenagem de Lisboa e aproveitar, fazermos alguns ajustes nesta própria ribeira

nomeadamente, através de alguns diques para que, quando chove, os caudais torrenciais não aparecem de repente na Quinta das Lavadeiras. É esse o trabalho que estamos a fazer, não só o trabalho de continuação do parque urbano da Ameixoeira mas, também, prever já, e quando digo já, é já para o ano, intervenções que permitam regularizar os caudais da ribeira que cai, depois, na Quinta das Lavadeiras. -----

----- Para além de outras pequenas intervenções que vamos fazer neste parque, com parque infantil junto das piscinas, enfim outras intervenções que estão previstas que se realizem para o ano. -----

----- Em relação ao terreno que falou na Calçada do Poço, portanto, um pouco mais abaixo, ou acima, da Quinta das Lavadeiras, ou a meio da Quinta das Lavadeiras, eu não tenho informação sobre essa matéria, pensava que seria o Senhor Vereador Manuel Salgado a responder, uma vez que o que falou é que está previsto uma edificação nesse sítio, eu desconheço essa matéria.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “É sempre difícil para nós identificar terrenos expectantes quando não vêm com fotografias da parte dos Senhores Deputados.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, respondeu: -----

----- “Mas foi enviada uma planta.” -----

----- **O Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro** no uso da palavra, continuou: -----

----- “De qualquer forma, parece-nos que no terreno em causa não vai haver qualquer tipo de edificação e houve, inclusivamente, uma intervenção dos serviços de higiene urbana no que diz respeito à limpeza do próprio terreno e, portanto, não me parece que haja qualquer tipo de intervenção que não seja de limpeza, ou mesmo de plantação. ----

----- Agora, podemos dar uma resposta mais profunda em relação às chapas, obviamente, iremos tratar do assunto, mas em relação ao destino do terreno, depois daremos uma resposta por escrito um pouco mais clara.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vou verificar exatamente, mas eu tenho ideia que, acerca de seis, sete anos, havia uma proposta de loteamento para aqui que foi indeferida por incumprimento do PDM, na altura o PDM de 1994. -----

----- Mas vou confirmar esta situação. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra referiu: -----

----- O Grupo Municipal do PCP apresentou quatro perguntas. -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu vou apresentar dois temas. -----

----- O primeiro é um tema de risco psicossociais profissionais nos trabalhadores do município e nas freguesias. -----

----- A precaridade do vínculo laboral é um fator psicossocial emergente que muito contribui para o mal-estar, stress, depressão e mesmo o esgotamento entre os trabalhadores.-----

----- Os fatores de risco psicossociais são muitos e diversos, para além deste, da precaridade, e estão presentes no nosso município a par dentre outros fatores de risco por falta de condições de trabalho.-----

----- Pergunta-se, que medidas, tomou a Câmara no âmbito da saúde no trabalho, ou saúde ocupacional, na prevenção de riscos psicossociais, nomeadamente, a precaridade do vínculo laboral ou falta de estabilidade organizativa dos serviços? Qual é a avaliação quantificada do risco dos profissionais no município? E qual é o plano de intervenção prioritária? Para quando a extensão aos trabalhadores da freguesia da vigilância em saúde ocupacional prometida por parte da Câmara Municipal?-----

----- A segunda questão, porque não está totalmente respondida, é para quando o regulamento da atividade dos chamados Tuk Tuk? Em novembro de 2014, a 2ª Comissão Permanente, a que presido, iniciou a reflexão aprofundada sobre esta problemática, e visto que o número de operadores e veículo então existentes, funcionava sem qualquer tipo de regulação. Neste documento que foi aprovado na maioria dos pontos, por unanimidade e dois por maioria, dessa recomendação, em fevereiro, março, deste ano, foram feitas recomendações muito pertinentes no sentido que, ao mesmo tempo que se valorizava este transporte turístico, se propunha evitar perturbações nos restantes transportes, já existentes, nomeadamente, os táxis. Apontava-se, mesmo, a perspetiva ecológica ambiental de proteger a cidade e os seus habitantes do ruído e da poluição do ar provocado por veículos a motor por combustão interna.-----

----- O tempo passado foi tempo perdido. E a situação em plena época turística é, completamente, caótica. A intervenção da Câmara torna-se, cada vez mais, difícil com a instalação livre de interesses e de atividades, anarquicamente. Pergunta-se, qual a razão do atraso da Câmara na regulamentação desta atividade turística? O que vai fazer a Câmara para corrigir a situação e tentar recuperar o tempo perdido, salvaguardando o turismo de qualidade e o bem-estar dos cidadãos da Cidade de Lisboa? Em que data será aprovado o Regulamento dos Transportes Turísticos, chamados Tuk Tuk, e outros? Em que data?-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Repetir aquilo que eu disse, à pouco, o Senhor Presidente tomou, recentemente, deliberações sobre esta matéria que serão conhecidas em breve. Essas decisões, no fundo, dirão respeito a um conjunto de matérias que irão ajudar a colocar ordem na situação, nomeadamente, paragens, entre outros aspetos desta definição.-----

----- A questão do atraso da regulamentação tem a ver com o facto de, como convém nestas matérias, mais vale um bom regulamento que chegue um pouco mais tarde do que um mau regulamento que chegue de forma apressada. Portanto, a Câmara, nesta matéria, tem tido todas as cautelas para preparar uma boa proposta.-----

----- No que diz respeito à precaridade laboral, penso que vai responder o meu colega, Vereador das Finanças João Paulo Saraiva.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Uma primeira questão sobre a disponibilização dos Serviços de Saúde, Higiene e Segurança da Câmara Municipal às Juntas de Freguesia. Foi feita essa mesma disponibilização. Há ainda, um conjunto alargado de Juntas que ainda, estão a pensar em qual será a melhor solução, aderir ao sistema que a Câmara lhe está a propor e aos seus serviços terem outro tipo de prestação, há duas que já mostraram a sua disponibilidade para aderir, mas ainda, não o formalizaram, e há cinco Juntas de Freguesia que já assinaram esse mesmo acordo de colaboração, de adesão. Portanto, sobre esta matéria, é o que se me oferece dizer.-----

----- Em relação à precaridade, eu queria deixar aqui, alguns números que nos parecem importantes.-----

----- O Município de Lisboa não tem tido, nos últimos anos, até pelo contrário, fizemos um grande esforço no sentido contrário, da precarização do trabalho no município. E queríamos aqui refletir com alguns números. -----

----- De qualquer forma, em função de um conjunto de necessidades que eu chamaria de especiais, nomeadamente, enquanto alguns concursos não terminam ou seja, os cantoneiros e tratadores/apanhadores, decorrem um conjunto de prestação de serviços para fazer face a essas mesmas necessidades e que, logo que os concursos estejam finalizados, os concursos têm muitos, em face até dos problemas que o país atravessa, digamos de uma grande disponibilidade de trabalhadores para se oporem a esses mesmos concursos, há um processo de seleção moroso que está no final das fases de entrevista que irão terminar no mês de setembro, e depois há ainda um conjunto de outro tipo de prestação. Portanto, nós numa perspectiva pessimista diria até ao início do ano que vem, todas estas situações estarão resolvidas, e nós contamos muito seriamente, que consigamos antecipar um pouco este processo. Mas, no limite, no início do ano que vem, este processo está resolvido. -----

----- Depois, digamos que as restantes prestações de serviços ao serviço do Município de Lisboa, decorrem da natureza das próprias funções que vão desde um número muito expressivo de assessorias aos próprios Gabinetes dos Vereadores e da Assembleia Municipal, até situações que, pela sua natureza, sejam enfermeiros, médicos, decorrem das próprias funções, e parece-nos a nós que será a melhor política de gestão de recursos humanos que esse mesmo trabalho seja prestado, com esse regime. -----

----- E é tudo. Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente** no uso da palavra referiu: -----

----- “Muito obrigada. E vamos prosseguir.-----

----- O Grupo Municipal do BE apresentou quatro temas.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cristina Andrade (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Nesta sessão de perguntas à Câmara Municipal, o BE apresenta quatro questões tal como foi referido pela Senhora Presidente. Irei debruçar-me sobre duas delas, designadamente; a Taxa Municipal Turística e o Quarteirão dos Marianos, na Madragoa. Começamos, então pela Taxa Municipal Turística.-----

----- A proposta de criação desta taxa foi debatida em dezembro de 2014, tendo na altura, o BE votado contra esta proposta. Um dos motivos para esta rejeição prende-se com o facto desta taxa, apesar de ser criada pela Câmara, ir ser cobrada por outra entidade, designadamente, a ANA – Aeroportos de Portugal. -----

----- Aquando da criação pública desta taxa, a própria ANA referiu, e passo a citar: “O total e absoluto desconhecimento sobre os passageiros que desembarcam no Aeroporto de Lisboa e que preenchem os requisitos exigidos pela aplicação da taxa turística municipal”.-----

----- De acordo com a informação disponibilizada na página de internet da Câmara Municipal, o Município de Lisboa e a ANA acordaram assinar um protocolo que fixa a metodologia de cálculo e os termos de cobrança desta taxa a vigorar a partir de 1 de abril. Este protocolo estipula também que a ANA, enquanto entidade responsável pela liquidação, arrecadação, controlo e fiscalização desta taxa, assume o pagamento da taxa de chegada por via aérea até ao final de 2015, não havendo assim liquidação individualizada. Ora, convenhamos, “quando a esmola é grande o santo desconfia”, convenhamos que não é muito credível que a ANA vá pagar ao município o valor correspondente a todas as taxas que, suposta, iria cobrar ao longo do ano, e que o faça sem contrapartidas. Esta é uma espécie de mecenato à Câmara que parece um pouco estranho, ninguém acredita nisto e é evidente que, mais cedo ou mais tarde, este custo irá ser socializado e obviamente será a favor da ANA. -----

----- A transparência e a clareza não podem causar embaraços, como tal parece-nos fundamental que, com muita transparência e clareza, a Câmara Municipal esclareça quais são as contrapartidas inerentes a este negócio, Como foi e como será calculada a estimativa de receita? Qual o fundamento legal para a cobrança de taxas por estimativa? Bem como, que nos informe sobre os procedimentos que estão a ser analisados para poderem a vir a ser executados caso esta taxa venha a ser declarada como ilegal.-----

----- A outra questão que queremos colocar remete-nos para o Quarteirão dos Marianos, uma grande área que como sabemos, se localiza na zona histórica da Madragoa e que tem sido alvo de diversas discussões aqui mesmo, na Assembleia Municipal, tendo inclusivamente, mobilizado algumas petições.-----

----- Trata-se de um quarteirão com cerca de 11000 m², onde está prevista a construção de cinquenta habitações. Este projeto preconiza a demolição de vários edifícios entre os quais as instalações arruinadas da antiga Fábrica de Cerâmica Constança. -----

----- Acerca de uma semana e meia, o Provedor de Justiça considerou nulas as decisões da Câmara de Lisboa, em particular, do Vereador Manuel Salgado por estas serem ilegais de acordo com o PDM. -----

----- A decisão do Provedor de Justiça é, aliás, bastante clara, referindo e passo a citar: “Parece aliás, que a Câmara Municipal aplica e desaplica, alternadamente, as disposições do Plano de Urbanização do Núcleo Histórico da Madragoa, da versão inicial do PDM e do novo PDM, sem que se alcance o critério e a fundamentação...”, recomendando que seja declarada nulidade das decisões em causa devendo nos termos da lei, e no prazo de sessenta dias, a Câmara informar o Provedor de Justiça sobre se acata, ou não, esta recomendação.-----

----- Perante o exposto, o BE pretende saber o que é que a Câmara Municipal de Lisboa tem a dizer, e o que pretende fazer, perante esta recomendação do Provedor de Justiça, designadamente se pretende aceitá-la, ou não, e quais as consequências que pretende retirar deste processo?-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Sobre esta questão da taxa turística, o Senhor Presidente tem vindo, em diversas ocasiões, a responder sobre esta matéria, nomeadamente, ao próprio BE, e este requerimento que é referido o número 26/2015, na sessão da Assembleia Municipal de cinco de maio, e penso que esta matéria está a fazer o seu percurso.-----

----- Nós, Município de Lisboa, temos esta competência de criar taxas, devemos discuti-las, criá-las e executá-las. Eu não vou estar permanentemente, nem sobre esta taxa, nem sobre qualquer outra, nem sobre um conjunto de outras políticas, a questioná-las, permanentemente. Houve um momento para o fazer, e houve uma decisão da Câmara e da Assembleia. Mas também não queria que ficasse nenhum equívoco sobre isto, e queria dizer que tenho uma grande convicção e uma grande segurança, quer naquilo que é a definição teórica desta taxa, quer nas suas regras de aplicação.-----

----- Nós entendemos as taxas municipais como instrumentos de política, e não só como mera forma de encontrar receitas. E parece-nos completamente evidente que neste esforço de termos uma cidade cada vez melhor, e com melhor qualidade, devem participar também, todos aqueles que vêm usufruir dessa mesma qualidade. E por isso, parece-nos a nós que é politicamente interessante que essas pessoas participem nesse esforço. Não somos só nós, Lisboa, a considerar nem esta hipótese, nem a concretizá-la, por esse mundo fora, e por essa Europa fora, existem outras inúmeras taxas similares, e nós também não inventámos, fomos “beber” a muitas outras concessões e implementações, e evidentemente, com esta taxa ou com outra qualquer, vai haver aqui um período de implementação, de monitorização, vamos certamente, necessitar de algumas afinações.-----

----- A situação que está em cima da mesa com a ANA foi a situação possível para concretizar uma das componentes desta taxa, e estamos a estudar outras formas, a correção da maioria que estão implementadas e, portanto, a seu tempo, vamos trazer a esta Assembleia essas mesmas hipóteses, essas mesmas formas de implementar, para podermos escrutinar e debater.-----

----- Mas queria-vos dizer que estamos muito seguros de que estamos a fazer um bom serviço a este município e a este país, ao introduzir esta taxa em que todos aqueles que vão usufruir desta belíssima cidade, se comprometem e se coresponsabilizam, pela manutenção, pela gestão e pelos custos associados a essa mesma manutenção e gestão da cidade.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “É público que existe uma recomendação da Provedoria da Justiça, Recomendação 3/A/2015, em que aponta relativamente ao processo do Quarteirão dos Marianos, a chamada Unidade de Execução do Quarteirão dos Marianos, questões de ordem formal e questões de ordem material, e sobre a qual estamos a ponderar a forma de as considerar. Por um lado, recomenda a declaração da nulidade do ato de aprovação dos termos de referência de unidade de execução e dos atos conexos, mas aqui é preciso referir expressamente o seguinte: o PDM em vigor, faz menção clara à aplicação do Plano de Urbanização da Madragoa na área da referida intervenção, nomeadamente expressa no número 3, do artigo 5º, do Regulamento do Plano Diretor Municipal, ou seja, em tudo o que não é omissa aplica-se o PU ou o PDM, de 1994, em casos de remissão estática, em tudo o que é omissa aplica-se o PDM de 2012. Estes são os pareceres jurídicos que temos, dos vários serviços, incluindo o próprio Departamento Jurídico.-----

----- Quanto à declaração de nulidade do ato de aprovação do projeto de arquitetura, ele sustenta-se no facto do projeto da intervenção consubstanciada numa obra de reabilitação urbana, nos termos do artigo 9, do PU da Madragoa, bem como nos termos da estratégia de Reabilitação Urbana de Lisboa, 2011-2024, aprovada por esta Assembleia. No entanto, é preciso ter claro que isto resulta do facto dos técnicos terem apreciado a intervenção neste edifício, como uma obra nova, e não como uma obra de reabilitação conforme é expresso no Plano de Urbanização e na Estratégia de Reabilitação Urbana. Mas, na realidade, é uma obra de reabilitação.-----

----- Portanto, nós neste momento, estamos a ponderar e em princípio aquilo que se vai fazer é solicitar ao promotor que entregue uma alteração ao projeto de arquitetura, no que diz respeito a este edifício, e no prazo legal de sessenta dias será feita formalmente a resposta, ao Senhor Provedor de Justiça.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Graça (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Os Deputados Independentes gostariam de colocar duas questões à Câmara Municipal, uma relativamente às obras de reabilitação em bairros municipais, pois sabemos que para além do Contrato Programa da GEBALIS que foi, obviamente, aqui aprovado e discutido, e falo da proposta que todos têm conhecimento, Proposta nº 298/2015, que elenca as intervenções prioritárias de beneficiação, conservação e manutenção do edificado da GEBALIS, e também da recomendação que foi feita por esta Assembleia Municipal de acompanhamento e execução deste contrato de

programa, o que os Deputados Municipais Independentes gostariam de saber, para além disto, era, também, quais eram as obras de reparação e manutenção ordinária que têm vindo a fazer a própria GEBALIS, e falamos obviamente de obras já concretizadas ou em fase de concretização, e também a que nível estas obras estão a ser feitas, ao nível de empenas, coberturas, etc., e também em que escala para termos a noção do conjunto de lotes e de edifícios que estão a ser intervencionados. Era uma das informações que queremos. -----

----- Uma outra pergunta que gostaríamos de colocar à Câmara é relativamente aos investimentos da Câmara Municipal no âmbito do pacto para o desenvolvimento e coesão territorial na Área Metropolitana de Lisboa, até porque é conhecido, em março, o Governo convidou à apresentação da candidatura de Pactos para o Desenvolvimento Territorial no âmbito de Portugal 2020, sabemos que a Câmara Municipal apresentou um conjunto de projetos e bem, naturalmente, do qual tivemos conhecimento do respetivo quadro de investimentos que sabemos que é um quadro de investimentos metropolitano e do qual vem destacado as ações da Câmara Municipal de Lisboa, essencialmente, em cinco áreas eficiência energética, energias renováveis, requalificação de património urbano e cultural, empreendedorismo, inclusão social e educação, e portanto, face a este quadro de investimentos tivemos conhecimento através da Senhora Presidente da Assembleia Municipal, gostaríamos de saber por parte da Câmara qual era o ponto de situação deste processo, portanto em que fase nos encontramos, e também se a Câmara Municipal se revê nesta estratégia territorial metropolitana e, naturalmente, nesta repartição de verbas neste Portugal 2020, e se concordam ou não, que esta promove, de facto, as prioridades e uma visão conjunta dos Municípios da Área Metropolitana de Lisboa? E, por fim, se o investimento que aqui se prevê, e se espera ver aprovado, é o necessário para o que Lisboa necessita em cada uma destas áreas?-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Vereadora Paula Marques** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em resposta à pergunta feita pelo Senhor Deputado Miguel Graça, para além do contrato programa que nós, nós Câmara e Assembleia Municipal, discutimos e aprovamos nos últimos dias, A GEBALIS tem neste momento, algumas obras em curso, outras já concluídas que passo a identificar:-----

----- A tipologia da intervenção são telhados, fachadas e empenas, com substituição de revestimento, intervenção em juntas de dilatação, intervenção e remoção de fibrocimento, intervenção e reabilitação de espaços comuns, redes de água e redes de gás, algumas demolições por questões de segurança, intervenções em ocorrências provocadas por atos de vandalismo e/ou furto, e substituição de revestimentos, tal como referi.-----

----- Os bairros que foram intervencionados ou que estão em intervenção são: o bairro da Horta Nova, seis lotes em concurso público, a última fase, a segunda fase, o Bairro Padre Cruz, treze lotes já concluídos, o Bairro do Calhau que é intervenção geral e que tem vindo a fazer-se ao longo do tempo, Alta de Lisboa com nove lotes parcialmente

concluída e em concurso a rede de águas, Ameixoeira nove lotes já concluídos, Alfinetes cinco lotes já concluídos, Marquês de Abrantes um lote já concluído, Ourives quatro lotes, última fase, em curso, Armador diversos lotes já concluídos, as Olaias seis lotes ainda em curso a obra, Graça e Sapadores foi feita a intervenção um lote, manutenção ordinária, no espaço ocupado pela Creche da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, já concluído, na Alfredo Bem-Saúde em todo o edificado já concluído, também, Casal dos Machados em conclusão a fase de projeto, Quinta das Laranjeiras concluído, em grande parte, no segundo semestre de 2015, será iniciada a segunda empreitada, Flamengo onze lotes já concluídos, Condado vinte e quatro lotes e está em curso a intervenção, e Boavista quinze lotes já concluída grande parte da intervenção, e o resto da intervenção prevista, que são os rés-do-chão, está em processo de adjudicação.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em resposta à pergunta feita pelo Senhor Deputado Miguel Graça, em relação à questão do Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial da Área Metropolitana de Lisboa, referir-lhe que na semana que passou os municípios chegaram a um entendimento, uma posição unânime na reunião do Conselho Metropolitano, a única alteração que foi proposta pelos municípios no que diz respeito a este pacto, foi a inclusão da parte dos municípios da recuperação do Palácio da Ajuda, da Sala do Tesouro, cuja verba foi repartida pelos vários municípios no que diz respeito a uma das linhas, digamos assim, no que diz respeito a estas linhas de financiamento.-----

----- Dizer que a Câmara Municipal de Lisboa foi a única dos dezoito municípios que apresentou propostas para todas as prioridades de investimento e foi o único que esgotou o orçamento alocado ao município, obviamente, que agora vai ter de ser descontado este montante para equação que depois irá ser compensado pela questão da Sala do Tesouro da Ajuda. E tivemos todos os projetos aprovados pelo POR de Lisboa, em sede de apreciação prévia, e portanto, no que toca à Câmara Municipal nós temos vários projetos que depois, podemos informar os Senhores Deputados Municipais em relação a eles, mas que sim, no que diz respeito a programas de inclusão ativa, abandono escolar, saúde, infraestruturas sociais, nomeadamente, rede de creches, a património nacional e cultural, nomeadamente, por exemplo, a requalificação do Torreão Poente da Praça do Comércio, ou mesmo, infraestruturas de formação e educação com algumas obras, algumas recuperações, algumas escolas básicas, matérias relacionadas com a criação de emprego, com programas específicos para empreendedores, e muitos projetos no que diz respeito à eficiência energética, portanto, pensamos que o Município de Lisboa conseguiu, com este pacto, respostas muito positivas para um conjunto de projetos considerados fundamentais.-----

----- Muito obrigada.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu não vou repetir aqui o que foi dito pelo Senhor Deputado Vasco Morgado, nem pelo Senhor Deputado Diogo Moura, mas face à resposta do Senhor Vereador Manuel Salgado, importa fazer uma pergunta fundamental; sendo certo que no último ano as dormidas em Lisboa, dispararam 15,4%, parece-me evidente que tudo o que ficou definido em plano estratégicos exteriores está claramente, ultrapassado. O Turismo, tal como disse, deve ser uma oportunidade de reabilitação e de regeneração da cidade. Contudo, pode transformar-se num ónus, e isso acontece sempre que o aumento de turismo tem impacto negativo sobre a qualidade de vida dos habitantes locais e aí, Senhor Vereador, a Câmara não pode ficar surpreendida porque é a Câmara que licencia grande parte destes estabelecimentos, a Câmara deve estar á frentes do processo porque tem uma estratégia e, naturalmente, sabe as consequências dessa mesma estratégia. -----

----- Eu tenho uma pergunta muito simples para deixar aqui, reportando-me ao período dos últimos quatro anos, e referindo-me á zona da Baixa, Alfama, Castelo, Belém, Avenida da Liberdade e envolvente, qual o número de metros quadrados aprovados para hotéis e afins, e qual o número de metros quadrados aprovados para habitação? Era uma resposta que nós gostávamos de ter. -----

----- Referente, também, à pergunta que o Senhor Deputado Vasco Morgado fez sobre o Capitólio, e face à resposta do Senhor Vereador, estamos completamente de acordo, Senhor Vereador, é verdade que a empresa que estava a fazer o Capitólio, faliu. Curiosamente, era a mesma empresa que estava a fazer a empreitada do Martim Moniz. Acontece que, em dezembro de 2014, o Martim Moniz ficou pronto, os arranjos exteriores ficaram prontos, e o Martim Moniz, neste momento, está ocupado na sua totalidade, exceto as coberturas. E eu pergunto o seguinte; porque é que não foi lançado também para o Capitólio um concurso público? E quais as vantagens objetivas que a Câmara tirou da subcontratação? -----

----- A outra questão prende-se com a minha declaração política realizada no passado dia sete, e reportando-me ao ofício 416/GVMS/2014, onde a Câmara afirma ao Senhor Provedor de Justiça as restrições orçamentais que não têm permitido satisfazer, em tempo útil, os compromissos assumidos. Nesse dia foi-nos informado pelo Senhor Vereador Manuel Salgado uma vasta lista de montantes despendidos em expropriações. O Senhor Vereador das Finanças respondeu: “Não se preocupe que as finanças da Câmara estão bem”, eu não me preocupo, Senhor Vereador, só não compreendo porque é que a Câmara terá dado esta resposta ao Senhor Provedor. Das duas, uma, e ainda não recebi nada, nenhum ofício enviado ao Senhor Provedor de Justiça contestando estas afirmações, portanto, presumo que a Câmara as tenha feito, e se as fez a minha pergunta é esta, porque é que a Câmara assumiu que devido a restrições orçamentais, não pode cumprir compromissos assumidos? E gostava de ter esta resposta muito objetiva, mas até à data ainda, não tive. -----

----- Por último, a Feira Popular. Sabendo certo que, de acordo com o PDM, em locais bem servidos por transportes públicos a Câmara pode limitar o máximo de estacionamento previsto, a verdade é que, por exemplo, na Avenida Fontes Pereira de Melo com a Avenida 5 de Outubro, quando questionado sobre quais os critérios que

levaram a Câmara a adotar, para essa mesma limitação, o Senhor Vereador Manuel Salgado diz, em sede de 3ª Comissão, que propôs-se e aceitou-se, com sujeito indeterminado. -----

----- No caso da Feira Popular, estamos perante um lote também servido de uma vasta rede de transportes públicos, pelo que eu calculo que à semelhança do caso anterior, a Câmara venha a limitar a oferta de estacionamento. Porém verificamos que apesar da abundância de estacionamento nesta zona, a verdade é que todos estes lugares estão ocupados por transportes vindo de fora da cidade e por automóveis em dias úteis, tendo em conta o espetável aumento de afluência àquela zona, cito: “a criação de um grande centro de emprego”, pergunto, pretende a Câmara obstaculizar à criação de lugares sedentários neste lote? E nesse caso, em que matéria de facto e de direito, e quais os critérios objetivos imensuráveis que vão presidir a essa determinação? -----

----- Por último, eu pergunto se foi, ou não, revogada a proposta de Câmara 597/2011, e consequente deliberação da AML 33/2012, em que afeta os terrenos municipais da Avenida Álvaro Pais, a escola primária e jardim-de-infância. É que se não forem revogadas estas deliberações, então a discussão de equipamentos que aqui tivemos, não tem sentido nenhum. Se foram revogadas estas deliberações, eu gostava de saber em que data e em que termos, de facto e de direito, em que elas foram feitas. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Relativamente aos três processos que o Senhor Provedor de Justiça refere, dizendo respeito ao Casal Ventoso, a situação é a seguinte: -----

----- Dois dos prédios identificados no processo da provedoria, não têm a descrição predial completa. Apenas um pertence aos queixosos, encontrando-se registado na Freguesia de Alcântara e não na Freguesia de Santo Condestável. -----

----- O município detetou a situação e em colaboração com os particulares, já conseguiu identificar as descrições prediais corretas que, efetivamente, correspondem aos prédios dos queixosos. -----

----- Estão em curso as avaliações tendo em vista o encerramento do processo aquisitivo com a celebração das escrituras. -----

----- Existe um outro prédio que os particulares alegam possuir, mas não foi exibida prova da sua titularidade através da respetiva certidão predial, e enquanto não for exibida tal prova cujo ónus pertence aos interessados, não é possível fazer a escritura. -

----- O Município de Lisboa já respondeu a Sua excelência o Senhor Provedor de Justiça muito antes do prazo legal dos sessenta dias. Desde a extinção do Gabinete do Casal Ventoso, em 2012, foram pagos 5.7 milhões de euros, e de 2012 até ao momento, foram pagos e resolvidos dezanove processos num montante superior a um milhão de euros. Há data, encontram-se resolvidos e prontos para escritura, três processos no valor de 99506,16 euros. -----

----- Relativamente à Feira Popular, as regras do estacionamento são, certamente como a Senhora Deputada conhece, aquelas que estão estabelecidas no Regulamento do Plano Diretor Municipal que fixa máximos de lugares de estacionamento, e não

mínimos tal como acontecia no anterior PDM. E esses máximos são tanto mais restritivos quanto mais próximo o terreno estiver de uma zona bem servida por transportes públicos, nomeadamente, caminho-de-ferro e metropolitano, que é o caso deste terreno. E, portanto, aquilo que será seguido é aquilo que está definido no PDM, e o PDM tem um intervalo de resposta, e será sobre esse intervalo que será assegurado, e em função, também, do estudo de tráfego que virá a ser feito, que será assegurado o número de lugares de estacionamento a contemplar. -----

----- Relativamente às perguntas que fez sobre quais as vantagens para o Capitólio de não se ter feito um novo concurso e se ter adotado pela subcontratação, a razão é porque, efetivamente, esta obra é de natureza completamente diferente daquela que se estava a realizar nos edifícios de habitação, no caso no Martim Moniz, porque aqui o que estava em causa eram equipamentos que estavam parcialmente fabricados, nomeadamente, equipamento de cozinha, tetos especiais, portões acústicos, portanto, um conjunto muito específico e muito especializado de equipamentos que estavam semi-fabricados, e que se não tivéssemos continuado com os mesmos empreiteiros, teríamos perdido tudo isso que já estava feito, dando origem a um novo processo completamente, novo e impossível de controlar.-----

----- Relativamente à pergunta que faz sobre a Álvaro Pais, e se a deliberação da altura já foi revogada, não lhe sei responder, o que lhe sei responder tal como já respondi, não sei se nas Comissões, se aqui no Plenário, que relativamente à Álvaro Pais todo o terreno já é municipal, aliás já foi feita na semana passada, a escritura que transferiu o terreno da “Danipor” para a Câmara Municipal, são cerca de um hectare, ou onze mil metros quadrados, e a informação que temos da avaliação feita pelo Departamento de Equipamentos Escolares é que neste momento, não há carências de equipamento escolar nesta zona da cidade, tanto mais que a escola Arnaldo Louro foi reabilitada e aumentou-se a sua capacidade, pelo que temos este terreno disponível para os equipamentos que, conforme está na proposta aprovada pela Assembleia, da monitorização das necessidades que vierem a ser identificadas, será esse o equipamento a construir neste terreno na Álvaro Pais.-----

----- Quanto aos números de turismo e habitação, obviamente que não tenho aqui na manga para poder dar a resposta, mas rapidamente, terei todo o prazer em fornecer à Assembleia.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Penso que sobre esta matéria dos terrenos que estavam por regularizar, no Casal Ventoso, já terão sido dadas as explicações necessárias e suficientes. Uma parte do problema do município e dos seus trabalhadores empenharam-se em ajudar aqueles que tinham de fornecer a informação correta para que este processo fosse finalizado, de facto, ele demorou tempo demais, evidentemente, mas foi só com a ajuda dos trabalhadores que não tinham de o fazer, diga-se de passagem, porque essa é uma responsabilidade daqueles que tinham de o provar a titularidade dos terrenos, mas como veio ao cima, mais uma vez, a saúde financeira do município, eu queria só, para

tranquilidade de todos, nomeadamente, dos nossos fornecedores e de todos aqueles que se relacionam connosco, informar a todos que a Câmara mantém o prazo médio de pagamento de três dias, a trinta de junho, que tem 3,8 milhões de euros de dívidas a fornecedores que é o mais baixo de sempre dos últimos dez anos, e que conseguiu numa consulta feita ao mercado bancário 0,9 de spread e que é o melhor spread dos últimos dez anos que a Câmara conseguiu. E isto demonstra claramente, que o município não está só de boa saúde financeira, como aqueles que são os seus interlocutores nos mercados, nomeadamente nos mercados financeiros, o reconhecem e têm confiança na sua gestão. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Maria Luisa Aldim (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Na sequência do interesse que temos dedicado à mobilidade e à requalificação do espaço público, o CDS-PP dirige mais três questões ao Senhor Vereador Manuel Salgado, umas que já foram parcialmente respondidas mas que, ainda assim, gostaríamos de ter a oportunidade de as apresentar. -----

----- Em primeiro lugar, gostaria de ter esclarecimentos sobre a situação em que se encontra, ainda, a Avenida Duque d’Ávila e a Avenida Rovisco Pais, desde as obras do metropolitano. Após estas obras já a Avenida Duque d’Ávila foi perfilada e então, a intervenção na Rua Alves Redol, concluída. Ao mesmo tempo, a Rovisco Pais esteve fechada ao trânsito, permitindo entretanto, estacionamento e acessos privados que agora se encontra aberta a livre circulação. O estado do pavimento, esse, mantém-se lastimável. No final da Avenida e na confluência com D. Filipe de Vilhena, Rua D. Estefânia e com a Avenida Duque d’Ávila, o acesso tornou-se numa armadilha para quem a pretende atravessar, seja a pé, ou de carro. -----

----- A Câmara chegou a informar que as mesmas teriam início a dois de junho de 2014. Em onze de novembro de 2014, e perante um atraso que parecia permanente, o Vereador Jorge Máximo informou esta Assembleia da existência de problemas com o empreiteiro que não eram da responsabilidade da Câmara Municipal. Mas também disse, que a Câmara Municipal estava a iniciar um novo procedimento concursal e que, rapidamente, segundo as suas palavras, que este processo poderia ser resolvido. Como passaram nove meses sem que nada tivesse acontecido, perguntamos agora ao Senhor Vereador Manuel Salgado qual é a equivalência do tempo cronológico que deve ser usado para quando um Vereador diz rapidamente? E se finalmente pode avançar com uma data para o começo da obra? -----

----- De qualquer forma gostaria de ouvir a explicação. -----

----- Gostaríamos também de obter informação sobre a intervenção de reperfilamento irá manter a continuidade da ciclovía, e se tal como foi vinculado por várias vezes, mas sem dados factuais, se existe algum compromisso, ou cláusula contratual, que estipule que o custo da obra a ser imputado na totalidade ou em parte, à Metro e CARRIS?-----

----- Em segundo lugar, questionamos o Senhor Vereador sobre os planos de mobilidade aprovados para a Avenida Duque d’Ávila, e arruamentos envolventes,

nomeadamente, a Rua D. Filipa de Vilhena, situada junto ao Bairro Arco do Cego, que viu há poucos anos e sem qualquer aviso por parte da Câmara Municipal, uma série de alterações em curso que terão consequências diversas na vivência do bairro para os seus moradores e comerciantes. -----

----- No seguimento dos planos de mobilidade aprovados anteriormente, por esta Câmara Municipal, para que a Avenida Duque d'Ávila e arruamentos envolventes, o então Vereador Fernando Nunes da Silva apresentou o esquema de circulação de ligações entre Campolide e a Alameda D. Afonso Henriques que pretendia canalizar o tráfego de atravessamento pela Avenida Duque d'Ávila e Avenida Rovisco Pais, no sentido poente nascente, e pela Avenida António José de Almeida e Miguel Bombarda, no sentido nascente poente, sempre com sentido único, indicando que, e passo a citar: “as ligações entre estes dois eixos de atravessamento serão asseguradas pela Rua do Marquês de Sá da Bandeira, a poente, e a Rua Alves Redol, a poente, ambas com dois sentidos de circulação e possibilidade de inversão de marcha na nova rotunda a implementar na Praça António José de Almeida. O sistema de vias principais distribuição local, é composto pela Avenida João Crisóstomo, que passará a ter dois sentidos de circulação, na direção nascente poente, e por um conjunto de perpendiculares formado pela Avenida 5 de Outubro, Avenida Defensores de Chaves e o eixo formado pelas Ruas D. Estefânia, Filipa de Vilhena e Arco do Cego, as quais assegurarão sempre os dois sentidos de circulação e sempre que possível todas as viragens em cada cruzamento”. -----

----- Passaram anos desde a apresentação do esquema de circulação sem que tenha sido tomada qualquer medida pelo cumprimento do mesmo, pelo que importa questionar, agora, a Câmara Municipal sobre o ponto em que está a atual implementação do mesmo. -----

----- Por último, o CDS-PP havia apresentado mais uma questão sobre a Praça Marechal Humberto Delgado, mas que entretanto, foi colocada pelo MPT e que a resposta também foi bastante clara, pelo que consideramos que este assunto se encontra esclarecido. No entanto, aproveitamos o conteúdo do esclarecimento e questionamos apenas se existe previsão de conclusão da proposta do plano que anunciou para que esta casa o possa analisar. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O conceito de rapidez é relativo, a rapidez para o corredor de cem metros não é a mesma que a rapidez para o da maratona, são diferentes, e muito menos para a escala da Câmara. Portanto, estes conceitos de rapidez são sempre relativos. -----

----- De qualquer modo, quero dizer que a empreitada do reordenamento da Duque d'Ávila e Rovisco Pais, vai à reunião de Câmara na próxima quinta-feira, para ser adjudicada. Portanto, foi uma rapidez de nove meses, quer dizer, há outras coisas que se fazem em nove meses, portanto.... -----

----- Quanto à questão das alterações de sentido de trânsito na Rua D. Filipa de Vilhena, como disse, e bem, isso foi uma proposta do mandato anterior desenvolvida

pelo então Vereador Fernando Nunes da Silva. Neste momento, não estamos a pensar alterar os sentidos de trânsito, nem repor um sentido único na Filipa de Vilhena, estamos sim a fazer uma reflexão sobre toda esta rede tendo em conta a introdução de vias partilhadas entre veículos de velocidade 30, partilhadas entre veículos e bicicletas e é um trabalho que está a ser feito e poderá depois a vir a ter alguns ajustamentos de sentidos de trânsito.-----

----- Quanto à pergunta que me fez sobre a Praça Humberto Delgado, de facto o projeto está numa fase bastante desenvolvida, foi feita uma consulta a três projetistas, foram apresentadas propostas pelos três, foi escolhida uma solução e é sobre essa solução que se está a trabalhar. Ela toma como orientação a reorganização do interface de camionetas que ficará instalado onde hoje, está o parque da EMEL, por baixo do viaduto, e com ligação direta através de uma nova escada, à galeria do metropolitano. Portanto, é isso que está a ser feito, e logo que o projeto esteja mais desenvolvido, será tornado público.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Deputada Municipal Cláudia Madeira (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O tema é sobre as Taxas que a Câmara Municipal de Lisboa isentou na festa do Continente.-----

----- Após seis edições do Mega Piquenique, fruto de uma parceria entre a Câmara Municipal de Lisboa e o Continente S.A, surgiu este ano a Festa Continente, no Parque Eduardo VII.-----

----- Para “Os Verdes”, estas iniciativas representam uma privatização do espaço público, através de operações de marketing que se escondem por trás de uma suposta promoção da produção nacional, mas todos nós sabemos o quanto esta cadeia de supermercados estrangula os pequenos produtores.-----

----- Numa altura em que o pequeno comércio, fundamental para a economia local, é atingido de forma brutal pela crise instalada, surgem iniciativas destas a beneficiar grandes cadeias de supermercado que não precisam. Mas, apesar de todas as críticas, a Câmara tem insistido na realização destas iniciativas.-----

----- Já por diversas vezes, tanto aqui em plenário como através de requerimentos escritos, questionámos o executivo sobre os custos e o valor que era isentado ao promotor desta iniciativa. Até agora, num completo desrespeito por esta Assembleia, não há qualquer resposta.-----

----- Assim, relativamente à Festa Continente e por considerarmos que os deputados desta Assembleia e os lisboetas devem estar na posse destes dados, gostaríamos que o executivo nos desse informações sobre:-----

----- - Quais os recursos humanos e equipamentos municipais utilizados nesta iniciativa?-----

----- - Qual o valor estimado com esta disponibilização de recursos e equipamentos?---

----- - Houve isenção de taxas neste evento? Se houve, qual o valor das taxas isentadas pela ocupação da via pública e publicidade para a realização deste evento?-----

----- O tema é a Substituição do piso do Jardim do Príncipe Real.-----

----- O Jardim França Borges, no Príncipe Real, foi requalificado em 2009. Mal requalificado, diga-se. Houve substituição de canteiros por relvados que acabaram por não nascer, as sebes foram arrancadas, várias árvores foram abatidas, muitas delas de grande porte, e muitas outras ficaram em mau estado. -----

----- Contudo, a nossa questão é sobre outro problema: o pavimento. -----

----- Lembrou-se a autarquia de, nesta requalificação, utilizar um material para revestir o piso do jardim, feito à base de vidro moído. Na altura contestámos o que foi feito no jardim. Fizemos várias visitas e contactos com a população, que contestou desde o início a opção do executivo. Dois dias após a aplicação do novo piso, este levantou imenso pó, prejudicial para a saúde pública e também para as árvores. Para tentar resolver esta situação, diariamente, trabalhadores da autarquia regavam o referido pavimento, para fazer assentar o pó. -----

----- Depois disso, e uma vez que a rega do chão - do chão, não dos espaços verdes - não era viável nem sustentável, a autarquia tentou resolver o problema com uma solução química que agregava a camada superficial mas sem grande êxito pois os problemas continuaram. Finalmente, o executivo, mais concretamente o Vereador responsável pela requalificação do Jardim do Príncipe Real, lá admitiu que a intervenção realizada no piso do jardim correu mal, referindo que se iria proceder à substituição do mesmo. -----

----- Ora, o que “Os Verdes” pretendem saber é:-----

----- - Que custos representou para a autarquia esta má opção do executivo? -----

----- - Portanto, qual o custo da remoção do pavimento e da sua substituição por outro? -----

----- O tema é o Palácio Almada-Carvalhais e Palácio da Quinta das Águias. -----

----- Na cidade de Lisboa existem cerca de duas dezenas de palácios históricos em avançado estado de ruína, incúria e abandono. O Grupo Municipal do PEV já questionou o executivo camarário, neste mandato, sobre alguns deles, nomeadamente o Palácio da Quinta das Conchas, o Palácio Marim-Olhão, o Palácio Condes da Ribeira Grande ou o Palacete da Quinta de Nossa Senhora da Paz. -----

----- Hoje, gostaríamos de obter esclarecimentos sobre outros dois palácios em concreto: o Palácio Almada-Carvalhais e o Palácio da Quinta das Águias. -----

----- O Palácio Almada-Carvalhais, situado no Largo do Conde Barão foi construído em meados do século XVI, e tem uma arquitetura renascentista e barroca, de onde se destaca a decoração com estuques de vários tetos, os silhares de azulejos em vários compartimentos e uma escadaria monumental. O jardim deste palácio foi convertido na década de 20 em garagem e estação de serviço, enquanto que o túnel de acesso sob a torre foi prolongado, atravessando a antiga cozinha até ao logradouro. Encontra-se bastante degradado, apesar de classificado como Monumento Nacional, desde 1920.---

----- Também o Palácio das Águias, localizado entre a Rua da Junqueira e a Calçada da Boa Hora, e que faz parte integrante da Quinta com o mesmo nome, encontra-se degradado, apesar de estar classificado como Imóvel de Interesse Público. -----

----- Este Palácio de quatro pisos incorpora uma capela revestida com raros azulejos, um jardim com traçado setecentista, com muretes de azulejos, representando cenas de

caça, bustos de mármore e espécies vegetais notáveis. Apesar de estar classificado como Imóvel de Interesse Público, encontra-se também degradado. -----

----- Ora, o que “Os Verdes” pretendem saber:-----

----- - Qual a razão para que os proprietários privados não sejam intimados a proceder a obras de conservação destes imóveis classificados, periodicamente, conforme a legislação em vigor que prevê esta obrigatoriedade? -----

----- - O que pensa a CML fazer em relação aos palácios históricos degradados de que é proprietária? -----

----- - E, por fim, possui algum programa de recuperação e reabilitação dos palácios históricos de Lisboa? Se sim, qual? E se não possui, se pondera criar? -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em relação à festa que aconteceu este ano, no Parque Eduardo VII, tal como aconteceu em outros anos, é uma festa da Câmara Municipal de Lisboa e do Continente, é portanto uma coorganização, é uma festa gratuita a que toda a gente tem acesso, e portanto, não estamos aqui a falar de taxas uma vez que se trata de uma festa gratuita, organizada com a Câmara onde esta é uma parte interessada.-----

----- Esta festa demonstra produtos de animais e de brincadeiras, e portanto, termina também com num concerto gratuito para as pessoas, de um artista conhecido, talvez o artista mais conhecido em Portugal. Pelo que cabe no âmbito das atribuições da Câmara proporcionar atividades lúdicas aos seus cidadãos que sejam gratuitos e que possam usufruir, sendo que os patrocinadores, ou um dos patrocinadores, terá de pagar as taxas de publicidade que estão subjacentes ao mesmo. -----

----- Em relação ao Príncipe Real, portanto, eu não vou entrara aqui em disputa sobre a intervenção que foi feita no Príncipe Real. Em termos do arvoredos, julgo que o assunto já foi esclarecido, em relação aos arbustos, também, em relação ao piso já tinha aqui informado a Assembleia Municipal, ele está em concurso a abertura de propostas está prevista para ser no dia quatro de agosto, se não houver, entretanto, perguntas neste período de erros e omissões, terminaria no dia um de agosto, se não houver nada as aberturas das propostas será no dia quatro de agosto, e portanto, espero que em breve a gente possa remodelar o piso do Príncipe Real. -----

----- Convém aqui acrescentar um pormenor; o do Príncipe Real foi aquele que foi aconselhado pelo antigo IGESPAR, aquele que foi utilizado foi aquele que mereceu o parecer favorável dessa entidade que no fundo, tem de emitir pareceres sobre várias intervenções nos jardins. E foi esse que a Câmara aplicou. De facto, consideramos que não foi a melhor solução, mas julgo que a solução que foi agora, encontrada foi, e que é muito parecida com aquela que foi aplicada no Jardim de Santos, acho que foi aprovada pelo IPPAR, ou pelo antigo IPPAR, e penso que vai resultar bastante melhor uma vez que não levanta pó. O custo desta intervenção não lhe posso precisar o número, uma vez que a abertura de propostas só vai acontecer no próximo dia quatro de agosto e, nessa altura, poderei informar qual é o valor pelo qual vamos adjudicar essa empreitada. -----

----- Isto está a ser feito em articulação com a Junta de Freguesia uma vez que este espaço, neste momento, está sob gestão da Junta de Freguesia. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Páscoa (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em relação aos palácios já foi, amplamente, exposta a situação, nós só gostaríamos de reiterar a questão que foi levantada pela Senhora Deputada Cláudia Madeira, e que é; que iniciativas pensa fazer a Câmara no sentido de exigir o cumprimento dos regulamentos municipais, bem como as diligências junto da Direção Geral do Património Cultural no sentido de preservar esta importante memória da cidade?-----

----- Portanto, em relação à outra pergunta que gostaríamos, hoje, de fazer à Câmara diz respeito a uma intenção, do Senhor Vereador do Urbanismo, pelo menos, apareceu, publicamente, nos jornais, portanto, a Assembleia Municipal de Lisboa aprovou em trinta de junho, por maioria, uma recomendação à Câmara onde se manifestava o desacordo com a visão que é apresentada pelo Vereador do Pelouro do urbanismo, para o local onde se encontra a Estação Ferroviária de Santa Apolónia, recomendando que, ao contrário, sejam tomadas providências no sentido de serem aproveitadas ao máximo as potencialidades desta infraestrutura da cidade, tomando a iniciativa de abrir espaços de trabalho e de dialogo com todas as entidades que têm atribuições e competências para esse efeito. -----

----- Nesse contexto, perguntamos à Câmara quais as iniciativas programadas para darem continuidade a esta recomendação? Ou que o Senhor Vereador expresse, claramente, que estamos perante um “não problema”, como já afirmou. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em relação aos palácios gostaria de referir o seguinte: -----

----- O Palácio Almada Carvalhais pertence ao Fundo Sete Colinas, que é um fundo que pertence ao Fundo de Pensões do Banco de Portugal, da Fundação Calouste Gulbenkian e da Caixa Geral de Depósitos. -----

----- O Palácio da Quinta das Águias a indicação que temos é que está relacionado com, a massa falida do BPN. -----

----- Em qualquer destes casos, há intimações, mais do que uma, para a realização de obras, assim como, no caso concreto do Palácio Almada Carvalhais, está um processo em Câmara que eu julgo que já foi despachado, para a realização de obras de conservação, nomeadamente, na cobertura, para evitar que continue a degradação do edifício com as infiltrações que se têm verificado. -----

----- Se me perguntam se a Câmara Municipal tem algum programa para intervir no património que é monumento nacional, ou imóvel de interesse público, e reabilitar estes edifícios, não temos. Nem me parece que faça sentido que seja o município a arcar com estes encargos, tanto mais que os proprietários são quem são. Agora, o que a

Câmara deve fazer é intimá-los. Se os edifícios estão devolutos é agravar o IMI. E a segunda parte, deixo para o meu colega Vereador das Finanças. -----

----- Eu depois voltarei atrás para responder à outra pergunta do PCP.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Relativamente a estes palácios e a um conjunto de outros, nós fomos melhorar a nossa informação sobre esta matéria, e apuramos que qualquer um destes palácios referidos, o Almada Carvalhais e o Quinta das Águias, têm penalização de IMI no seu máximo porque se encontram devolutos.-----

----- Acresce também, dizer que a Taxa de Proteção Civil vai ainda, penalizar mais este tipo de imóveis que estão neste estado, ou que apresentam uma situação de degradação. -----

----- E portanto, o que eu queria reafirmar com esta minha intervenção é que este município vai endurecer a penalização de todos aqueles que, sendo proprietários de imóveis, não lhe dão o devido uso e os deixam degradar. E a Taxa de Proteção Civil é mais um dos instrumentos que fará com que isto aconteça. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em relação à questão, tão badalada, que eu fiz em relação à estação de Santa Apolónia, eu gostava de referir o seguinte: -----

----- Em primeiro, o contexto, é evidente que qualquer de nós é livre de expor as ideias que tem, seja relativamente ao passado, seja relativamente ao futuro, em qualquer fórum que não seja um fórum formal. Isto foi um debate em que o tema foi a relação da cidade com o rio, em que eu abordei a questão dos bloqueios que existem na relação da cidade com o rio, nomeadamente ferroviárias, áreas portuárias e rodovias, e que numa cidade cujo maior ativo é o Rio Tejo é normal que se pense, em termos de futuro, como é que se podem ultrapassar estas barreiras. Penso, aliás, tendo eu a meu cargo o planeamento estratégico territorial, é minha obrigação pensar no futuro, e não pensar apenas nas situações do presente e como conservar o que existe. -----

----- E, portanto, pensar no futuro é pensar na forma em como a cidade pode evoluir, e gostava, relativamente a isto, de dar duas ideias que não tive oportunidade, nem tão pouco, foram divulgadas nas notícias que comentavam esta minha afirmação, é que talvez os Senhores Deputados não se recordem, mas o PDM tem prevista a inserção da linha de Cascais na Linha de Cintura, e fala claramente desta ligação da linha de Cascais à Linha de Cintura vai permitir, no futuro, quando for feita, que os comboios que vêm de Cascais cheguem até à Estação do Oriente e que todo este sistema ferroviário seja um sistema muito mais poderoso como transporte, incluindo o transporte urbano, como aliás se passa em muitas cidades europeias, do que é hoje. E nessa perspetiva, se olharem para o Mapa de Lisboa e procurarem o Centro geométrico do Município de Lisboa, o Centro Geométrico é rigorosamente a Estação de Entrecampos. E portanto, em termos de futuro, o grande potencial que existe em

Lisboa é exatamente, entre a Estação de Sete-Rios e a Estação de Entrecampos, em torno do qual, num prazo que como eu disse, aliás, na altura, para os meus netos não é porque já tenho vários netos e já são crescidos, mas para os meus bisnetos, quase de certeza que ali virá a ser, no futuro, o centro da Cidade de Lisboa. E mais, nessa perspetiva aquilo que já hoje acontece, e que já acontece de alguns anos a esta parte, a Estação de Santa Apolónia tenderá a perder passageiros, a Estação de Santa Apolónia não reduziu o número de comboios porque é uma garagem de comboios, mas perdeu um número de passageiros porque, efetivamente, as pessoas normalmente saem, ou na Estação do Oriente, ou seguem porque, aliás, os comboios que vão para o Algarve, vão por Entrecampos. -----

----- Mas há mais do que isto. Já no mandato anterior, aliás, neste mandato, mas ainda com o Dr. António Costa, foi celebrado um protocolo entre a Câmara Municipal de Lisboa, a Câmara Municipal do Barreiro e o Porto de Lisboa, aliás, o grande instigador à assinatura deste protocolo foi, precisamente, a Câmara Municipal do Barreiro, no sentido da instalação, no âmbito do Porto de Lisboa, de um grande terminal de contentores no Barreiro. E nesse protocolo, curiosamente, diz-se expressamente, que: “reordenamento da atividade portuária, para efeitos do presente acordo, constituem de objetivos a avaliação das valências portuárias existentes em Santa Apolónia e Poço do Bispo”. E mais à frente, diz, na cláusula quinta; “que nas áreas sem utilização portuária, que são várias, e que neste momento ainda não estão no património da Câmara, nomeadamente, a Praça Amália Rodrigues, fronteira à Estação marítima de Alcântara, o Terrapleno de Santos, a Doca do Poço do Bispo e as áreas envolventes da Doca do Poço do Bispo e a área ocupada pelo terminal de contentores de Santa Apolónia quando, e se vier a ser desativado, deverão reverter para o património municipal”. Isto está neste protocolo e de facto, é uma perspetiva de futuro, quando e se. E nesta perspetiva se olharmos para a planta de Lisboa, e não é preciso ter uma grande imaginação, e verificarmos que se há uma plataforma ferroviária que, aliás, tem alternativas dentro do próprio Município de Lisboa, e se há uma área portuária que poderá, eventualmente, ser desativada, qual é que é o melhor uso que se poderá dar-lhe no futuro? E aquilo que eu disse que para mim parece óbvio, é que o melhor uso é um espaço de fruição coletiva, um grande espaço verde que permitisse ligar o Vale de Chelas e o Vale de Santo António ao rio, porque infelizmente, Monsanto é fantástico mas não chega ao rio, e aqui, por uma vez, teríamos a possibilidade da nossa estrutura verde chegar à marchem do Tejo. -----

----- Foi isto que eu disse, e estou convencido que numa perspetiva de futuro é uma perspetiva interessante que vale a pena estudar e que não é mais do que isto. E ainda bem que me fazem a pergunta porque me dão a possibilidade de esclarecer os Senhores Deputados, ao invés das notícias que saíram como se eu fosse um assassino que queria substituir comboios por flores. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Isabel Pires (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Trago-vos agora, neste caso, o tema relacionado com a concessão de vários espaços no Parque Florestal de Monsanto. Penso que estamos todos recordados do acesso debate que provocou este tema, seja por um lado, pela importância ambiental, cultural, de lazer e de desporto que rodeia este espaço da cidade, e que é certo, necessita de um maior cuidado, mas também numa lógica de serviço público, ou seja pela polémica gerada pelos procedimentos que estão por detrás deste processo, a lembrar em termos de cálculos surgiram dúvidas, surgiram, também algumas questões sobre a proteção ambiental já que a alteração de uso poderia violar as condições impostas pelo Instituto de Conservação da Natureza e da Floresta, também sobre a prioridade que se estaria a dar à indústria hoteleira ao invés de focar o lazer, a cultura e o desporto público, e por fim, sem esquecer a irregularidade que esta proposta incorreu, ou opinião de irregularidade por não ter vindo à Assembleia Municipal, órgão fiscalizador, por excelência, da ação da Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Não menos importante, e daí voltarmos a este tema, as incongruências que surgiram entre o que estava inscrito no caderno de encargos e as garantias o que vinha sendo dito nesta Assembleia Municipal pelo Senhor Vereador José Sá Fernandes, que entretanto, durante a mesma assembleia, houve várias posições nesse sentido. E, portanto, achamos que era importante e facilitador da transparência deste processo, que a resposta ao requerimento do BE apresentou a dezoito de março de 2015, e que ainda não teve resposta, pelo que relembro aqui, qual o relatório final realizado pelo júri do concurso, conforme previsto? Quais as propostas, todas as propostas, apresentadas? E qual a proposta final apresentada pelo vencedor após negociações? Porque importa perceber sobre um tema e um local que tantas pessoas moveu, qual o ponto de situação em que está, e deixar tudo claro ao nível do concurso de concessão, e o que podem, de facto, os lisboetas esperar do futuro de Monsanto de forma transparente. -----

----- Obrigada.”-----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu acho que já respondi a esta pergunta. No fundo o projeto, e que fique já esclarecido, os campos de basquete vão continuar, aliás a grande polémica que teve em relação a essa matéria, e tudo o resto também já foi esclarecido. -----

----- Há parecer favorável do Instituto de Conservação da Natureza senão nem poderíamos ter lançado o concurso. Só houve um concorrente. O uso turístico de ecoturismo está previsto no Plano de Gestão Florestal de Monsanto, e a proposta final está neste momento a ser apreciada para depois, em setembro, podermos mostrá-la em todas as suas valências não só em relação a este projeto, que envolve a Quinta da Pimenteira, o Moinho do Penedo, três casa de função e a Casa do Presidente, mas também, tudo aquilo que pretendemos fazer em Monsanto, quer ao nível das acalmias de tráfego, recuperação de trilhos, o que fazer no campo de tiro, etc., etc.-----

----- Tenho dado aqui resposta sobre esta matéria, e em relação à fase final, ela está iminente, e em setembro julgo que estamos em condições de a apresentar, sendo certo, e asseguro já, que a proposta apresentada para licenciamento por parte dos

promotores não envolve qualquer problema com os campos de basquete, e estou confiante que será um projeto de recuperação de edifícios que não são públicos e que vão ser recuperados, vão ter o uso que já disse e que também, permitirão a recuperação de usos municipais como é o caso do Viveiro da Pimenteira, que se encontra em franca degradação e que com este projeto poderá ser reabilitado para continuar a ser viveiro na parte em que hoje é viveiro.-----

----- Em setembro estará tudo esclarecido, já respondi à pouco, mas agora complementei com estas respostas.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhor Vice-presidente da Câmara, a seguir à minha última intervenção, ficaram duas perguntas por responder, suponho que por lapso, nomeadamente, a pergunta referente à recolocação do frontão do Chafariz do Arco de S. Mamede, e a pergunta em relação à consolidação das encostas e repavimentação da Rua do Arco do Carvalhão, troço Maria Pia Avenida de Ceuta.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em relação à questão do Arco do Carvalhão, portanto, no que diz respeito à questão dos taludes, a informação que nós temos é que já estão a decorrer as obras de estabilização dos taludes.-----

----- No que diz respeito à parte relacionada com a pavimentação, a informação que nós temos é que se vão iniciar no primeiro semestre de 2016.-----

----- No que diz respeito ao Chafariz do Arco de S. Mamede, o Senhor Vereador Manuel Salgado irá responder, só está aqui a organizar as suas notas.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu:-----

----- “O Senhor Vereador vai ver se, entretanto, encontra as suas notas, e nós vamos prosseguir, o Senhor Vereador já dará a resposta, senão far-lhe-á chegar a resposta por escrito.-----

----- Vamos prosseguir.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Prosseguem no Campo das Cebolas as obras promovidas pela Câmara Municipal sem que qualquer notícia da sua evolução ou previsão de conclusão tenha sido transmitido aos munícipes de Lisboa, ou sequer aos seus órgãos administrativos. Não se sabe se as escavações já terminaram, se foi salvaguardado todo o espólio arqueológico, eventualmente, encontrado na sua coisa física, em que estado se encontra a construção do bloco de estacionamento subterrâneo, quais as dificuldades sentidas, ou superadas, ou como se desenvolve a solução da Doca da Marinha. Pergunta-se, entende, ou não, a Câmara como sua obrigação regimental informar, periodicamente, esta Assembleia, do estado, evolução ou cumprimento das datas chave de tão relevante operação urbanística, em Lisboa? Comprometeu-se a Câmara, aliás, à prestação periódica das devidas informações à Assembleia Municipal, o que

não tem vindo a cumprir. Quais são, então, as respostas claras às questões referidas e a outras relacionadas com a execução da obra com esta tão intrusiva obra? -----

----- Segunda pergunta, nos últimos dias chegou à Assembleia para apreciação uma proposta relativa a empréstimo de longo prazo, de vinte e cinco milhões de euros, na qual o respetivo programa de investimentos revela destinar-se, aparentemente, exclusivo à concretização do Plano de Pavimentação da cidade. Entretanto, foi também informado pela Câmara, aos Meios de Comunicação, estar concluído o novo Plano de Drenagem de Lisboa, em bora não tenha ficado clara a forma exata que se revestirá o seu financiamento e quais as fontes previstas para esse efeito. -----

----- Pergunta-se, tendo aliás em conta, que estará parcialmente prejudicado pelas respostas do Senhor Vereador às perguntas anteriores, mas porém, no sentido de obter total esclarecimento, o Senhor Vereador avaliará a oportunidade de alargar o âmbito da sua resposta. E pergunta-se então, pretende a Câmara recorrer a esquema similar ao do Plano de Pavimentação na proposta referida para suportar a execução do Plano de Drenagem? Estará assegurada, ou sequer prevista, a contribuição para fundos comunitários ao abrigo do Portugal 2020, ou qualquer outro programa, e não estando como entende a Câmara vir a financiar este Plano de Drenagem de Lisboa. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador Manuel Salgado** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em relação ao Campo das Cebolas, o licenciamento da obra foi deferido em vinte e dois de abril de 2015, aliás, foi aprovado em vinte e dois de abril de 2015, e deferido em oito de julho de 2015.-----

----- As demolições dos edifícios estão a decorrer, aliás estão à vista de toda a gente. -

----- O projeto de escavação e contenção periférica com os desvios das infraestruturas afetadas foi colocado na plataforma ontem, na plataforma dos concursos públicos e está previsto que a obra de escavação e essa sim, terá implicações com a arqueologia porque neste momento, houve sondagens arqueológicas mas as demolições são só dos edifícios que estão à superfície, portanto, a escavação terá início em novembro, e a conclusão total da obra está prevista para dezembro de 2016. -----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Bem, eu penso que relativamente à saúde financeira do município, e já com os dados que dei penso que terei sido suficientemente claro para que se perceba que o município continua de muito boa saúde e tem planeada essa mesma trajetória de saúde financeira, ao longo dos próximos anos. -----

----- Relativamente ao empréstimo bancário, eu penso que todos estaremos familiarizados com a situação de que nós recorremos a empréstimos por motivos variados, nomeadamente, por questões de tesouraria. E estamos num momento de tamanha instabilidade nomeadamente, ao nível da União Europeia, que nos pareceu bastante prudente iniciar um processo de contratação de financiamento no limite daquilo que era a capacidade de endividamento da própria Câmara porque dificilmente

se repetiam, podia acontecer que a instabilidade a que eu me referi nos trouxesse evoluções desagradáveis ao nível do *spread*, e portanto, do custo com esse mesmo financiamento. Portanto, o que nós acabámos de fazer foi uma operação de consulta ao mercado para um empréstimo até, que vai a reunião de Câmara na próxima quinta-feira, até o valor de vinte e cinco milhões de euros, com um *spread* como disse, muitíssimo bom ao melhor nível nos últimos dez anos, de 0,9%, com uma grande disputa entre as instituições bancárias para serem os parceiros do município nesta matéria. Evidentemente que nós, nestas questões, e como os Senhores Deputados sabem temos que associar esse empréstimo a um determinado plano de investimento, e foi o que fizemos. Também não é novidade para ninguém que nós temos estado com uma política de substituição de empréstimos com custo superiores por empréstimos com custos inferiores, dando sequência àquilo que é uma boa gestão, daquilo que é a política financeira do município. E portanto, é este o quadro em que este empréstimo é pedido. -----

----- Evidentemente, que esta informação ainda é parca, porque este empréstimo tem a ver com uma estratégia que tem a ver com a construção do próximo orçamento e com os orçamentos dos próximos anos, que aproveito para partilhar com esta Assembleia, que se vai iniciar amanhã, o processo interno ainda ao nível dos Vereadores do Executivo e respetivos serviços de construção do orçamento de 2016, e que esta Assembleia será chamada no final de setembro, princípio de outubro, a pronunciar-se sobre essas mesmas linhas orçamentais e depois todo o processo de debate e escrutínio dessa mesma proposta de orçamento que culminará no final de outubro com a aprovação, espero eu, nesta Assembleia, da nossa proposta de orçamento. -----

----- Evidentemente que o Plano de Drenagem e muitos outros investimentos, serão objeto de candidaturas comunitárias, assim toda a estrutura que em Portugal gere as candidaturas comunitárias se apreço porque já perdemos algum tempo, e convinha que o próprio Governo e as estruturas centralizadas que gerem os fundos comunitários possam disponibilizar essa mesma possibilidade e acelerar esses processos, porque até agora, digamos que têm sido, de alguma maneira, um travão ao desenvolvimento deste país, nesse ponto de vista pelos atrasos que foram provocando em todo este processo. -

----- Mas dizia eu que é nossa intenção apresentar um orçamento para 2016, que permita ambicionar a ter um investimento superior a cento e cinquenta milhões de euros que iniciará um novo ciclo de investimentos neste município. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Margarida Saavedra (PSD)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A Câmara só precisa de quinze segundos para responder às minhas perguntas. ---

----- A pergunta que eu fiz foi, é, ou não, verdade que a Câmara afirmou ao Senhor Provedor de Justiça “as restrições orçamentais não têm permitido satisfazer em tempo útil os compromissos assumidos”? Pergunta simples. Mas suscitou uma outra, é que na sequência do que aqui foi questionado sobre os Palácios abandonados, sobre o PCP e sobre o PEV, peço desculpa, salvo melhor interpretação os Senhores Vereadores disseram que dado que o Estado é o proprietário desses edifícios, que nada pode fazer

a não ser aquilo que faz aos proprietários de edifícios abandonados e edifícios em estado de ruínas, e que é aumentar o IMI e aumentar a contribuição sobre proteção civil. Mas Senhores Vereadores, o Estado não está isento de IMI e da Taxa de Proteção Civil? -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “No que diz respeito às respostas que foram dadas na altura ao Senhor Provedor tem de ser contextualizadas à data em que foram dadas as respostas, e não tenha dúvidas nós fizemos um trabalho muito intenso no último ano para melhorar as contas da Câmara, e portanto, as contas têm ficado progressivamente melhores e hoje, obviamente daremos as respostas nos mesmos termos. -----

----- No que diz respeito às questões de agravamento de IMI, pode crer que os casos que referenciamos são sempre os casos em que os proprietários não é o Estado, mas os privados. Era essa a referência que estávamos a falar há pouco, quando falámos dos palácios e é essa a referência que estamos a dar agora. Quando falamos de agravamento de IMI estamos sempre a falar de propriedade privada. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Só para precisar que IMI não, mas Taxa de Proteção Civil sim. Ou seja, a Taxa de Proteção Civil incide também sobre imóveis do Estado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, referiu: -----

----- “O Senhor Vereador das Finanças não deixa escapar nada, sendo que se puder ir buscar dinheiro, irá lá busca-lo, temos a segurança disso aqui afirmada. -----

----- Senhores Deputados, terminámos esta parte dos nossos trabalhos. Agradeço todas as questões que colocaram. Naturalmente, que uns estarão mais satisfeitos com as respostas do que outros, mas as coisas são mesmo assim, este é o objetivo, fiscalizar os atos da Câmara e terminámos, então, esta fase dos nossos trabalhos. -----

----- Vamos entrar no restante, e o ponto seguinte da Ordem de trabalhos é uma proposta que resultou do grupo de trabalho do Regimento, da alteração do Regimento e Boas Práticas. Para os Senhores Deputados que não tenham tido tempo de se debruçar sobre o assunto, isto resultou do balanço de atividades que nós fizemos relativamente ao primeiro ano de trabalho desta Assembleia Municipal, algumas melhorias ao regimento que foram consensuais em grupo de trabalho. -----

----- Portanto, há duas coisas em concreto que são postas à vossa consideração: -----

----- Uma é um conjunto de alterações ao Regimento que estão aí todas identificadas de que o mais relevante é a questão que se prende com o nosso relacionamento com a Câmara, da monitorização das recomendações e dos requerimentos à Câmara, que foi considerado um ponto importante de melhoria do nosso relacionamento, e tenho a informar que há uma proposta de alteração, apresentada pelo PS, relativamente à alteração do número 5, do artigo 47º, que tem a ver com o limite de horário em que se pode apresentar propostas de recomendação, moções ou votos, para o PAOD das

sessões, ou para as sessões em que devem dar entrada esses documentos, temos praticado como limite a segunda-feira, e o PS pede para ser antecipado para sexta-feira. Isto foi consensual em grupo de trabalho, portanto, tem que ser aqui apreciado e ver qual das soluções fica realmente, aprovada.-----

----- Há, ainda, uma outra questão que o PCP suscitou em grupo de trabalho que pedia um aditamento, é no artigo 79º, quando se diz que as reuniões das comissões são abertas à Comunicação Social, o que estava antes é que não eram abertas mas que poderiam ser, e agora, passam a ser, por princípio, e a exceção é que fica salvaguardada, mas há um aditamento do PCP, que já foi dito em grupo de trabalho e deveria ter sido incluído por mim, mas foi uma falha minha, um aditamento no sentido que esta abertura à Comunicação Social, portanto, acrescentar-se: “devendo ser previamente, comunicado ao Presidente da Comissão a manifestação dessa intenção”. Naturalmente, os jornalistas quando querem aparecer comunicam que vêm cá, portanto é uma comunicação ao Presidente da Comissão referindo que há jornalistas para assistir.-----

----- Portanto, estas são as alterações que há, e podemos passar de imediato às intervenções, se as quiserem fazer, quer sobre a proposta que resulta do grupo de trabalho, quer sobre esta proposta de alteração do PS ou desta proposta de aditamento do PCP.”-----

----- **PONTO 2 – APRECIACÃO DA PROPOSTA 5/PAM/2015 – ALTERAÇÃO DO REGIMENTO E BOAS PRÁTICAS, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA a) DO Nº 1 DO ARTº 29º E ALÍNEA K) DO Nº 2 DO ARTº 25º DO REGIME JURIDICO DAS AUTARQUIAS LOCAIS, APROVADO PELA LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, BEM COMO DA ALÍNEA b) DO Nº 1 DO ARTIGO 5º, DA ALÍNEA a) DO Nº 1 DO ARTº 24º E DO ARTº 97, TODOS DO REGIMENTO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL; EXIGE MAIORIA ABSOLUTA DOS MEMBROS EM EFECTIVIDADE DE FUNÇÕES PARA APROVAÇÃO;GRELHA-BASE, 34 MINUTOS.** -----

----- (anexada à presente ata como **anexo I**, e dela faz parte integrante); -----

----- (O **Relatório do Grupo de Trabalho para o Regimento** fica anexado à presente Ata como **anexo II**, e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Franco (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Uma nota muito breve relativamente a este tema que, agora, foi introduzido e apresentado pela Senhora Presidente, no nosso entender o conjunto das alterações que foram consensualizadas no grupo de trabalho apontam, todas elas, na melhoria da qualidade dos nossos trabalhos, a correção, a afinação de algumas regras que a experiência destes dois anos, deste mandato, recomenda, e nós congratulamo-nos pelo estilo positivo e construtivo com que o grupo de trabalho funcionou. -----

----- Relativamente ao artigo 47º, em que já foi amenciado que existe uma proposta de alteração do número 5, subscrita não apenas pelo PS mas, também, pelo Grupo dos Deputados Independentes. Esta proposta, conforme os Senhores Deputados podem verificar, através do documento que foi distribuído, visa estabelecer como meta para a

recepção de votos, moções e recomendações que se pretende que sejam discutidos na sessão plenária seguinte, que esse limite que, até agora, tem estado no dia útil anterior, ou seja, em princípio às segundas-feiras até às doze horas, fazemos, portanto, o objetivo é fazer recuar esse limite para as doze horas do segundo dia útil anterior, na prática a sexta-feira, e a partir desse momento os documentos são distribuídos aos representantes dos Grupos Municipais e aos Independentes, até às dezassete horas desse mesmo dia, o que permitirá, em nosso entender que esses votos, moções e recomendações possam ser, efetivamente, apreciados e discutidos nos dias que antecedem incluindo o fim de semana, respondendo já a uma interpelação que estou a ouvir ali da Assembleia. Realmente, nós não somos os profissionais, os membros desta Assembleia, somos por regra, pessoas que têm o seu trabalho, o seu emprego, e não podem, muitas vezes, dispor de outros tempos para preparar a sessão plenária que não seja os fins do dia, ou os fins de semana. -----

----- Assim, pretendemos, com esta pequena alteração, o PS e os Deputados Independentes, pretendemos, efetivamente, viabilizar que essa discussão seja feita de forma consistente. -----

----- Esta alteração permitirá que o princípio que foi vertido no Regimento em vigor, e que é que se tente evitar as repetições de matérias numa proliferação moções, recomendações e votos sobre o mesmo assunto, que haja tempo que a desejável fusão dos documentos possa ter lugar. Com o sistema atual, isso revelou-se sempre impraticável, pelo que é uma coisa que merece ser corrigida. -----

----- Muito obrigada.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Carlos Silva Santos (PCP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Em primeiro lugar, é para dizer que estamos de acordo com a proposta do grupo de trabalho de alterações, incluindo a que nós sugerimos e que já tinha sido aprovada em grupo de trabalho e que está em ata, portanto, nós estamos de acordo. E estamos de acordo porque esse projeto já tem de uma forma equilibrada, a antecipação da entrega na segunda-feira, não ao meio dia, mas às onze e, particularmente, a sua distribuição também antecipada para que, nessa tarde, ainda seja possível discutir e abordar esses temas. -----

----- Pensamos que o argumento do fim de semana, também, é um argumento que serve tanto para a apreciação, como para a entrega. Naturalmente, que há aqui um equilíbrio entre preparar os documentos e manter a oportunidade para serem entregues até segunda-feira, ou documentos que só tinham oportunidade na sexta-feira anterior para serem discutidos na terça-feira. -----

----- Portanto, há aqui um equilíbrio e eu penso que, como radical, habitualmente chamado de radical, diria que o meio-termo seria um termo para progredir. A revisão do Regimento não está terminada em definitivo, e de acordo com a nossa Presidente e com o grupo, poderíamos apresentar uma proposta de antecipação moderada, como está proposta e, se justificasse a total incapacidade de estudar os documentos para os discutir na terça-feira, e sendo essa matéria mais importante que a preparação de documentos oportunos para entregar na terça-feira, se a oportunidade perdesse em

relação ao tempo de estudo, então cá estaríamos para reconhecer essa matéria. Mas como nós gostamos de trabalhar para apresentar os documentos, e também os discutir, é verdade que temos de manter um equilíbrio do espaço. -----

----- Contar com os fins de semana, apesar de amador, acho que em termos de proteção da saúde, laboral e na perspetiva, acho que nem todos os fins de semana devem de ser dados ao trabalho porque, afinal, a família também faz parte da saúde. ---

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreira Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Grupo de Trabalho para a alteração do Regimento surgiu com o objetivo de melhorar, clarificar ou adaptar algumas situações no Regimento e foi com esse espírito que o Grupo Municipal de “Os Verdes” participou nas reuniões. Sempre que possível, tentámos chegar a um consenso e, de uma forma geral, concordamos com as alterações introduzidas. -----

----- Sobre a proposta do PS e dos deputados Independentes de antecipar o prazo de entrega dos documentos para o PAOD estamos contra, como aliás manifestámos nas reuniões.-----

----- O facto de se pretender mudar um prazo de segunda-feira para sexta-feira às 12 horas, vai limitar os Grupos Municipais na apresentação de propostas importantes para a cidade e os cidadãos. O que esta proposta representa é uma condicionante ao trabalho apresentado pelos grupos municipais, principalmente os de menor representação que precisam, frequentemente, do fim de semana para ultimar os documentos. -----

----- Também importa referir que há diversos mandatos que está implementado o prazo atualmente em vigor e tem funcionado bem, portanto, não se percebe esta teimosia do PS em limitar a intervenção de cada grupo municipal. Acresce a esta situação o facto de não sermos profissionais a tempo inteiro da Assembleia Municipal, o que faz com que muito do nosso trabalho dependa do tempo que dedicamos a esta causa de cidadania. -----

----- O argumento apresentado prende-se com o facto de os grupos de maiores dimensões precisarem de tempo para ler e apreciar os documentos dos outros grupos municipais. Contudo, não nos parece um argumento válido para justificar esta limitação de tempo que, para os grupos com menos eleitos, é fundamental. Se esse argumento fosse válido, porque se mantém a entrega dos pareceres e relatórios para análise das Comissões da AML no próprio dia das reuniões e, por diversas vezes, pouco antes do seu início, inviabilizando uma leitura mais cuidada do seu conteúdo? Porquê dois pesos e duas medidas entre pareceres das Comissões e Moções? -----

----- Exatamente por estes motivos, não nos revemos nesta proposta específica, mas concordámos, na Comissão, que seria desejável podermos antecipar a entrega destes documentos na 2ª fª em uma hora, Assim, haveria um esforço para que os documentos entrassem quanto antes, permitindo que fossem distribuídos com mais antecedência aos grupos municipais, mas nunca limitando daquela forma os conteúdos e a

pertinência das propostas apresentadas. Se os grupos mais pequenos os conseguem ler entre 2ª e 3ª fª, porque não o conseguem os Grupos Municipais com mais eleitos? -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal José Casimiro (BE)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu julgo que encontrámos aqui uma melhoria no que diz respeito ao Regimento e ao modo de funcionamento da própria Assembleia, e acho que foram equilibrados os trabalhos que foram desenvolvidos por este grupo de trabalho, no entanto, e em primeiro lugar, parece-me a mim que o PS já devia ter vindo falar, ou seja, quem faz a proposta aqui dissonante é o PS e era bom que nós todos soubéssemos as razões, embora através do Deputado Independente nós talvez percecionássemos quais as razões do PS, no entanto, parece-nos a nós que aquilo que se pretende é por um lado, evitar repetições, mas talvez evitar que esta Assembleia seja chamada a discutir aqueles que são os momentos mais importantes e que por vezes passam durante o fim de semana, e isso evita aqui a discussão política aprofundada dos vários temas que são fundamentais. -----

----- Depois, há sempre a questão que se acontece alguma coisa transcendente, ou fundamental, como é que se vai fazer? Abre-se uma exceção? Quer dizer, há aqui questões que devíamos ponderar face aos problemas, para além deste último argumento que foi aqui usado em relação aos problemas dos pareceres, porque nós também temos que refletir, por um lado, estas moções políticas que são importantes discutir, por outro lado em relação ao próprio funcionamento que temos, e já foi dito aqui que não somos profissionais, que temos por vezes na Assembleia. -----

----- As matérias que a Câmara nos trás e que são substanciais exigem de nós uma cuidada discussão mas primeiro, um estudo aprofundado dos problemas porque quando viemos aqui para nos posicionar sobre determinada matéria, tem que os estudar, e isso exige da nossa parte muitas horas de trabalho. Ora, por vezes, o que acontece há uma insuficiência na discussão das matérias que por vezes têm uma enorme importância, porque é urgente a aprovação desses pareceres, e esses pareceres muitas vezes, são apresentados ao domingo, e no próprio dia, e o grupo tem de estudar, tem de preparar intervenções e o que é que nos fica aqui em relação a estas matérias políticas em que nós somos colocados. -----

----- Se vêm para aqui argumentar que têm e que é preciso preparar com cuidado, então o que é que os outros partidos dirão. É porque nós, não é só o problema das moções, eu já percebi que aqui pretendem limitar-se à discussão política, aqui nesta Assembleia, com esta proposta do Partido Socialista, e dos casos mais importantes. ----

----- Mas aquilo que eu queria colocar é que nós temos trabalho a fazer para apresentar nesta Assembleia, e muitas horas de estudo. Então, não se justifica que se venha aqui limitar-se ainda mais a atividade dos Deputados Municipais. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal João Pinheiro (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Não vale a pena plantar intensões na proposta, subscrita pelo PS e pelo Grupo de Deputados Independentes, mas que também já recolheu apoio de outras bancadas presentes nesta Assembleia Municipal, nomeadamente, tanto quanto percebi, espero não incorrer em erro, PSD, PAN, MPT, CDS-PP e do PNP. Portanto, não vale a pena criar para a opinião pública uma ideia que não existe, não há qualquer intenção de limitar a discussão política nesta Assembleia.-----

----- O que se pretende é precisamente, o contrário, é dignificar a discussão política nesta Assembleia, e consideramos que não é digno ou não é facilitador de uma discussão séria e aprofundada a apresentação de dezenas de documentos numa tarde de segunda-feira, para serem discutidos no dia seguinte, sem que muitas vezes possam ser lidos, sem que se possa formular uma opinião conscienciosa, sem que haja sequer tempo de debate construtivo entre os diversos grupos, eventualmente, para obter acordos quanto à viabilização de alguns desses documentos. Ora, ao antecipar a entrega e discussão destes documentos de segunda-feira à tarde, para sexta-feira à tarde, o que estamos a viabilizar é precisamente um conhecimento mais aprofundado e uma oportunidade de debate político.-----

----- Por outro lado, o argumento da perda da atualidade do que acontece ao fim de semana.-----

----- Eu creio que quando os temas são, efetivamente, relevantes eles não perdem a atualidade num espaço de cinco dias úteis. Com a periodicidade com que esta Assembleia tem vindo a reunir e a deliberar é perfeitamente possível, até durante os dias da semana, recolher mais informação sobre os eventos que ocorreram ao fim de semana, e preparar posições políticas mais sustentadas, mais dialogadas, ou não, mas mais firmes. Portanto, a atualidade não se perde assim, não se perde por uns dias.-----

----- Creio que ponderando vantagens e inconvenientes desta proposta, esta proposta permitirá um muito melhor trabalho a todos os Deputados Municipais, independentemente, do Grupo Municipal em que se integra.-----

----- E é essa a principal motivação.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Eu penso que as duas posições que foram aqui apresentadas são as duas válidas e portanto, nada temos contra nem contra uma, nem contra a outra.-----

----- Agora, foi levantada aqui uma questão pelo Senhor Deputado do PEV e que nós já tínhamos levantado, também na Comissão do Regimento, não neste grupo de revisão, mas também na Conferência de Líderes e que tem a ver com os prazos para os pareceres.-----

----- Nós achamos que à semelhança do que acontecia no mandato anterior, que os pareceres das comissões relativos a propostas, ou seja, a relatórios, devem ser entregues e emitidos pelas Comissões até sexta-feira.-----

----- E chamo a atenção para o caso das Petições. Nós chagamos ao ponto de aprovar pareceres sobre as petições, e onde apresentamos recomendações, que vão para o *site* da Assembleia apenas à terça-feira de manhã, o que dá aos peticionários as pessoas

que trabalham, ter a hora de almoço para avaliar essa petição, essas recomendações, aproveitarem esse momento antes da Assembleia Municipal para apresentarem uma intervenção, portanto, parece-me que é muito em cima do tempo. Sei que os serviços logo que estão disponíveis os pareceres, que os enviam aos peticionários, mas parece-me que seria uma boa regra passarem os pareceres, quer das propostas, quer das petições, para a sexta-feira.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Muito obrigado, Senhor Deputado. Essa proposta não foi feita. É uma proposta que podemos ponderar no futuro, neste momento, não está colocada na Mesa essa questão, pelo que iria limitar-me àquilo que está colocado na Mesa; há uma proposta do grupo de trabalho, há uma alteração à proposta do grupo de trabalho que diz respeito ao número cinco, do artigo 47º, e há um aditamento ao número oito, do artigo 79º. A minha sugestão era pôr à votação tudo exceto estes dois pontos que têm propostas de alteração, portanto, votamos este conjunto no seu todo, depois iremos à proposta de alteração do PS, se ela for aprovada fica prejudicada a outra, se ela for prejudicada, mantêm-se a outra que tem de ser votada. Portanto, está claro este procedimento. -----

----- Portanto, a Mesa vai pôr à votação, isto tem dois anexos, a primeira são as alterações ao Regimento, Anexo A, e a segunda são as boas práticas para o funcionamento da Assembleia Municipal, e aí ninguém se pronunciou presumo que seja pacífico.-----

----- A proposta de aditamento do PCP eu passo a ler, no número oito, do artigo 79º, estava apenas; “as reuniões das comissões são abertas à Comunicação Social”. E tinha ficado assente na ata do grupo de trabalho, que eu deveria ter acrescentado o seguinte; “devendo de ser previamente, comunicado ao Presidente da Comissão a manifestação dessa intenção”. Acontece que o Senhor Deputado Carlos Silva Santos veio chamar a atenção que isto não foi feito, e pôs naturalmente aqui na Mesa, aquilo que estava combinado em sede de grupo de trabalho e que não foi incorporado. Até podemos simplificar isto, eu posso incorporar isto já neste artigo porque isto foi combinado em grupo de trabalho e ninguém levantou objeções, e portanto, fica de fora desta votação apenas o número cinco do artigo 47º, ou seja, o problema das horas de entrega das moções e recomendações. Se for mais simples assim, assim se fará. -----

----- Portanto, irei pôr à votação o Anexo A e o Anexo B da Proposta nº 5/PAM/2015 à exceção da proposta relativa à alteração da redação do número cinco, do artigo 47º. É só isto que fica de fora. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. A **Proposta nº 5/PAM/2015 foi aprovada por unanimidade.**-----

----- Vamos passar agora, à **Proposta de Alteração Apresentada pelo PS** (anexada à presente ata como **anexo III**, e dela faz parte integrante), portanto esta proposta tem de ser votada em primeiro lugar. Se ela for rejeitada, voltamos ao texto do grupo de trabalho. Se ela for aprovada, o texto do grupo de trabalho é prejudicado. Portanto, a

proposta de alteração do Grupo Municipal do PS, eu vou lê-la, vou lembrar. A proposta de alteração diz, no número cinco, do artigo 47º: “que os votos, moções e recomendações previstos nas alíneas e) e f), do número um, devem dar entrada nos serviços da assembleia até às doze horas do segundo dia útil anterior ao da realização da reunião em que haja Período Antes da ordem do Dia, devendo ser distribuído aos Representantes dos Grupos Municipais e Deputados que exercem o seu mandato como Independentes, até às dezassete horas desse mesmo dia”. Ou seja, o limite é meio-dia de sexta-feira. A proposta do grupo de trabalho o limite era onze horas de segunda-feira. É esta a diferença que existe entre as duas propostas. -----

----- Portanto, eu vou pôr á votação, neste momento, a proposta apresentada pelo Grupo Municipal do PS, e pelos Deputados Independentes. Informo a Mesa que eu não subscrevo esta proposta na medida em que fui Presidente do Grupo de Trabalho e portanto, não subscrevo com os Deputados Independentes. Portanto, fico de fora.-----

----- Vamos, então, pôr à votação. Votos contra do PCP, BE e PEV, abstenção da Presidente da Assembleia, votos a favor do PS, PSD, CDS-PP, PAN, MPT, PNPV e 6IND. A proposta de alteração apresentada pelo Grupo Municipal do PS foi **aprovada por maioria**, sendo prejudicada a anterior que o grupo de trabalho tinha apresentado num esforço de consenso que tentámos fazer, mas pelos vistos, não se conseguiu, pelo que ficam estas alterações aprovadas, e a Mesa irá incorporá-las numa redação final consolidada do Regimento para mandar publicação para Boletim Municipal e distribuir por todos os Senhores Deputados, e também as Boas Práticas que passarão a ficar anexas ao Regimento.-----

----- Queria dizer à Câmara que não é parte direta destas matérias, mas que acaba por ser afetada, que uma das coisas que estas Boas Práticas incorporam é, por um lado no Regimento dar mais vinte minutos na grelha de tempos à Câmara nas sessões de perguntas. -----

----- Esta parte dos nossos trabalhos está concluída. -----

----- Vamos passar agora, à **Proposta nº 261/CM/2015.**”-----

----- **PONTO 3 – APRECIACÃO DA PROPOSTA Nº 261/CM/2015 – PLANO DE ACCÃO DE RUÍDO DE LISBOA, NOS TERMOS DA PROPOSTA E AO ABRIGO DA ALÍNEA a) DO Nº 1 E DO Nº 2 DO ARTIGO 4º DO DECRETO-LEI Nº 146/2006, DE 31 DE JULHO; 2X GRELHA-BASE – 68 m);** -----

----- (anexada à presente ata como **anexo IV**, e dela faz parte integrante); -----

----- (O **Parecer Conjunto** da 4ª e 8ª Comissões, Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida e Comissão Permanente de Mobilidade e Segurança fica anexado à presente Ata como **anexo V**, e dela faz parte integrante). -----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Vou fazer uma apresentação breve. -----

----- O Plano de Ação do Ruído decorre de uma exigência legal. No fundo, visa uma série de intervenções que visam, exatamente, diminuir o ruído na Cidade de Lisboa. ---

----- Muito embora nos últimos cinco anos, tenha havido uma grande diminuição das pessoas expostas ao ruído acima do legal, há trabalho que temos para fazer e é isso que este plano visa. -----

----- Tem uma série de intervenções, quer a nível de pavimentação, barreiras acústicas, mais espaços verdes que no fundo implica ganharmos mais zonas silenciosas. Este plano de ruído também está ligado a outras questões ligadas, essencialmente, ao ruído noturno e daí relacionada com o regulamento dos horários, também ao problema dos Tuc Tuc's aqui hoje, falado e também aí está ligado ao regulamento que irá sugerir sobre os Tuc Tuc's, e no fundo o que visa é num prazo relativamente curto, nós termos uma cidade que em termos de ruído nós temos um número totalmente reduzido de pessoas expostas ao ruído nomeadamente, ao ruído ferroviário. -----

----- Subsistem dois problemas, o problema do ruído dos aviões, e o problema ferroviário. Não é uma competência da Câmara, de qualquer das maneiras, nós continuamos a insistir junto dessas entidades para que apresentem os seus planos de diminuição do ruído sendo que um deles vai ser de grande dificuldade uma vez que nós temos o Aeroporto em Lisboa e portanto, essa dificuldade irá persistir muito embora, possa diminuir. -----

----- Acho que o plano é consistente, houve aqui várias reuniões da comissão, de várias comissões para ouvirem, nomeadamente, os técnicos que fizeram uma boa apresentação sobre as medidas técnicas que estão aqui, em cima da mesa, e no fundo é isto, é uma exigência legal, de várias intervenções para diminuirmos o ruído, e esperamos nós num futuro interligado com outros regulamentos, que também espero que sejam aprovados pela Assembleia, nomeadamente o regulamento referente aos operadores turísticos, nomeadamente, o caso dos Tuc Tuc's, e também, o regulamento dos horários, porque isso vai permitir, no conjunto, termos menos ruído na cidade, sendo que uma coisa que normalmente as pessoas não falam mas que se deviam lembrar é que, quanto mais espaços verdes nós tivermos, mais zonas silenciosas nós podemos ter. E nesse sentido nos últimos cinco anos nós temos mais cem hectares de espaços verdes novos, o que é bom, muitos deles são zonas, hoje, de silêncio e de menos ruído, e portanto, essa é uma vantagem que normalmente, as pessoas esquecem de referir quando se apresentam estes planos de ação, mas que eu acho que é importante conjugar-mos o plano de ação que hoje apresentamos com uma perspetiva mais geral da cidade e daquilo que nós procuramos fazer. -----

----- No fundo. É isto, E estou disponível para responder alguma pergunta que os Senhores Deputados queiram fazer. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Cordeiro (PS)**, no uso da palavra e na qualidade de relatora do parecer conjunto apresentado pela 4ª e 8ª Comissões Permanentes, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Constituindo nas cidades a poluição sonora um dos principais fatores de degradação da qualidade de vida das populações e um dos problemas de saúde pública mais importantes da sociedade moderna, em termos legislativos tem vindo a ser

assumidos objetivos de prevenção do ruído e de controlo desta forma de poluição com vista à salvaguarda da saúde humana e do bem-estar geral das populações. Estão mesmo consagrados como direitos fundamentais da nossa Constituição um ambiente sadio e ecologicamente equilibrado e o repouso dos trabalhadores que integram no seu conteúdo a preservação do sono e do mínimo de tranquilidade no interior das habitações. -----

----- É nesse âmbito que a Lei de Bases do Ambiente já regulava matérias de ruído e foi aprovado o Regulamento Geral do Ruído, através do Decreto-Lei nº 251/87. Os Diplomas que vieram a regular as matérias subsequentemente, reforçaram o princípio da prevenção como um princípio orientador fundamental. -----

----- O Regulamento Geral do Ruído que está em vigor, está articulado com outros regimes jurídicos, designadamente com o Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação. -----

----- A adoção de medidas de prevenção do ruído pretende salvaguardar a saúde e o bem-estar das populações, nomeadamente, através de estabelecimento de níveis sonoros máximos, da redução de um nível sonoro na origem, através da fixação de normas de emissão aplicadas às diferentes fontes de ruído, mas também uma localização adequada no território das atividades que são causadoras de ruído. -----

----- A legislação em vigor estipula a obrigatoriedade de elaboração de planos municipais de diminuição de ruído, estabelecendo que em municípios que constituam aglomerações de pessoas com a população residente superior a cem mil habitantes, e uma densidade populacional superior a dois mil e quinhentos habitantes por quilómetro quadrado, a gestão de problemas e efeitos do ruído, incluindo a sua redução, sejam assegurados por planos de ação do ruído. Estes planos vinculam as entidades públicas e particulares e devem assegurar a gestão do ruído de modo a minimizar os seus efeitos e têm como ponto de partida a conjugação de um mapa estratégico de ruído com a classificação de zonas previstas pelo Regulamento Geral do Ruído. -----

----- De acordo com o previsto no artigo 21º do PDM de Lisboa, toda a área do território municipal passou a ser classificada como zona mista, não devendo ficar exposta a níveis sonoros de ruído de ambiente superiores a 65 decibéis e a 55 decibéis, respetivamente, para o indicador diurno e para o indicador noturno. E depois de ser sujeito a consulta pública, e de ser incorporados de acordo com o respetivo relatório de ponderação, o resultado dessa consulta pública que decorreu entre doze de dezembro e vinte e oito de janeiro, o Plano de Ação do ruído foi então submetido aqui à Assembleia Municipal para a sua apreciação. Baixou à 4ª e à 8ª Comissões Permanentes que analisaram este plano, e no âmbito dessa análise foram ouvidos os técnicos da Direção Municipal do Ambiente e o Vereador José Sá Fernandes que apresentaram a caracterização da cidade e as intervenções que estão previstas de acordo com os tipos mas também, com as diferentes fases e com a população que está abrangida. -----

----- As, 4ª e 8ª, Comissões Permanentes emitiram, ainda, uma série de recomendações que foram aprovadas em conjunto com o parecer sobre esta proposta e

que o foram por unanimidade, dos membros presentes em ambas as comissões para que, se esta Assembleia assim o deliberar, dirigira à Câmara Municipal de Lisboa. -----

----- Estas recomendações dizem respeito a uma preocupação com o faseamento da implementação deste plano que deve obedecer primeiramente, a respostas que abrangem o maior número de habitantes, mas também com uma eficaz comunicação com todos os agentes envolvidos para que as intervenções sejam entendidas como medidas de redução do ruído e não, meramente, como medidas de reordenamento do tráfego, ou medidas de repavimentação, procurando alterar comportamentos das populações. -----

----- As comissões expressam também, a necessidade que a Assembleia seja mantida a par dos desenvolvimentos do plano, nomeadamente, através da sua monitorização, bem como da importante atualização dos dados do ruído da cidade, uma vez que o mapa em que se baseia o Plano de Ação do Ruído data de 2010.-----

----- São, ainda, recomendadas a procura de soluções sempre que possível de alternativas às barreiras acústicas através do coberto vegetal, e uma preocupação acrescida com a promoção de melhores práticas que permitam um melhor isolamento acústico sempre que possível, através da promoção das melhores práticas no licenciamento urbanístico. -----

----- Não sendo no âmbito do Plano de Ação do Ruído, são relembradas à Câmara Municipal de Lisboa recomendações anteriores, desta Assembleia, em matérias conexas relativamente a ruídos provenientes, por exemplo, não só em matéria de turismo, nomeadamente, veículos motorizados que são utilizados no turismo como já aqui referimos hoje, mas também, por exemplo, dos estabelecimentos de restauração e bebidas e de todas as atividades relacionadas. -----

----- São ainda recomendados os esforços da CML também já aqui referidos pelo Senhor Vereador, junto das estâncias a quem compete elaborar, implementar e monitorizar os Planos de Ação de Ruído que dizem respeito ao ruído aéreo e ferroviário para que o trabalho na cidade seja feito de forma concertada. -----

----- Portanto, a Proposta nº 261/2015, relativamente ao Plano de Ação do Ruído, está em condições de ser apreciada aqui, na Assembleia Municipal de Lisboa. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A presente Proposta nº 261/2015 veio acompanhada pela Proposta de Plano de Ação do Ruído (PAR), pelo Relatório de ponderação da consulta pública e pelo Sumário executivo, todos datados de Julho de 2014, ou seja, fazem todos este mês um ano. Será de dar os parabéns aos aniversariantes? -----

----- Diz-se que o Plano de Ação contém um conjunto de medidas consideradas prioritárias com o objetivo de proteger a saúde humana e o bem-estar dos cidadãos, por meio da redução dos níveis sonoros de ruído ambiente, mas “Os Verdes” constata algumas limitações na metodologia seguida. -----

----- O Relatório tem a vantagem de reconhecer na p. 180 “que das cerca de 33 mil pessoas expostas a níveis de ruído acima do limite legal, as medidas quantificadas no

PAR apenas contribuem para uma redução de aproximadamente 5,5 mil pessoas para gamas de ruído abaixo daquele limite”. Ou seja, apenas beneficiarão com este PAR 1/6 das pessoas afetadas pelo ruído. Constatando-se tratar-se de um Plano com limitações na sua eficácia, pareceria óbvio a necessidade de reavaliação dos postulados iniciais contidos na sua metodologia. Porém, não tendo sido esse o caminho, nem dos técnicos, nem da vereação, deparamo-nos, à partida, com um Plano bastante limitado. -----

----- Talvez devido à ‘antiguidade’ dos documentos de suporte da Proposta, na ficha técnica contida na p. 189, não encontramos qualquer técnico ligado à equipa do Plano de Acessibilidade Pedonal, o que poderia ter constituído uma vantagem relevante para a elaboração deste PAR. E talvez por esse mesmo motivo, não encontramos referência a anteriores pareceres da AML, designadamente da 2ª (CPETII) e 4ª (CPAQV) Comissões e de recomendações de “Os Verdes”, o que não deixa de ser estranho. -----

----- Já agora façamos também referência a um par de imprecisões, e logo na 1ª p. da Proposta. Sr. Vereador, a legislação citada está errada, pois fomos consultá-la e o articulado não confere. Com efeito, não deverão ser nem o art. 4º, nem o D-Lei nº 46/2006. Depois, e ainda nessa 1ª p., refere-se que uma cidade com uma “população residente superior a 250 mil habitantes (...) está sujeita à elaboração de mapas estratégicos de ruído”, o que também não é o que diz a legislação em vigor, mas sim 100 mil habitantes, como é referido na Informação dos serviços em anexo. Defrontamo-nos aqui de novo com questões de metodologia mal definidas em Propostas da CML. -----

----- Abordemos agora a consulta pública, da qual se destaca o registo de 21 participações. Mas destas, e de acordo com a p. 9 do Relatório de ponderação, apenas uma obteve parecer favorável e 4 pareceres parcialmente favoráveis, o que mais uma vez denota a enorme estreiteza dos critérios adotados, argumentando-se, invariavelmente, que as sugestões caíam fora do âmbito do PAR, por falta de enquadramento. Pergunta-se: será que a CML apenas tinha em vista a elaboração de um Plano imediatista, de fácil execução e sem grandes ambições? -----

----- É que, de facto, não encontramos motivos válidos para a exclusão de análises e alguns contributos objetivos. Senão vejamos: -----

----- É indesmentível que o PAR “aposta mais na tentativa de correção de situações existentes, do que na prevenção da emissão de ruído”, mas não deveria ter sido este, um dos seus objetivos centrais? De facto, o Relatório de ponderação afirma, perentoriamente, que considerou “prioritária uma ação corretiva”, o que não deixa de ser deveras limitado. Também foi mais fácil à equipa descartar a revisão da aplicação dos regulamentos municipais que definem horários de funcionamento de atividades de diversão noturna, ou propor o aumento da fiscalização municipal quanto aos horários e condições de funcionamento de alguns estabelecimentos, empurrando as soluções de intervenção para os braços da Polícia Municipal. -----

----- Também parece ter sido opção remeter para fora do âmbito do Plano sugestões de colocação de “barreiras arbóreas de elevada densidade, em vez dos painéis em chapa de aço e das barreiras acrílicas” ou até de “plantação de mais árvores de alinhamento”.

Pelo contrário, o que a CML tem anuído é no drástico abate de árvores um pouco por toda a cidade. -----

----- O PAR releva antes uma particular incidência nas soluções viárias e na racionalização e ordenamento da circulação, tidas como prioritárias, com o controlo de limite de velocidade e o asfaltamento das vias, subdividindo este em 3 fases de execução, como atesta a p. 10 do Sumário executivo.-----

----- Este documento também assume que na sua «metodologia para a delimitação de zonas tranquilas, se procedeu à intersecção com as zonas 30», mas não considerando «as áreas com elevada concentração de atividades ruidosas permanentes, nomeadamente estabelecimentos de restauração e bebidas». De facto, as recomendações apresentadas assentam sobretudo na repavimentação. Ela é necessária? Sem dúvida. Mas já não parece prestar-se o devido destaque à utilização de barreiras naturais e ao papel fundamental que a arborização desempenha em matéria de redução do ruído. -----

----- Omite, assim, recomendações desta AML para a revisão do horário de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e do próprio regulamento de cargas e descargas. Perguntamos: é ou não assaz barulhenta a frota municipal que procede à recolha noturna do lixo em zonas residenciais, pelas 2h e 3h da manhã? Porque não dá a CML o exemplo? Há algum problema em alterar esse horário nas zonas residenciais para durante o dia, causando menos incómodo? E porque não avançou a CML para uma melhor coordenação dos momentos de recolha dos resíduos sólidos urbanos com o horário de funcionamento dos estabelecimentos de venda ao público e da restauração em particular, onde, por exemplo, na Baixa e na Praça do Comércio se assiste à recolha do lixo, cerca das 14h, com munícipes e turistas a assistir e a cheirar o odor dos dejetos durante a hora da refeição? É completamente surreal. -----

----- E pondera ainda a CML elaborar e apresentar a esta AML um Regulamento Municipal de Redução de Ruído a par do Plano de Ação para o Ruído? -----

----- Em conclusão, se o Regulamento Geral do Ruído, publicado no DR em 17/1/2007, é muito claro quando diz que «compete ao Estado e às demais entidades públicas, em especial às autarquias locais, tomar todas as medidas adequadas para o controlo e minimização dos incómodos causados pelo ruído resultante de quaisquer atividades, incluindo as que ocorram sob a sua responsabilidade ou orientação», então porque limitou a CML as suas propostas, restringindo o seu raio de atuação? Será que cumpre mesmo na íntegra o que está estipulado na lei?-----

----- Ou seja, a equipa técnica dos serviços podia e devia ter ido bem mais longe na elaboração deste PAR, mas, provavelmente, a vereação pediu-lhes muita contenção nas conclusões e sugestões a que chegassem. Este Plano de Ação do Ruído, apesar de muito pertinente, é, no entanto, pouco ambicioso. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Fernando Nunes da Silva (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Há aqui duas coisas que penso que vale a pena salientar nisto; é bastante importante o trabalho que foi realizado e obviamente, e estando de acordo com muito daquilo que aqui foi dito, de facto, este é um plano absolutamente, operacional, e penso que é o primeiro passo para desenvolver, depois um plano de ação mais abrangente e sobretudo, mais transversal. A Câmara tem sempre uma grande dificuldade em integrar vários setores que contribuem para o mesmo objetivo e, portanto, o plano sofreu alguma situação derivado disso mesmo.-----

----- De qualquer modo, eu penso que a quantidade e a qualidade das recomendações que resultaram das comissões já vão minorar alguns dos principais problemas que aqui estão.-----

----- A primeira questão é que os dados de base no terreno são de 1999, quer dizer, estamos a falar de dados com dezasseis anos de atraso que, obviamente, não correspondem minimamente à realidade e esses dados estiveram na base de formulação do mapa de ruído que por sua vez, deu origem a este.-----

----- Em meu entender, o que há a fazer em primeiro lugar é atualizar esses dados e até verificarem algumas das propostas.-----

----- De qualquer modo, eu gostava de salientar o aspeto positivo e que foi a metodologia adotada para definir a estratégia de intervenção e depois a definição de prioridades, porque parece-me, de facto, que este é um aspeto que importa realçar na medida que a qualidade do trabalho realizado porque perante os problemas que existem na Cidade de Lisboa em termos de ruído o modo como se organizou esta informação para se poder definir prioridades é de facto, importante realçar porque permitiu clarificar onde é que era mais importante e mais urgente poder atuar o que é algo que normalmente prenuncia uma efetiva ação no terreno porque tudo é muito importante, e tudo é muito grave acaba normalmente por não se atuar com a eficácia que é devida.-----

----- No entanto, há aqui um conjunto de arruamentos que são bastante estranhos perante esse tipo de prioridades, quando se define que a prioridade principal tem a ver com uma comparação com as medidas que têm de ser tomadas e o número de pessoas que passam a beneficiar do resultado dessas boas medidas. Por exemplo, os dados que aparecem com menos de quinze habitantes a serem afetados, só Av. Fontes Pereira de Melo, Av. João XXI, a Rua da Escola Politécnica e a Av. Lusíada, é evidente que em qualquer um destes sítios haverá, por certo, mais de quinze residentes que são afetados por estas medidas.-----

----- Agora, isto poderá compreender-se por várias questões, ou o recenseamento não foi bem executado, ou então foi muitíssimo bem executado e grande parte da população já tem proteções antirruídos nos seus próprios alojamentos através de materiais absorventes e vidros duplos, nomeadamente, ou porque há usos que não são residenciais mas que são igualmente importantes preservar em alguns destes arruamentos e estamos perfeitamente de acordo, ou porque há oportunidade por programação de intervenção na rede viária na cidade a oportunidade de mudar as recargas de pavimento, e renovação dos arruamentos, com pavimentos absorventes, mas em qualquer uma das justificações são corretas, digamos assim, mas era

importante que isso figurasse explicitamente, no plano, isto é, porque aparece uma justificação a dizer que vamos atuar essencialmente, nos arruamentos onde o número de pessoas afetadas é maior, e o nível de ruído é maior. E depois, aparecem arruamentos com menos de quinze habitantes onde não se percebe qual é a razão, e penso que a razão será uma destas, provavelmente. -----

----- Outro aspeto que importa também realçar é a definição das zonas tranquilas não só pelo facto de as definir e de as amplificar, mas também pela estratégia que propõe realizar relativamente a isso, e que é não só mantê-las, isto é, evitar que elas passem a ser zonas ruidosas o que é importante, mas alargar o número de zonas ruidosas, ora, isso coincide basicamente com bairros residenciais e daí, a recomendação que se faz para que o Programa das Zonas 30 venha a ter um novo folego para que, obviamente, como se viu nos poucos sítios onde isso foi implementado, possa contribuir, de facto, para a manutenção e a extensão destas zonas. -----

----- Em relação ao ruído aéreo e ao ruído ferroviário, já aqui foi dito várias questões. É evidente que a Câmara não tem praticamente nenhuma capacidade de intervenção nesta matéria, mas pode ser bastante proactiva na negociação, quer com a ANA, quer com as infraestruturas de Portugal. De facto, em relação à ANA há hoje em dia, um conjunto de várias medidas que estão a ser aplicadas noutros países para reduzir o tráfego aéreo, e não têm aeroportos dentro das cidades como nós temos, e portanto, eu penso que a Câmara tem aí uma capacidade de reivindicação política importante para que essas medidas venham a ser progressivamente adotadas. Não se consegue fazer de um dia para o outro, mas há coisas que se podem ir fazendo progressivamente, e há pequenos aspetos técnicos de relativa implementação que se pode melhorar progressivamente e significativamente os aspetos negativos relativamente a esta questão. -----

----- Por último, alguns aspetos que não foram considerados e que me parecem que são úteis. Grande parte deles estão nas recomendações e não vou repetir. Outros têm a ver com circuitos do lixo e que não se compreende porque funcionam durante a madrugada em zonas residenciais e em zonas comerciais funcionam durante o dia, portanto, há aqui qualquer coisa que se pode trabalhar. -----

----- A última questão e com isso termino, se me der licença, e a última questão é só esta, é muito importante não só atualizar os dados, mas muito mais importante, ainda, é fazer a monitorização, isto é, fazer a análise de qual era a situação antes, e qual é a situação depois, e aí a sugestão que fazemos é pelo menos nas áreas que vão intervir, façam medidas antes da intervenção para depois vermos qual é o verdadeiro resultado das medidas que se conseguirem. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Sofia Cordeiro (PS)**, no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Este Plano de Ação do Ruído que nos é apresentado e que foi analisado nesta Assembleia Municipal pelas 4ª e 8ª Comissões Permanentes, apresenta-se como um plano de gestão abrangente não apenas com o objetivo de reduzir o ruído ambiente,

mas também para eliminar desconformidade legais mas também para definir medidas preventivas para preservar a qualidade do ambiente acústico na cidade. -----

----- Mas o plano deve ser visto como um instrumento mais lato de política na cidade, porque apesar de ter na sua base medidas para a infraestrutura rodoviária sobretudo tomadas ao nível de repavimentação e limitação de circulação de veículos pesados, promoção e utilização de transportes públicos e transportes alternativos e da colocação de barreiras acústicas, não se limita a estas medidas mas inclui também, uma preocupação mais ampla com medidas que alteram não apenas o ambiente acústico mas, também, a segurança e a qualidade de vida das pessoas com uma limitação da velocidade e calma de tráfego, dando corpo a essa intervenção de diferentes medidas, tanto a implementação do programa das zonas trinta, como as zonas de emissão reduzida têm já antes da implementação do Plano de Ação do Ruído, apesar de terem como objetivo, também, medidas de segurança rodoviária ou de qualidade do ar, contribuindo para o conforto acústico nas zonas onde são implementadas sendo esse também um objetivo inscrito nesses programas. E é importante para este Plano de Ação do Ruído para o seu sucesso que ele não se confine apenas às intervenções que estão nele inscritas mas que seja transversal pela importância que se reveste o ruído na nossa saúde pessoal e no desenvolvimento sustentável da nossa cidade, para quem nela reside e trabalha, mas também para quem nos visita.-----

----- As preocupações, aqui, expressas e na sua maioria foram também elas aprovadas por unanimidade no parecer e nas recomendações das comissões que aqui hoje, apreciamos são por isso, contribuições para uma política de cidade para o ruído e deverão ser incorporadas nas diversas intervenções na cidade, quer elas envolvam, ou não, o tráfego rodoviário, quer elas envolvam, ou não, um envolvimento financeiro do município porque nem sempre é de intervenções que custam dinheiro que falamos. ----

----- São muitas vezes as alterações de comportamentos e um maior envolvimento dos diferentes agentes da cidade, sejam eles os munícipes, os agentes económicos ou os visitantes, que fazem uma melhor política para a cidade. E é muitas vezes, a própria percepção da existência do problema, ou da sua real dimensão, que pode alterar comportamentos, e são por isso medidas de sensibilização, e mesmo começar pelos bons exemplos de medidas a tomar pelo próprio município que podem ser geradores de mudanças, de comportamentos e de mentalidades. Medidas como a renovação de veículos pesados da recolha de resíduos, como a redução da frota municipal de veículos ligeiros de passageiros, como a consolidação da rede ciclável, como a extensão e criação de novos corredores de transportes públicos, entre outras que contribuem para a percepção de um esforço coletivo da cidade para a redução do ruído.-

----- E é indiscutível que a concentração de atividades sociais e económicas na cidade, e as deslocações rodoviárias que são associadas a estas atividades, vão ser sempre fontes de ruído, e este ruído quase sempre será um ruído indesejável, mas é quase sempre incontornável pela sua associação a estas atividades porque a oferta de comércio e serviços é hoje um requisito para a vida no meio urbano. -----

----- Porque este ruído é um efeito colateral de todas estas atividades lucrativas, acarreta custos financeiros, e não só, que são suportados pelos moradores que não têm, e sendo alheios aos lucros e receitas geradas por estas atividades, são eles que são expostos ao ruído com consequências gravosas para o desempenho profissional, para o seu rendimento escolar e para a sua saúde. -----

----- A integração de medidas neste Plano de Ação de Ruído com outras que estão a ser tomadas pelo município no âmbito, por exemplo, como aqui já falámos, do Regulamento de cargas e Descargas da recolha de resíduos e dos horários em que ela é feita, também dos horários dos estabelecimentos de restauração e bebidas, medidas também ao nível do próprio estacionamento, revestem-se da importância de construir todo um plano para o ruído na cidade. Portanto, uma política municipal de redução de ruído e não apenas o Plano de Ação do Ruído que é aquele que decorre de apenas, uma obrigação legal relativo às infraestruturas rodoviárias na cidade. -----

----- E alterar políticas para uma cidade com menor poluição sonora contribui normalmente, para uma menor poluição de outro tipo, também seja ela atmosférica, visual ou de resíduos. -----

----- É importante não esquecer, também, que a cidade muda e a vida na cidade reside nessa mudança, e este plano apesar de se ter que basear especificamente, em dados de um determinado momento, e que, já aqui foi dito é um momento bastante distante no tempo é fundamental que sejam contemplados mecanismos de respostas a alterações que não se coadunam com esta mais lenta atualização dos mapas do ruído e que se prendem com situações não previstas à data da sua conceção, ou decorrentes de novas dinâmicas da cidade como sejam novas atividades económicas. E é importante lembrar que algumas destas matérias que apesar de não serem diretamente, do âmbito do Plano de Ação do Ruído têm uma enorme importância na vida dos munícipes razão pela qual surgem como a face visível das suas preocupações relativamente ao ruído. E foram exemplos disso, o ruído relacionado com os estabelecimentos de restauração e bebidas ou como o proveniente de veículos motorizados para turistas, objetos de recomendação nesta Assembleia à Câmara Municipal de Lisboa que importam acompanhar o seu acolhimento por parte do Executivo Municipal, uma vez que, para os munícipes, são estas as preocupações mais visíveis no seu dia-a-dia. -----

----- Assim, para o Grupo Municipal do PS é muito importante que este Plano de Ação do Ruído seja hoje, aqui aprovado e que seja posteriormente, esta Assembleia informada do seu acompanhamento, da sua monitorização do seu sucesso. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Vereador José Sá Fernandes** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu agradeço as intervenções dos três Deputados. -----

----- No fundo, concordo com a maior parte das coisas que foram aqui ditas, mas convém esclarecer o seguinte: -----

----- De facto, o grande barulho, tirando os aviões e os comboios, o grande barulho da cidade de Lisboa, em termos gerais, tem a ver com a rodovia. -----

----- Este Plano de Ação do Ruído tem este foco exatamente nesse problema, sendo que isto deve estar interligado com todos os outros regulamentos e ações que a Câmara vai desenvolvendo. -----

----- Estou de acordo com tudo aquilo que o Deputado Nunes da Silva referiu, nomeadamente o alargamento das zonas trinta, com aquilo que a Deputada Sofia Cordeiro disse em relação aos transportes, a Câmara tem feito um esforço, nomeadamente, na sua frota. -----

----- Em relação ao que todos disseram sobre os horários e a uma série de barulhos que são localizados que eu acho que vão ser depois, vistos em Planos de Ações de Ruído Locais. -----

----- A única coisa que não concordo com o que os Deputados disseram, nomeadamente, o Deputado do PEV, é que nós temos várias ações preventivas na Câmara. Como sabem, hoje, os Planos de Pormenor têm que ter planos de ruído associados, Planos de Loteamento têm que ter Planos de Ações de Ruído associados, Planos de Urbanizações têm que ter Planos de Ações de Ruído associados, portanto, a prevenção fazemos exatamente, nesse planeamento porque hoje é obrigatório que haja Planos de Ações de Ruído associados a isso. -----

----- Depois, também não é verdade que nós não vamos incentivar mais árvores. As pessoas não têm noção, mas nós plantámos, o Plano de Ação de Árvores em 2015 são dez mil árvores. Como sabem, vai ser discutido o arvoredo, espero eu, o regulamento, mas também vai ser apresentado, provavelmente, em setembro ou outubro, um grande plano de arborização da cidade de Lisboa e estamos a falar de milhares de árvores que queremos plantar em muitos dos arruamentos que agora fazem barulho e que poderão constituir as tais barreiras acústicas arbóreas que foram referidas, e que portanto, não vai ser negligenciado nesta intervenção na cidade. -----

----- Este plano não foi encomendado aos serviços técnicos para se fazer de uma determinada maneira, eles tiveram total liberdade para o fazer, mas conscientes que o grande problema do ruído na cidade, o mais importante problema de ruído na cidade tem a ver com o tráfico rodoviário e portanto, incidiram o seu plano de ação aí, não houve qualquer instrução minha ou de outro elemento do executivo sobre a maneira como é que eles deveriam fazer este documento, eles tiveram a inteira liberdade de o fazer, e fizeram-no desta maneira, porque de facto, é reconhecido por toda a gente, por todos os técnicos e por nós todos, que o ruído atinge níveis acima do permitido por lei é precisamente, nas zonas rodoviárias. -----

----- Sem prejuízo, nós percebermos e aceitarmos todas as recomendações feitas por esta Assembleia Municipal, aliás, comecei por dizer exatamente isso. Nós temos que conjugar este Plano de Ação de Ruído para a Cidade de Lisboa com vários tipos de regulamentos e de intervenções que no fundo fazem parte das recomendações que a Assembleia Municipal propõe que a Câmara atue, quer nas cargas e descargas, quer mais bicicletas e isso é a aposta nos modos suaves que é evidente está a acontecer na Cidade de Lisboa, mais árvores, melhor frota e portanto, acho que a conjugação disto tudo vai-nos fazer ter uma cidade menos ruidosa, sendo que, e insisto nisto, a Cidade de Lisboa diminuiu de uma maneira bastante significativa o número de pessoas

expostas ao ruído, acima da lei, nos últimos cinco anos e isso também é um dado bastante significativo diminuiu mais de 20% o que quer dizer que é um bom número, e com este plano que nós apresentamos aqui podemos diminuir ainda mais, sendo que também é intenção deste executivo antecipar algumas intervenções em alguns arruamentos que nós achamos essencial, nomeadamente, em relação à segunda circular que acho que é um caso paradigmático de podermos diminuir bastante o nível médio de ruído se diminuirmos o ruído na segunda circular. -----

----- De qualquer maneira, agradeço as intervenções dos Senhores Deputados, estou de acordo com eles, e é isto que nós vamos atuar, espero eu que em conjunto, e em conjunto com todos os outros membros do executivo com os regulamentos e com as intervenções que estamos a preparar, nesse sentido.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “O Senhor Vereador não esclareceu algumas dúvidas suscitadas pelo Senhor Deputado do PEV relacionadas com algumas gralhas ou incorreções nos considerandos da proposta, uma vez que os considerandos da proposta não são vinculativos para terceiros e não têm qualquer consequência para efeitos do público, o que interessa é o plano em si, a Mesa propõe que se vote exclusivamente a parte deliberativa da proposta. Portanto, não temos em consideração os considerandos, não ficaram cá escritos. Ficou registado em ata as correções que eles deveriam ter tido, mas nós votaríamos apenas a parte deliberativa para não estarmos a votar uma coisa que tenha alguma incorreção e não ficar isso vinculado à nossa decisão.-----

----- Nessas condições, eu ponho à votação nesta Assembleia, exclusivamente isto, que o Plenário da Assembleia Municipal delibere nos termos legais, aprovar a proposta do Plano de Ação de Ruído da Cidade de Lisboa em anexo à **Proposta n.º 261/CM/2015** e que dela faz parte integrante. Não há votos contra, abstenções do CDS-PP, PEV, MPT e de 1PSD, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, PAN, PNPN e 6IND. A **Proposta n.º 261/CM/2015** foi **aprovada por maioria**.-----

----- O Senhores Deputados Municipais Magalhães Pereira e John Baker afirmam que irão apresentar uma Declaração de voto.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, apresentou a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “O Grupo de Lista do PPD/PSD na Assembleia Municipal de Lisboa, apresenta a seguinte Declaração relativamente ao seu Voto de Abstenção na Parte Deliberativa da Proposta n.º 261/CM/2015 para o Plano de Ação de Ruído de Lisboa, submetida a Plenário da Assembleia Municipal na sessão de 21 de Julho de 2015 e aí acolhida por Maioria, com Parecer conjunto da 4.ª Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida e da 8.ª Comissão Permanente de Mobilidade e Segurança.-----

----- 1. O Grupo Municipal do PPD/PSD votou por ABSTENÇÃO na Parte Deliberativa da Proposta em epígrafe, por considerar que, sendo embora útil e necessário que Lisboa disponha de instrumento regulamentar para condicionar e definir as circunstâncias de emissão sonora noturna e diurna na cidade, verifica não

estarem dissipadas todas as dívidas que a Proposta suscitou, tanto na consulta pública efetuada entre DEZ2013 e JAN2014, quanto na apreciação em sede de Câmara e nas 4.^a e 8.^a Comissões da Assembleia Municipal. -----

----- 2. De facto, o Plano apresentado restringe-se quase absolutamente ao ruído rodoviário e mesmo assim com soluções pobres, considerando apenas repavimentações e alguns reperfilamentos, sendo que algumas das intervenções entretanto efetuadas ao abrigo da competência geral da Câmara, resultam desconfortáveis e por vezes até, mais ruidosas. -----

----- 3. Também o descarte de uma rearborização para majoração de desempenho na redução de ruído, não abona na qualidade das soluções propostas. -----

----- 4. Estima-se que a Cacterização Acústica de 1999, seguida da Carta de Ruído de 2000, do Mapa de Ruído de 2008 e do Mapa Estratégico de 2009, não culminaram num Plano de Ação de Ruído de 2014 com a profundidade que mereceriam esses instrumentos e muito menos as intervenções programadas e o faseamento adotado, são sequer os mais adequados. -----

----- 5. Note-se que a forma e conteúdo deste Plano de Ação de Ruído, não dispensam, antes aconselham, a produção urgente de um Regulamento Municipal do Ruído que estabeleça uma disciplina no ruído de vizinhança, como via de compatibilização das atividades noturnas com o uso habitacional.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal John Baker (MPT)**, apresentou a seguinte **Declaração de Voto:**-----

----- “O Grupo Municipal do Partido da Terra eleito para a Assembleia Municipal de Lisboa, vem, nos termos e para os efeitos previstos no n.º 1 do artigo 57º do Regimento da AML, fazer constar da Ata da Reunião dedicada a Perguntas à Câmara realizada no dia 21 de Julho de 2015 a sua declaração de voto referente à Proposta n.º 261/CM/2015 - Plano de Ação de Ruído de Lisboa, adiante designado de PAR, que mereceu a abstenção deste Grupo Municipal, com os seguintes fundamentos:-----

----- 1. O PAR em apreciação não contempla o seu período de vigência, violando o disposto no n.º 1 do artigo 11º do Decreto-Lei n.º 146/2006, de 31 de Julho; -----

----- 2. Pese embora, a estrutura do PAR contenha os capítulos referentes à estratégia de intervenção e programação, não se vislumbra um cronograma de implementação. -

----- 3. A correlação entre o PAR e o Plano de Repavimentação da Cidade, não se mostra coerente, no que diz respeito à repavimentação de algumas artérias. -----

----- 4. O Partido da Terra não coloca em causa a necessidade de Lisboa ter um PAR, mas sim a estruturação do documento propriamente dito, que deveria estar mais completo de forma a ser um instrumento de maior eficácia e eficiência.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, continuou: -----

----- “A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 3/78** (anexada à presente ata como **anexo VI**, e dela faz parte integrante), da 4.^a e 8.^a Comissões Permanentes sobre a Proposta n.º 261/CM/2015. -----

----- A Mesa vai pôr à votação a **Recomendação n.º 3/78** resultante do Parecer Conjunto da 4.^a e 8.^a Comissões Permanentes, Comissão Permanente de Ambiente e Qualidade de Vida e da Comissão Permanente de Mobilidade e Segurança, sobre a

Proposta nº 261/CM/2015. Não há votos contra, abstenções do PSD, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. A **Recomendação nº 3/78** foi **aprovada por maioria**. -----

----- Senhores Deputados, atendendo que já estivemos no limite do quórum e que já são dezanove horas e vinte minutos, eu proponha passarmos diretamente ao nosso último ponto da Ordem de Trabalhos, um aditamento, os outros pontos creio que não ficam prejudicados se forem reagendados para a semana. -----

----- O problema do aditamento é este, a Câmara pede-nos uma autorização para uma repartição de encargos sendo que a Câmara precisa desta deliberação antes do final do mês de julho porque tem mais uma reunião de Câmara para adjudicar o contrato e não pode adjudicar o contrato sem esta autorização da Assembleia. Trata-se de um contrato de fornecimento de refeições para as escolas no primeiro período do ano letivo. Compreendem todos, a urgência da coisa. -----

----- Eu tinha preparado uma proposta de recomendação sobre esta matéria atendendo a que a proposta é no sentido de ser um ajuste direto, e um ajuste direto é de um valor superior ao que o CCP prevê, mas o CCP admite situações urgentes, que é o caso, e eu tenho aqui na Mesa um pedido de alteração à redação da minha recomendação apresentada pelo Partido Socialista que, no fundo, eu iria apresentar quando chegarmos à altura de, ou posso apresentar desde já, se os Senhores Deputados puderem ter na vossa frente o documento intitulado **Recomendação nº 4/78**, eu passo a informar quais as alterações pedidas que eu, como redatora da proposta, aceito; o primeiro e segundo parágrafos dos considerandos, ficam, no terceiro parágrafo acrescentar a seguinte expressão, no fim quando se diz; “não poder ser considerado, de modo algum, uma boa prática”, acrescentar o seguinte; “não poder ser considerado se usar por via de regra e não, apenas, em casos excepcionais como o presente”, isto é uma explicitação e portanto, do meu ponto de vista é completamente passível de ser aceite. Depois, no quarto parágrafo, onde se falava em atrasos na obtenção de vistos do Tribunal de Contas, substituir a palavra “atrasos” por “demoras”, acontece que são mesmo demoras, quer dizer, a Câmara não pode enviar para o Tribunal de Contas a não ser nos prazos legais, e o Tribunal de Contas demora o tempo que precisa demorar, portanto, nós não podemos aqui imputar responsabilidades aos prazos que o Tribunal de Contas demora a decidir, e portanto, seria mais correto substituir “atrasos” por “demoras”. Finalmente, eliminar o número um da recomendação, uma vez que os atrasos que existiram neste caso, estão todos explicados na proposta, e efetivamente não podia ser de outra maneira. Há um concurso público internacional a decorrer, e esse concurso público foi para contencioso e está em tribunal, o tribunal ainda, não se pronunciou, a Câmara não pode adjudicar enquanto o tribunal não se pronunciar e não tem outro remédio senão fazer isto, portanto, retirávamos este ponto e ficava o segundo ponto “que informa a Assembleia Municipal sobre as diligências que tomou, ou pensa tomar, para evitar a repetição de casos semelhantes...”, anulando o resto da frase, porque não há aqui intenção de lesar ninguém, foi uma circunstância que sucedeu. -----

----- Estas explicações tinham de ser dadas, e estão dadas. Pergunto se alguém quer usar da palavra?-----

----- **PONTO 7 – APRECIACÃO DA ALÍNEA a) DA PROPOSTA 358/CM/2015 –REPARTIÇÃO DE ENCARGOS NO CONTRATO PARA O FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES ESCOLARES NA MODALIDADE DE CONFEÇÃO NO LOCAL PARA O 1º PERÍODO DO ANO LETIVO DE 2015/2016, NOS TERMOS DA PROPOSTA E PARA OS EFEITOS DO DISPOSTO NA ALÍNEA c) DO Nº 1 DO ARTIGO 6º DA Lei Nº 8/2012, DE 21 DE FEVEREIRO, NA SUA REDACÇÃO ACTUAL; GRELHA-BASE – 34 m);---**

----- (anexado à presente ata como **anexo VII**, e dela faz parte integrante); -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “A CML submete a esta AML uma repartição de encargos no contrato para o fornecimento de refeições escolares, na modalidade de confeção no local, para o 1º período do ano lectivo de 2015/2016.-----

----- Acontece que o atual contrato, que deveria estar em vigor até 31/7, termina afinal na próxima 6ª fª, dia 24/7. É por isso necessário, primeiro, garantir as refeições escolares na última semana de Julho, de 27 a 31/7 e, segundo, prestar o fornecimento das refeições escolares nos últimos 4 meses deste ano. -----

----- O encargo para o ano económico de 2015 ascende a 910.904,80 €, mais IVA, a que acresce, no ano económico de 2016, o valor de 294.292,32 €, mais IVA, num total de 1.482.392,46 €, IVA incluído.-----

----- A CML argumenta com o nº 1 da alínea c) do artigo 24.º - Escolha do ajuste direto para a formação de quaisquer contratos - do Decreto-Lei nº 18/2008 de 29/1/2008, que diz que se pode adotar o ajuste direto quando «na medida do estritamente necessário e por motivos de urgência imperiosa resultante de acontecimentos imprevisíveis pela entidade adjudicante, não possam ser cumpridos os prazos inerentes aos demais procedimentos, e desde que as circunstâncias invocadas não sejam, em caso algum, imputáveis à entidade adjudicante». -----

----- Acontece, porém, que «por força da alteração introduzida à alínea a) do nº 1 do art. 20º do Código dos Contratos Públicos (CCP), na redação dada pelo artigo 2º do D-Lei nº 149/2012, de 12 de Julho, o limiar nacional é de 75.000 €, relativamente aos contratos a celebrar por ajuste direto (de regime geral, previsto e regulado na Parte II do CCP), cujo procedimento se inicie a partir de 12 de Agosto de 2012, inclusive). O referido limiar nacional é aplicável independentemente do enquadramento da entidade no nº 1 ou no nº 2 do artigo 2º do CCP». -----

----- O art. 20º do CCP define como se procede à escolha do procedimento de formação de contratos de locação ou de aquisição de bens móveis e de aquisição de serviços. A alínea a) do nº 1 deste artigo diz que «a escolha do ajuste direto só permite a celebração de contratos de valor inferior a 75.000 €». -----

----- Senhora Vereadora, dirigimos-lhe um pedido de esclarecimento:-----

----- Existe assim uma enorme discrepância entre este teto máximo de 75.000 € e os mais de um milhão e 400 mil euros que a CML pretende contratualizar. Como se pode

alegar ‘acontecimentos imprevisíveis’ quando há muito se conhecia o término do atual contrato? Solicitamos também que esclareça esta AML se, independentemente da compreensível alegada urgência, será legalmente possível o recurso ao ajuste direto para um tão elevado montante? Para quando revê a CML receber o parecer do Tribunal? -----

----- Finalmente, na alínea a) desta proposta, sobre a qual esta AML se vai pronunciar, a CML refere a alínea c) do nº 1 do art. 6º da lei 8/2012, mas, em todos os considerandos e nas seguintes alíneas b) e c), a argumentação para o Ajuste Direto é feita pela mesma alínea c), do nº 1, mas sempre do art. 24º. -----

----- Em que ficamos? É o art. 6º que a srª Presidente acabou por citar na Recomendação nº 4, ou o art. 24º que é por inúmeras vezes referido nos considerandos da proposta? -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Miguel Santos (PAN)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “As considerações que queríamos tecer uma vez que iremos aprovar esta proposta são mais quanto à substância das refeições do que propriamente, relativamente à formula jurídica. -----

----- Portanto, a Proposta nº 358/CM/2015, agora em votação, refere no número quatro, do artigo 3º, das clausulas técnicas, que o município prevê que sejam fornecidas, sempre que seja solicitado pelos estabelecimentos de ensino, outros tipos de ementas para além das exemplificadas no anexo E, referindo entre elas étnicas especiais para festividades e vegetarianas. -----

----- O PAN considera que o facto de esta possibilidade estar prevista, é bastante positivo. Porém, e independentemente da escola o solicitar, a opção vegetariana deve estar disponível diariamente para que alunos e pais saibam que essa alternativa existe, e que facilmente podem a ela, aceder. -----

----- Esta mesma opção vegetariana, e porque não vegan, sem qualquer produto de origem animal devia igualmente estar considerada no artigo 4º, onde vem referida a composição, tipo de ementa diária, no artigo 5º que expressa as orientações gerais para a elaboração das ementas, e no artigo 8º que refere a composição da ementa de picnic sem ser apresentada uma opção completamente livre de produtos de origem animal. -----

----- Comer uma dieta saudável ajuda crianças e jovens a ficar em alerta duramente a aula, a lutar contra as doenças e a tornarem-se em adultos fortes e saudáveis. -----

----- As crianças e jovens comem metade da comida que precisam, por dia, na escola, o que torna as escola um local importante para a aprendizagem de hábitos alimentares saudáveis. -----

----- Modificar comportamento e decisões de consumo é a questão chave para assegurar uma alimentação saudável, ambientalmente sustentável e geradora de maior potencial de desenvolvimento. -----

----- Importante para a saúde o relatório “Um Futuro para a Saúde, Todos Temos um Papel a Desempenhar”, refere que os portugueses vivem menos anos que outros povos

européus, como os noruegueses, os quais se mantêm praticamente, sem doenças até morrer, por volta dos oitenta anos. Sendo também bastante claro que o futuro da saúde tem de passar pelo adiamento de futuras doenças de forma a reduzir as despesas do setor e mudar o panorama da saúde em Portugal nos próximos vinte e cinco anos. -----

----- Dados recolhidos pela Comissão, que elaborou o relatório, revelam que 38% da população portuguesa padece de uma, ou duas, doenças crónicas, 12% de três a quatro, e 4% padece de mais de cinco patologias. Há patologias como a Diabetes 2 e que o relatório refere que Portugal tem o mais elevado nível de Diabetes da Europa, muito associado a hábitos alimentares e à falta de exercício físico que se podem prevenir. Assim, e considerando que a ciência já comprovou que reduzir o consumo de carne potencia a redução do risco de doenças coronárias, como o cancro, doenças cardiovasculares, diabetes e obesidade, e sabendo que as doenças cardiovasculares são as principais causas de morte, em Portugal, uma alteração na nossa alimentação e estilo de vida pode fazer toda a diferença, e por isso, faz todo o sentido que esteja prevista na alimentação escolar a opção vegetariana vegan, bem como, formar e sensibilizar os agregados para estas questões. Poderíamos falar, posteriormente, pelos animais e pelo planeta. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal André Caldas (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “A complexidade do processo que deu origem à repartição de encargos que hoje, cabe deliberar, também revela a robustez da sua fundamentação do ponto de vista jurídico.-----

----- É evidente, para quem estudou este processo, que a escolha do ajuste direto não foi uma escolha voluntária do município, foi uma escolha que decorreu de um conjunto de vicissitudes que são exógenas e que lhe foram imputadas pelos Tribunais Administrativos que hoje em ações, como as providências cautelares, são consideradas pelo código urgentes, demoram quinze meses a decidir, e deixa-nos a perplexidade de perceber quanto tempo demoraria uma providência que porventura não fosse considerada pela lei como urgente.-----

----- São constrangimentos exógenos que lhe são imputados pelo próprio Tribunal de Contas que nos esclarecimentos que formula no tempo que demora a dar o visto prévio que é necessário para este tipo de contratos. -----

----- E não há qualquer questão que se possa, aqui, levantar, ao contrário do que fez o Senhor Deputado Sobreda Antunes, a propósito do planeamento. Não podia, objetivamente, a Câmara antecipar num contrato que foi celebrado por dois anos letivos e que contém uma cláusula com a possibilidade de renovar por mais um, e que tem de ser evocada com trinta dias de antecedência, que o visto prévio do Tribunal de Contas ia precisamente incidir já depois dos trinta dias do prazo do contrato. É evidente para todos, e seria inadmissível que esta assembleia permitisse que da intervenção do Senhor Deputado Sobreda Antunes resultasse qualquer outro entendimento, que não havia qualquer outra escolha que o município pudesse adotar para resolver um problema tão importante como é o de oferecer refeições escolares às

crianças que estão a frequentar a rede pública neste município, muitas das quais, porventura, a única refeição quente que têm, ao longo do dia inteiro. -----

----- A Câmara Municipal esteve bem nas escolhas que fez do ponto de vista da escolha do tipo de procedimento, coisa que não compete à Assembleia Municipal julgar sem prejuízo dos seus poderes de fiscalização, e ainda bem agora a Presidente da Assembleia Municipal introduzir as alterações que lhe foram propostas pelo PS, que lhe agradeço, porque permitem remover qualquer ideia de que existe um dificuldade imputável à Câmara Municipal relativamente às escolhas que fez neste domínio. Já bastam os constrangimentos que o legislador, os Tribunais Administrativos, na sua lentidão, e o Tribunal de Contas induzem à Administração Pública para estarem, os próprios órgãos da Administração Pública, numa atitude razoavelmente autofágica, a limitarem-se ainda por cima, para além daquilo que já vem de fora. -----

----- E nós temos que ter olho vivo nesta matéria, porque os tipos de constrangimentos que hoje vêm mascarados de alguns princípios com certeza, muito benignos no nosso ordenamento, são a malha pela qual a qualidade dos serviços públicos diminui, e nós que nos prestamos à vida pública e responsabilidades ao nível do poder local, temos de estar atentos a este tipo de artimanhas que com leituras infantis daquilo que é a administração pública, impedem que as organizações da Administração Pública funcionem e tenham uma perceção positiva na sua atividade por parte dos cidadãos. É por isso que é necessário uma leitura muito fina deste tipo de procedimentos, sem permitir que haja leituras enviesadas que toldem aquilo que é essencial nestes procedimentos. -----

----- A Câmara escolheu bem, e as crianças do município terão as suas refeições escolares em tempo.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Depois desta brilhante intervenção do Deputado André Caldas, que esclareceu, sem qualquer dúvida, e muito bem, aquilo que são as vicissitudes deste processo, e eu acrescentaria só que, evidentemente, a Câmara e o município de uma forma geral, está interessado sempre em melhorar e, independentemente, de todos os constrangimentos que a lei tem, e daqui não há qualquer dúvida sobre a legalidade do que se está a fazer, sobre a importância do que se está a fazer, mas a questão é que podemos, eventualmente, analisar o que aconteceu e tirar algumas ilações do ponto de vista da construção dos próprios procedimentos, daquilo que são as defesas que podemos tentar encontrar para uma situação deste género. -----

----- Agora, é evidente que nós não dominamos o contencioso. Não está nas nossas mãos a celeridade com que os tribunais decidem, neste caso o tribunal que decidiu a questão do contencioso, e depois a própria celeridade do Tribunal de Contas. E portanto, não havia alternativa a esta situação, e nós encontraremos, evidentemente, tiraremos as devidas ilações e construiremos procedimentos mais robustos a partir das conclusões que vamos tirar daqui.-----

----- Muito obrigado.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Sobreda Antunes (PEV)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Só uma pequena dúvida, Senhor Vereador, na página 2, dos considerandos da proposta, na alínea d), diz que o período contratualizado decorre de sete de abril a trinta e um de julho de 2015, mas na página 3, no final do primeiro parágrafo, logo no início; “o fornecimento de serviço de refeições em curso cessará no dia vinte e quatro de julho de 2015”, sendo este o último dia de fornecimento quando estava contratualizado até dia trinta e um. Afinal, vai acabar sexta-feira, dia vinte e quatro, ou vai acabar no dia trinta e um? Há qualquer coisa que não bate certo.-----
----- Muito obrigado.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Eu penso que o segundo parágrafo da página 3 esclarece isso, Senhor Deputado. Leia lá, bem, o segundo parágrafo, na página 3.-----

----- Portanto, a Nordigal tem um contrato que funciona até ao dia vinte e quatro. Mas a Nordigal será a entidade que assegurará o fornecimento das refeições até trinta e um de julho, do contrato atualmente em vigor, até trinta e um de julho.-----

----- Não percebo qual é o seu problema.”-----

----- **O Senhor Vereador João Paulo Saraiva** no uso da palavra prestou o seguinte esclarecimento:-----

----- “Foi feito um ajuste direto que dizia que ele cessaria quando viesse o visto do Tribunal de Contas. Ora, ele veio, e nesse momento sai a empresa que estava que era a Uniself, e entra a Nordigal. Daí, o ter terminado a vinte e quatro de julho, e nessa data começa a Nordigal.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra, respondeu:-----

----- “Muito obrigada. Estava com o meu entendimento toldado, e ainda bem que fez esse esclarecimento.-----

----- Senhores Deputados, estamos em condições de votar a **alínea a)** da **Proposta nº 358/CM/2015**. Votos contra do PSD e do CDS-PP, abstenção do MPT, votos a favor do PS, PCP, BE, PEV, PAN, PNP e 6IND. A **alínea a)** da **Proposta nº 358/CM/2015** foi **aprovada por maioria**.-----

----- O PSD e o CDS-PP afirmam que irão apresentar uma Declaração de Voto. A Declaração de Voto do PSD é oral.-----

----- Vamos antes disso, votar a **Recomendação nº 4/78** (anexada à presente ata como **anexo VIII**, e dela faz parte integrante); sobre a **Proposta nº 358/2015**, retificada nos termos em que eu apresentei. Votos contra do PSD, não há abstenções, votos a favor do PS, PCP, BE, CDS-PP, PEV, MPT, PAN, PNP e 6IND. A **Recomendação nº 4/78** foi **aprovada por maioria**.-----

----- Palavra ao Senhor Deputado Magalhães Pereira para uma Declaração de Voto oral.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Magalhães Pereira (PSD)**, no uso da palavra, apresentou a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “O Grupo Municipal do PSD compreende e aceita o interesse e a urgência desta proposta, e nem sequer é possível que uma eventual desatenção da Câmara ponha em

causa a disponibilidade das refeições para as crianças das nossas escolas, mas não poderemos aceitar que, com base num alegado imprevisto constate-se objetivamente consubstanciado, se faça a adjudicação direta no caso em que a lei obriga a um concurso público.”-----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, apresentou a seguinte **Declaração de Voto**:-----

----- “O Grupo Municipal do CDS-PP declara que votou contra a proposta acima referenciada que teve por objeto submeter à aprovação da Assembleia Municipal a alínea a) da repartição do encargo total estimado de 1.205.197,12 €, a que acresce IVA o que perfaz o total de 1.482.392,46 €, referente ao ajuste direto a celebrar para aquisição do serviço de refeições na modalidade de confeção no local, para as crianças das escolas básicas do 1.º ciclo e jardins-de-infância da rede pública da cidade de Lisboa, para o período de 1 de Setembro a 31 de Dezembro de 2015, por considerar que:-----

----- 1- A presente proposta ao pretender justificar um ajuste direto de 1.205.197,12 € + IVA a uma única entidade baseia-se em motivos de urgência imperiosa e, para tais efeitos, invoca o disposto na alínea c) do nº 1 do artigo 24º do Código dos Contratos Públicos que permite que “Qualquer que seja o objeto do contrato a celebrar, pode adotar-se o ajuste direto quando (...) na medida do estritamente necessário e por motivos de urgência imperiosa resultante de acontecimentos imprevisíveis pela entidade adjudicante, não possam ser cumpridos os prazos inerentes aos demais procedimentos (...); -----

----- 2.- Contudo a mesma alínea c) do nº 1 do artigo 24º do Código dos Contratos Públicos é clara ao determinar que tal permissão legal apenas existe “desde que as circunstâncias invocadas não sejam, em caso algum, imputáveis à entidade adjudicante”;-----

----- 3.- Ora no presente caso foi exatamente a ausência de ação por parte da Câmara Municipal de Lisboa que deu causa à urgência que agora a mesma Câmara Municipal de Lisboa invoca para justificar o recurso a mais um ajuste direto, sendo certo que apenas desde 2011 esta maioria adjudicou já cerca de 7 milhões de euros + IVA em ajustes diretos para refeições escolares; -----

----- 4.- No caso presente não se verificam as especiais condições em que é permitido o recurso a um ajuste direto nem se entendem as razões que levaram a maioria socialista que governa a Câmara de Lisboa a aceitar mais um ajuste direto sem consulta de várias empresas; -----

----- 5.- Assim, é de considerar que a proposta apresentada põe em causa as normas legais e regulamentares atualmente aplicáveis em sede de contratação pública em vigor e a boa gestão da Cidade de Lisboa.”-----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, são vinte para as oito, penso que podemos passar as questões que estão pendentes para a próxima ordem de trabalhos, uma vez que já estamos com o quórum bastante em cima. -----

----- O Senhor Deputado Diogo Moura pede a palavra. Julgo que o Senhor Deputado queria que nós ainda apreciássemos hoje a **Recomendação n° 1/78** sobre os Mercados Municipais. O meu problema é garantir que os Senhores Deputados mantenham o quórum. Se não mantiverem, nós não podemos apreciar. É esse o meu problema. Eu não posso substituir-me à vontade soberana dos Senhores Deputados.-----

----- Fazia um apelo ao bom senso para que não prolongássemos mais os trabalhos.”---

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)**, no uso da palavra, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu estou presente, como estou sempre. Se alguns Deputados se ausentam é um problema pessoal de cada um, lamento. É mau para a Assembleia, é mau para o funcionamento dos órgãos autárquicos. -----

----- Agora, o Senhor Vice-Presidente que é um interessado nesta matéria, tem este pelouro, tem disponibilidade, o Senhor Presidente da Comissão de Economia o Senhor Deputado Silva Santos para a semana não está cá, e eu gostaria que ele estivesse presente nesta discussão, e já recolhi a concordância da maior parte das bancadas. Portanto, se não houver quórum é uma questão, se temos quórum ainda, eu apelava ao bom senso.” -----

----- **PONTO 4 – APRECIACÃO DO RELATÓRIO E RECOMENDAÇÃO N° 1/78 (2ª CP) SOBRE MERCADOS MUNICIPAIS, AO ABRIGO DAS ALÍNEAS b) e m) DO N° 2 DO ARTIGO 4º DO REGIMENTO; GRELHA-BASE – 34M;**-----

----- (anexado à presente ata como **anexo IX**, e dela faz parte integrante); -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra e na qualidade de Relator da 2ª Comissão Permanente, fez a seguinte intervenção: -----

----- “Eu iria resumir de uma forma bastante sucinta os pontos A e E do relatório, prescindiria da leitura das recomendações que todos têm conhecimento, e também, das conclusões. -----

----- Sobre a iniciativa e o enquadramento, a Assembleia Municipal na reunião de vinte e cinco de fevereiro, deliberou aprovar por maioria a recomendação apresentada pelo CDS-PP relativa aos mercados. Destaco três pontos desta recomendação: -----

----- 1. A situação atual nos mercados existentes. O decréscimo do volume de trabalho nestes equipamentos e o fecho de alguns desses equipamentos e de muitas bancas; -----

----- 2. A adaptação à recente reorganização territorial e administrativa de Lisboa, vertida na Lei 56/2012, e transferência da gestão e manutenção destes equipamentos para as Juntas de Freguesia com exceção de quatro equipamentos considerados estruturantes; -----

----- 3. A aplicação da Proposta n° 915/2013, que estipulava o dever do executivo de desenvolver uma estratégia integrada que assegure a manutenção e o desenvolvimento da rede de mercados. -----

----- Também nessa recomendação foi mandatada a 2ª Comissão para acompanhar o desenvolvimento desta estratégia. -----

----- Quanto à metodologia dos trabalhos, em primeiro lugar foram apresentados os objetivos desta recomendação à comissão, pelo Deputado subscritor, o que originou

também a decisão desta comissão em nomear o mesmo Deputado como Deputado relator. -----

----- Seguidamente, deram-se seguimento às audições. Foi ouvido o Senhor Vereador na altura, o Vereador Duarte Cordeiro e no final, também, enquanto Vice-Presidente, mas com o Pelouro dos Mercados Municipais e estruturas de proximidade. Foram ouvidos, também, dez Presidentes de Junta e a estrutura representativa da Associação de Comerciantes dos Mercados, a Associação de Comerciantes dos Mercados de Lisboa. -----

----- Quanto ao diagnóstico ele é longo e eu elencava em cinco pontos: -----

----- 1. A aplicação e enquadramento da Lei 56/2012, e a transferência dos equipamentos para as Juntas, e os projetos camarários considerados projetos estruturantes; -----

----- 2. A necessidade de alterar e adaptar a regulamentação municipal por força desta nova realidade por alterações legislativas e adaptações aos desafios futuros. -----

----- 3. Intenções e o papel da Câmara na elaboração do Plano Municipal dos Mercados e na Estratégia Municipal Integrada, bem como o âmbito de atuação da estrutura representativa dos comerciantes; -----

----- 4. A apresentação de projetos, ideias e intenções das Juntas no sentido de minimizar os mercados e garantir a sua sustentabilidade; -----

----- 5. E por fim, a necessidade de clarificar dúvidas sobre a aplicação de regulamentos e tabelas de taxas, planos de investimentos, diferenciação na oferta, regulamentação aplicável e o papel da estrutura representativa dos comerciantes. -----

----- Quanto às conclusões das recomendações, eu iria prescindir uma vez que todos os Senhores Deputados já tomaram conhecimento.” -----

----- **A Senhora Deputada Municipal Ana Gaspar (IND)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “Saudar em primeiro lugar, o relatório e o relator, o Deputado Diogo Moura, e a todos e a todas que nos envolvemos de um modo muito participativo neste trabalho. ---

----- Este ambicioso e estratégia percursora para os mercados pauta-se pela profunda perceção do que é o mercado que, para além do óbvio, um decisivo espaço de socialização e para alguns de nós não é de facto, despiciendo este contraponto à progressiva submissão àquilo que alguns chamam, também, de mundo virtual, e até de uma proximidade inter-geracional, e pensamos que isto é importante dada a pressão da opinião, não pública, mas publicitada dos velhos contra os jovens, daqueles que já não produzem, enfim, tudo isso que vocês sabem como eu. -----

----- Repõe-se assim, o significado do “*Mercatus*” do latim clássico, que significava, como sabemos, o comércio, negócio mas também, praça, onde todos, e todas, como dizemos agora, afluem, afluíam. -----

----- Sem dúvida que há mercados que nos marcam, Barcelona, Damasco, se ainda existe, muito diferentes pois diferentes são os mundos que espalham, ambos os exemplos mergulham no contexto social, económica e vivencial. -----

----- Cada Junta de Freguesia tem, e terá pois, de perceber isto de um modo muito amplo e projetar com criatividade o seu mercado. Assim, se fará, ou não, democracia. -

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Hugo Xambre (PS)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O primeiro ponto que o Partido Socialista quer realçar é a abertura que o Executivo Municipal, nomeadamente o Vereador Duarte Cordeiro, tem mostrado sobre este tipo de matemáticas acolhendo sugestões de várias formas das diferentes forças políticas. -----

----- É obvio que a questão do conjunto de mercados de Lisboa, e o desafio para o conjunto de autarquias locais, portanto, quer Câmara Municipal, como Juntas de Freguesia, é conseguir atrair mais pessoas aos mercados municipais, ter serviços inovadores, um tipo de comércio diferente, ter atrações, atividades, ter também a componente social que há pouco foi referida, que permita atingir outros clientes alvo. Um desafio que no atual estado do país com oferta inexistente e dificuldades, e só a atitude de abertura da Câmara Municipal de Lisboa, de acolher ideias e também sugestões de todos, é que se consegue construir uma estratégia global para o conjunto de mercados. E também realço que a Câmara Municipal de Lisboa tem esperado por esse relatório para poder fazer alterações ao regulamento que está, neste momento, a ser preparado. -----

----- Por outro lado, para o Partido Socialista é também claro que a visão que foi inicialmente apresentada como negativa sobre os mercados de Lisboa, não corresponde à realidade e a audição que a 2ª Comissão fez aos Presidentes das Juntas de Freguesia, mostra isso mesmo. E eu até na minha qualidade de Presidente da Junta de Freguesia com um mercado que é particularmente, difícil, estou à vontade pois tenho na minha freguesia o mercado municipal mais difícil de gerir, atendendo à sua pequena área, atendendo ao sítio em que está e à falta de investimento durante muitos anos, mas aquilo que considero é que nesses casos difíceis tem de haver respostas com uma estratégia diferente, e é aquilo que neste momento está a ser feito e este relatório aponta caminhos também, para isso. -----

----- E os mercados é também uma área que mostra o sucesso da Reforma Administrativa de Lisboa, da capacidade de fazer mais e melhor, no conjunto entre a Câmara Municipal de Lisboa e o conjunto das Juntas de Freguesia de Lisboa e aquilo que foi a audição que houve com os Presidentes das Juntas de Freguesia com a capacidade de compreender o conjunto de necessidades particulares, de cada mercado, mostra isso mesmo. É mais um ponto que mostra que foi acertada a Reforma Administrativa de Lisboa. -----

----- Um outro ponto que o Partido Socialista quer dar nota, é a qualidade do relatório, aquilo que foi o trabalho que a 2ª Comissão fez, com convergências e divergências próprias de quem discute política, e de quem discute esse tipo de matérias com paixão, mas que permite chegar, também, a várias recomendações com grau de concordância grande, e gostaria de poder realçar, por exemplo, a inclusão de lojas e serviços âncoras no conjunto mercados, de realizar atividades diferentes daquelas que habitualmente eram feitas nos mercados para se conseguir atrair outros alvos, turistas, com o aumento daquilo que é o valor de compras e o tipo de produtos, também,

existentes, com a articulação com a EMEL para aumento de oferta de estacionamento à volta do conjunto de mercados, e em outras matérias, por exemplo, a formação que é algo que foi falado na comissão e que é importante em relação a várias matérias. -----

----- Em suma, o Partido Socialista vai votar a favor em relação ao conjunto de recomendações contidas no relatório, e sendo uma área difícil, penso que o caminho de união e de recomendação várias, acho que também vai ser acolhida pelo Executivo Municipal de forma a podermos trabalhar a esse nível. -----

----- Disse.” -----

----- **O Senhor Deputado Municipal Diogo Moura (CDS-PP)** no uso da palavra fez a seguinte intervenção: -----

----- “O relatório sobre os mercados municipais que tive a oportunidade de apresentar enquanto Deputado Relator, é o culminar de um trabalho de quase um ano por parte da Comissão de Economia, pelo que as minhas primeiras palavras são dirigidas aos membros da 2ª Comissão Permanente que de forma construtiva, rigorosa e aberta, discutiram a situação atual, à data de setembro de 2014, trabalhando de forma contínua até ao dia de hoje, pelo que aproveito este momento para agradecer a título pessoal o contributo na fase final dos trabalhos aos Senhores Deputados Municipais do PS, Manuel Lage, Simoneta Luz Afonso, do PSD, Vítor Gonçalves, Rosa Carvalho da Silva, do PCP, Carlos Silva Santos e da Deputada Independente Ana Gaspar. É justo sim, que o trabalho desta Assembleia no geral, mas também através das suas Comissões num longo e prefixo processo. -----

----- Também não posso deixar de registar a disponibilidade desde sempre manifestada pelo Senhor Vice-Presidente Duarte Cordeiro, nomeadamente, pela importância da qual sabe que partilho, que os mercados municipais têm na vida da cidade, dos seus munícipes, e o papel económico, mas principalmente social, que desempenham junto das comunidades. -----

----- Sei também, que o Senhor Vice-Presidente fez questão de aguardar pelos contributos da Assembleia, que agradeço, e que me parece ser um exemplo a seguir na metodologia de trabalho e de cooperação entre os eleitos da Câmara e da Assembleia, provando simultaneamente os benefícios do trabalho entre o executivo, aberto ao diálogo e uma oposição construtiva com objetivo comum, e usando as palavras do Engenheiro Abecassis, “de servir a cidade”. -----

----- Por fim, destacar ainda, o registo participativo e o debate de ideias promovido pelos Senhores Presidentes das Juntas de Freguesia, empenhados em promover um melhor uso para este tipo de equipamentos e com objetivo de uma maior interligação na vivência local, apresentando em muitos dos casos projetos inovadores, diferenciadores e que geram mais-valias para a cidade, seja quem nela vive, trabalha ou visita. -----

----- Julgo que fica provado que a decisão de transferir os mercados municipais para as Juntas de Freguesia foi acertada apesar de algumas questões ainda, por definir quanto ao futuro. Não só pelo conhecimento e a proximidade que as Juntas têm com a comunidade, mas porque um olhar diário, presente e constante faz dos mercados estruturas mais apelativas, dinâmicas e vivas. -----

----- O relatório que nos é agora, submetido para apreciação e votação, partiu da aprovação de uma recomendação do CDS-PP, na reunião realizada a vinte e cinco de fevereiro de 2014.-----

----- Há vários mandatos que alertamos para o crescente abandono desta estrutura estratégica para a cidade que foi perdendo competitividade face a vários fatores, quer internos, quer externos. -----

----- Com a Reforma Administrativa e subsequente aprovação da proposta 915/2013, era o momento da Assembleia se debruçar sobre esta matéria dando o seu válido contributo. Chegámos hoje a esse momento que marca o princípio do acompanhamento do futuro plano e estratégia municipal integrada.-----

----- Muito haverá para discutir, refletir e avaliar aquando da definição dos projetos a implementar em cada mercado municipal, onde se exige sintonia entre a planificação camarária e a vontade das Juntas. Contudo, entendemos que o objetivo primordial da recomendação foi alcançado. Trazer os mercados municipais para a discussão camarária dá-lhes a importância que merecem, discutir e confrontar ideias, e planificar tendo em conta os contributos de todos para que o futuro sustentável dos mercados municipais de Lisboa seja um exemplo ao nível europeu, a par de outras capitais.-----

----- Objetivo e desígnio cumpre-se em grande parte, nas conclusões emitidas pela 2ª Comissão, e nas recomendações em apreciação, espero aprovação por unanimidade, desta Assembleia Municipal.-----

----- Nas audições em sede de Comissão foram discutidas muitas questões. Nesse âmbito, importa relembrar que, por decisão unânime, essas questões por norma, foram vertidas no relatório, deixando essa matéria à liberdade de cada Deputado, para hoje. --

----- Assim, gostaria de sucintamente, deixar três pontos como alertas, e pedidos de clarificação do Senhor Presidente responsável pela futura estratégia municipal integrada. A primeira tinha a ver com o Mercado do Rato, mas hoje, o Senhor Vereador Manuel Salgado já nos esclareceu, pelo que passaria à frente. O segundo tinha a ver com o Mercado de Santa Clara, por várias vezes manifestámos a nossa preocupação com a cedência do equipamento à entidade Associação Idades dos Sabores, aprovada através da Proposta nº 360/2011, e que mereceu a abstenção do CDS-PP por considerarmos à data, e que agora se comprova, que a estrutura deveria ser gerida pela Junta de Freguesia. Na discussão em sede de comissão, foi claro o total desconhecimento do atual Presidente de Junta de Freguesia de São Vicente sobre os temas do protocolo, tendo eu próprio, nessa data, fornecida cópia do mesmo. Volvidos quatro anos e analisando o articulado do protocolo, em particular no cumprimento da cláusula 3ª, respeitante às obrigações da Associação, entendemos que boa parte das mesmas não foram cumpridas o que reforça a nossa posição de avaliação do protocolo e eventual denúncia. Não está em causa, sequer, a entidade em causa, mas sim o cumprimento do estipulado e a abertura à população de São Vicente, e também, aos turistas dado o interesse arquitetónico que o próprio edifício ostenta.-----

----- Assim, dada a importância do equipamento, quer pela sua localização geográfica, quer pelo trabalho de rede que pode ser realizado pela comunidade local e num ponto de grande afluência turística, que exortamos a Câmara a reavaliar o mesmo, não

deixando essa decisão para o término do contrato, firmado para 2016. Aliás, dada a semelhança da denúncia efetuada, e bem, do protocolo firmado com a AIP para o Mercado do Fundo do Tijolo. -----

----- Por fim, Senhor Vice-Presidente, das audições efetuadas pela Comissão ficou por clarificar a aplicação do aumento gradual dos valores de taxas resultante da deliberação camarária tomada em 2005, e tendo em vista o fim da Taxa de Compensação e à parametrização dos valores iguais entre mercados A e B, com efeitos a dez anos, portanto, até 2019, bem como a inexistência da transmissão da deliberação em causa às Juntas de Freguesia aquando da transferência dos equipamentos e posterior elaboração da Tabela de Taxas. -----

----- Nesse sentido, importa que a câmara esclareça a aplicabilidade da deliberação tomada, o seu cruzamento com a Tabela de Taxas existentes até à Reforma Administrativa e atualmente, se as mesmas encontram reflexos nas propostas das taxas apresentadas pelas Juntas, e submetidas e aprovadas nas respetivas Assembleias de Freguesia.-----

----- Pese embora, que a realidade comprove que não se procederam, salvo informação contrária, a aumentos das taxas anteriormente, praticadas pelo município, importa então, avaliar a pertinência da exequibilidade e aplicação da deliberação em apreço, ou necessidade de revogação. -----

----- De resto, subscrevemos na íntegra o teor do relatório apresentado, agradecendo uma vez mais, a todos os envolvidos na sua elaboração, tradiuzindo-se a mesma vontade coletiva de zelar pela continuidade e revitalização dos Mercados Municipais de Lisboa. -----

----- Estamos seguros que o futuro dos mercados será próspero. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **O Senhor Vereador Duarte Cordeiro** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Em primeiro lugar, importa contextualizar esta discussão com a Reforma Administrativa da Cidade de Lisboa com a transferência dos mercados para as Juntas de Freguesia, e importava discutir, clarificar e planear o futuro dos mercados da cidade, tendo em conta as competências de cada um. Foi nesse sentido que foi aprovada aqui a moção que á pouco foi referida, a recomendação na Assembleia Municipal e que felizmente, a Assembleia Municipal, por um lado, nós por outro, começamos a trabalhar no sentido de contribuir para este debate, para esta definição estratégica. -----

----- Quero, por isso, dizer que fico muito satisfeito com a chegada deste dia, com a aprovação deste relatório, e dar os meus profundos parabéns ao trabalho da Assembleia Municipal, em particular, à 2ª Comissão Permanente de Economia presidida pelo Senhor Deputado Carlos Silva Santos, e também em particular, ao Senhor Deputado relator Diogo Moura que fez um excelente trabalho, e que conseguiu o contributo de todos os Grupos Municipais e dizer, também, que é justo dar os parabéns a todos os Presidentes de Junta, que têm feito um excelente trabalho. Faço minhas as palavras do Hugo Xambre quando diz, e ele deu o exemplo do seu

mercado que é sem dúvida alguma, o mercado mais difícil, mas todos são recuperáveis, nós podemos com trabalho conjunto, recuperar um destino e dar um ânimo. E tal como disse a Ana Gaspar, um mercado não é apenas um espaço comercial, são centros de bairros, são centros de vida, centros sociais, centros económicos, centros culturais, e portanto, efetivamente, o facto de haver aqui um trabalho que é interpartidário e institucional, entre a assembleia e a Câmara é algo que também me agrada bastante, e portanto, é com enorme satisfação que vejo este dia chegar, vejo estas recomendações, depois mais tarde, assumirei com agrado a responsabilidade de tentar ir ao encontro das expectativas que aqui depositam em relação a esta recomendação e relatório. -----

----- Dizer-vos, também, que em relação a algumas matérias, e vi agora um enorme sorriso da Senhora Presidente da Junta de Freguesia de São Vicente com uma dessas conclusões no que diz respeito à denúncia do protocolo com a Associação. Nós temos estado a tentar trambalhar de perto com as Juntas de Freguesia, efetivamente, foi muito importante na audição todas as Juntas de Freguesia serem ouvidas, nós também, temos estado a trabalhar de perto e queremos apresentar este tal Plano Municipal de Mercados, também, indo ao encontro dessa recomendação, queremos que ele tenha o contributo ativo deste relatório. Obviamente, depois, vamos discordar quando chegarmos à parte das medidas concretas, mas a democracia política é isso mesmo, mas isso não invalida o excelente trabalho que fizeram aqui, e portanto, quero dar-vos os parabéns e dizer-vos que é com enorme agrado que vemos este relatório ser aprovado e que possa ser um contributo para o Plano Municipal de Mercados. -----

----- Muito obrigado.” -----

----- **A Senhora Presidente da Assembleia** no uso da palavra fez a seguinte intervenção:-----

----- “Senhores Deputados, chegou então, o momento de votarmos. Neste momento o que vamos votar não é o relatório uma vez que ele já foi aprovado em Comissão, mas sim, a **Recomendação nº 1/78** (anexada à presente ata como **anexo X**, e dela faz parte integrante), que recolhe todas as recomendações que estavam nas conclusões do relatório. É isso que vou pôr à vossa consideração. Não há votos contra, nem abstenções, votos a favor do PS, PSD, PCP, BE, CDS-PP, PEV, PAN, MPT, PNP e 6IND. A **Recomendação nº 1/78** foi **aprovada por unanimidade** com aclamação. ----

----- Muito obrigado a todos por estarem presentes.”-----

----- A sessão terminou, eram vinte horas e quinze minutos.-----

----- Eu _____, a exercer funções no Gabinete de Apoio à Assembleia Municipal lavrei a presente ata que também assino, nos termos do disposto no n.º 2 do art.º 57.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, do n.º 2 do art.º 90.º do Regimento da Assembleia Municipal de Lisboa e do despacho da Senhora Presidente da Assembleia Municipal de Lisboa exarado em 10 de Setembro de 2014 na folha de rosto anexa à Proposta n.º 1/SMAM/2014.-----

-----A PRESIDENTE -----